



Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Índice



Análise Financeira	2
Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006	24
Documentos do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Registado na CMVM	108

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Análise Financeira



Análise Financeira

Grupo EDP	4
Produção e Comercialização na Península Ibérica	10
Energias Renováveis na Península Ibérica	14
Distribuição na Península Ibérica	15
Distribuição em Portugal	15
Distribuição em Espanha	17
Gás na Península Ibérica	19
Gás em Portugal	19
Gás em Espanha	19
Brasil	21



Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Análise Financeira



1. GRUPO EDP

O Resultado Líquido do Grupo EDP alcançou os 940,8 milhões de euros em 2006, que compara com 1.071,1 milhões de euros em 2005.

Balanco - Grupo EDP (milhões de euros)	2006	2005
Activo		
Activos fixos tangíveis	15.082	13.864
Activos intangíveis e Goodwill	3.722	3.509
Investimentos financeiros	1.024	918
Inventários	229	219
Clientes (líquido)	1.593	1.585
Outros devedores (líquido)	2.051	2.186
Activos financeiros detidos para negociação	116	276
Caixa e equivalentes de caixa	753	585
Impostos diferidos activos	898	893
Total do Activo	25.469	24.036
Capital Próprio		
Capital	3.657	3.657
Acções próprias e prémios de emissão de acções	488	464
Resultados e outras reservas	1.445	703
Interesses minoritários	946	1.288
Total do Capital Próprio	6.535	6.111
Passivo		
Dívida financeira (curto-prazo)	1.528	1.984
Dívida financeira (médio e longo-prazo)	8.625	8.601
Provisões e Benefícios dos empregados	2.159	2.112
Conta de hidráulidade	199	170
Credores e outros passivos (líquido)	5.866	4.688
Impostos diferidos passivos	557	370
Total do Passivo	18.934	17.924
Total Passivo e Capital Próprio	25.469	24.036

Demonstração de Resultados - Grupo EDP (milhões de euros)	2006	2005	Var. 06/05
Vendas de electricidade	8.984,5	8.564,3	4,9%
Outras vendas	1.065,6	655,5	62,6%
Prestação de serviços	299,8	428,3	-30,0%
Proveitos Operacionais	10.349,8	9.648,2	7,3%
Electricidade e gás	4.380,7	4.222,0	3,8%
Combustíveis	967,4	1.083,5	-10,7%
Materiais diversos e mercadorias	843,3	487,3	-
Custos Directos da Actividade	6.191,4	5.792,8	6,9%
Margem Bruta	4.158,5	3.855,3	7,9%
% Proveitos Operacionais	40,2%	40,0%	0,2 p.p.
Fornecimentos e serviços externos	741,4	816,8	-9,2%
Custos com pessoal	585,1	546,0	7,2%
Custos com benefícios sociais	162,3	200,3	-19,0%
Rendas de concessão	220,4	209,0	5,4%
Outros custos/(proveitos) operacionais	143,9	33,1	335,1%
Custos Operacionais	1.853,0	1.805,2	2,6%
Resultado Operacional Bruto	2.305,4	2.050,2	12,5%
% Proveitos Operacionais	22,3%	21,2%	1,0 p.p.
Provisões para riscos e encargos	94,6	12,5	658,1%
Amortizações	1.059,6	993,4	6,7%
Compensação amort. activo subsidiado	(101,8)	(97,6)	-4,3%
Resultado Operacional	1.253,0	1.141,9	9,7%
% Proveitos Operacionais	12,1%	11,8%	0,3 p.p.
Ganhos/(Perdas) na alienação de activos financ.	4,8	440,7	-98,9%
Resultados financeiros	(207,4)	(399,3)	48,1%
Ganhos/(Perdas) em associadas	245,3	35,3	595,1%
Resultado Antes de Imposto	1.295,8	1.218,6	6,3%
IRC e Impostos diferidos	265,9	152,2	74,7%
Ganhos / (perdas) na alienação de operações descontinuadas	(12,8)	45,5	-
Interesses Minoritários	76,3	40,9	86,6%
Resultado Líquido	940,8	1.071,1	-12,2%

Em 2006, o Resultado Operacional Bruto do Grupo EDP aumentou 12,5% para 2.305,4 milhões de euros, reflectindo a melhoria da performance operacional das principais unidades de negócio do Grupo, com destaque para o forte crescimento da capacidade eólica instalada, para a redução dos custos operacionais, nomeadamente no negócio da distribuição de electricidade, e para uma evolução favorável das actividades em mercado liberalizado.

Resultados Operacionais Brutos (milhões de euros)	2006	2005	Var. 06/05
MERCADO IBÉRICO			
Produção e Comercialização	1.070,8	1.045,8	2,4%
Energias Renováveis	146,9	65,7	123,6%
Distribuição	571,8	458,6	24,7%
Gás	144,8	123,4	17,3%
Brasil	433,9	412,3	5,2%
Outros e Ajustamentos	(62,7)	(55,7)	-12,7%
Consolidado	2.305,4	2.050,2	12,5%

O Resultado Operacional Bruto dos negócios de Produção e Comercialização na Península Ibérica aumentou 2,4% no período, devido: i) a uma subida de 25,6% da margem bruta da produção e comercialização liberalizada, reflectindo a melhoria da margem unitária por MWh vendido, impulsionada pelo aumento do preço médio de venda quer nos mercados retalhistas (Portugal e Espanha) quer nos mercados grossistas (OMEL, Parcela Livre, OMIP) e por uma redução de 4% da produção em mercado liberalizado devido a paragens programadas e à diminuição dos níveis de utilização das CCGT no quarto trimestre de 2006; ii) a uma redução de 0,3% da margem bruta dos CAE uma vez que os preços de compra dos combustíveis ficaram acima dos índices de combustíveis de referência do período, que não permitiram a total transferência destes custos para a REN; iii) a um aumento de 5,4% dos fornecimentos e serviços externos, custos com pessoal e com benefícios sociais, reflectindo o aumento da capacidade instalada e custos não recorrentes com a redução de pessoal; e iv) a um impacto negativo de 32 milhões de euros ao nível dos outros custos operacionais relativo à potencial devolução de licenças gratuitas de CO₂ de acordo com o RD 3/2006 em Espanha.

No negócio das Energias Renováveis, o Resultado Operacional Bruto mais do que duplicou reflectindo o aumento: i) da capacidade eólica instalada, que mais

do que duplicou para os 1.093MW (ou 1.568MW em termos de capacidade instalada bruta); ii) do factor de utilização dos parques eólicos na Península Ibérica que aumentou de 25% em 2005 para 26% em 2006 e iii) do preço médio de venda da energia produzida pelos parques eólicos na Península Ibérica.

Na actividade de Distribuição na Península Ibérica, o Resultado Operacional Bruto aumentou 24,7% devido ao crescimento de 6,0% da margem bruta e a uma diminuição de 4,2% dos custos operacionais. Esta evolução reflecte: i) em Portugal, um aumento do consumo de 3,7%, um aumento de 9,7% dos proveitos permitidos e uma redução de 26,6 milhões de euros dos custos operacionais; e ii) em Espanha, um aumento de 0,4% dos proveitos regulados, um impacto positivo de 8,0 milhões de euros pelos desvios no custo de aquisição de electricidade e um aumento de 10,1 milhões de euros na actividade de prestação de serviços (nomeadamente ligação à rede e instalação de contadores). Esta performance foi parcialmente compensada: i) em Portugal, por um aumento do desvio tarifário a ser recuperado (117,9 milhões de euros em 2006 vs. 77,1 milhões de euros em 2005); e ii) em Espanha, pela aplicação do RD 3/2006 que veio alterar o mecanismo de liquidação do sistema, reconhecendo apenas um preço de 42,35€/MWh para as compras de electricidade da distribuição e as vendas da produção, efectuadas simultaneamente pelo mesmo grupo empresarial (-15,6 milhões de euros).

O Resultado Operacional Bruto do negócio do Gás na Península Ibérica aumentou 17,3% no seguimento da alteração do método de consolidação da Portgás (consolidação integral em 2006; consolidação proporcional em 2005), do aumento dos volumes vendidos no mercado liberalizado espanhol, e do aumento dos proveitos regulados da Naturgas após a compra, em 2006, dos restantes 50% do capital social da Bilbogas e da Gasnalsa. Esta performance mais do que compensou as perdas com as compras de gás em mercado spot no primeiro trimestre de 2006.

O Resultado Operacional Bruto da actividade da Energias do Brasil aumentou 5,2% beneficiando da entrada em operação da central hidroeléctrica de Peixe Angical (452 MW) e do 4º grupo da central hidroeléctrica de Mascarenhas (50 MW), do crescimento de 4% no consumo de electricidade nas áreas de concessão da EDP e da valorização de 11%

do Real contra o Euro. No entanto, esta boa performance foi parcialmente revertida por custos não recorrentes, onde se incluem custos não controláveis superiores ao montante reconhecido na tarifa (a serem recuperados via tarifas nos próximos reajustamentos tarifários) e custos relacionados com o programa de redução de pessoal, que permitiram uma diminuição bruta de 19% no número de empregados da Energias do Brasil.

Resultados Financeiros (milhões de euros)	2006	2005	Var. 06/05
Rendimentos de particip. de capital	8,0	36,1	-77,9%
Ganhos/(Perdas) Invest. Financeiros	8,0	36,1	-77,9%
Juros financeiros líquidos	(402,2)	(378,2)	-6,3%
Diferenças de câmbio	0,9	68,7	-98,6%
Outros ganhos e perdas financeiros	185,9	(125,9)	-
Ganhos/(Perdas) Financiamento	(215,3)	(435,3)	50,5%
Resultados Financeiros	(207,4)	(399,3)	48,1%

Os Resultados Financeiros do Grupo EDP reflectem:

- Um aumento de 6,3% nos "Juros financeiros líquidos", devido a um aumento de 19 p.b. no custo médio da dívida do Grupo EDP (4,4% em 2006 vs. 4,2% em 2005), reflexo da subida das taxas de juro de mercado, e a um aumento de 5,8% do nível médio de endividamento no período;
- A apreciação do Real Brasileiro contra o Dólar Americano em 2006 (9%), que foi inferior à ocorrida no ano 2005 (13%). O impacto na dívida denominada em Dólares do Brasil levou a uma redução nas "Diferenças de câmbio" de 67,8 milhões de euros;
- Uma melhoria da rubrica de "Outros ganhos e perdas financeiros" em 2006, sendo que esta rubrica está essencialmente relacionada com o justo valor de derivados: i) devido ao aumento nas taxas de juro, a provisão financeira de 118 milhões de euros criada no final de 2005, relativa ao "fair value" do derivado contratado pela EDP para cobrir o efeito de alterações na taxa de juro no cálculo do valor actual líquido dos CMEC, foi integralmente revertida no primeiro semestre de 2006 - adicionalmente, foi contabilizado no segundo trimestre de 2006 um ganho de 30 milhões de euros com este derivado no seguimento do aumento das taxas de juro que ocorreu no período em que este instrumento financeiro esteve activo;

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Análise Financeira



ii) o justo valor dos outros derivados do Grupo EDP reflectiu-se num aumento de 40 milhões de euros no período, dos quais 23 milhões de euros estão relacionados com ganhos ligados a operações financeiras de cobertura em mercados energéticos associados à actividade de produção e comercialização no mercado liberalizado.

Há ainda a registar uma maior contribuição dos "Ganhos em empresas do grupo e associadas". Esta rubrica totalizou 245,3 milhões de euros em 2006, devido essencialmente: i) à contribuição da consolidação pelo Método da Equivalência Patrimonial de 30% da REN, que reflecte a mais valia obtida na venda dos 18,3% que a REN detinha na Galp bem como o reconhecimento do défice tarifário; ii) à imparidade da participação financeira na Electra (Cabo Verde), fruto das garantias prestadas pela EDP ao financiamento daquela empresa, nas quais a EDP assumiu a responsabilidade por 60% do valor em dívida; iii) à melhoria do resultado líquido da Edinfor, da Setgás e da EEGSA; e iv) à contribuição positiva em 3,7 milhões de euros das subsidiárias da NEO consolidadas pelo Método da Equivalência Patrimonial.

O Investimento Operacional do Grupo EDP atingiu os 1.456,5 milhões de euros em 2006, o que representa um aumento anual de 2,1%, reflectindo um aumento de 20,4% no investimento operacional do "Core Business" Ibérico. Em 2006, cerca de 46% do investimento operacional foi canalizado na expansão da capacidade instalada, com destaque para os investimentos em capacidade eólica, para a nova CCGT de Castejón em Espanha e para a central hidroeléctrica de Peixe Angical no Brasil - investimentos estes que irão reforçar o potencial de crescimento a médio prazo. De notar igualmente que cerca de 70% do investimento operacional diz respeito a negócios regulados, que têm a eles associado um baixo risco de retorno sobre o investimento, tais como a produção a partir de fontes de energia renováveis, a distribuição de gás e electricidade na Península Ibérica e a produção eléctrica contratada em regime de CAE.

Relativamente ao negócio da Produção e Comercialização na Península Ibérica, a diminuição do investimento operacional no negócio da produção em Portugal reflecte a conclusão dos trabalhos de construção da central hidroeléctrica de Frades (192MW - Ago-05 com CAE até 2027) e do terceiro grupo da CCGT do Ribatejo (392MW - quarto trimestre de 2005). Em Espanha, a EDP continuou os trabalhos de construção do 2º grupo de 400MW na CCGT de Castejón, cuja entrada em serviço industrial está prevista para o quarto trimestre de 2007 - Em 2006, foram investidos neste projecto 117 milhões de euros - e foram ainda investidos 58 milhões de euros na construção de outra CCGT de 400 MW localizada em Soto e cuja entrada em operação se prevê para o terceiro trimestre de 2008. Adicionalmente, a EDP investiu 115,2 milhões de euros na redução das emissões de SO₂ e NO_x nas centrais a carvão de Sines, Aboño e Soto, com o objectivo de cumprir com a Directiva Europeia para as Instalações de Grande Combustão até Dezembro de 2007.

Em 2006, o investimento operacional do Grupo EDP em parques eólicos alcançou os 378,5 milhões de euros:

- Em Portugal, a NEO investiu 130,0 milhões de euros, dos quais cerca de metade foram investidos na conclusão dos trabalhos de construção dos parques eólicos que entraram em operação em 2006, com uma capacidade instalada bruta total de 88 MW, sendo que o remanescente foi investido em

Investimento Operacional (milhões de euros)	2006	2005	Var. 06/05
Centrais em Exploração	36,5	78,3	-53,4%
Novas Centrais	44,3	106,7	-58,5%
Ambiental	57,8	17,2	235,9%
Comercialização	0,5	5,7	-92,0%
Portugal	139,0	207,9	-33,1%
Centrais em Exploração	18,5	15,6	19,1%
Novas Centrais	175,1	25,7	-
Ambiental	57,4	14,6	292,4%
Comercialização	0,1	4,5	-97,4%
Espanha	251,1	60,4	316,0%
Produção e Comercial Ibérica	390,1	268,3	45,4%
Parques Eólicos	130,0	46,0	182,5%
Portugal	130,0	46,0	182,5%
Parques Eólicos	227,0	177,2	28,1%
Outros	7,6	2,9	157,3%
Espanha	234,6	180,2	30,2%
França	21,4	-	-
Energias Renováveis	386,0	226,2	70,7%
Rede de Distribuição	360,8	436,1	-17,3%
Outros	48,6	50,3	-3,4%
(-) Subsídios ao investimento	140,8	150,5	-6,4%
Portugal	268,5	335,9	-20,1%
Rede de Distribuição	49,9	59,7	-16,5%
(-) Subsídios ao investimento	11,8	10,2	16,1%
Espanha	38,0	49,5	-23,1%
Distribuição na Península Ibérica	306,6	385,4	-20,5%
Rede de Distribuição	14,1	7,1	98,5%
Outros	4,8	2,0	137,3%
Portugal	19,0	9,2	107,1%
Rede de Distribuição	23,7	26,8	-11,6%
Outros	9,1	26,1	-65,2%
Espanha	32,8	52,9	-38,0%
Gás na Península Ibérica	51,8	62,1	-16,6%
Core Business Ibérico	1.134,5	941,9	20,4%
Produção	104,2	255,4	-59,2%
Distribuição	190,8	163,4	16,8%
Comercialização e Outros	0,2	0,6	-68,4%
Brasil	295,1	419,3	-29,6%
Outros	26,9	65,9	-59,2%
Grupo EDP	1.456,5	1.427,2	2,1%

Nota: É apresentado para cada empresa o investimento operacional total, independentemente da participação do Grupo EDP na empresa e de mudança de propriedade interna no Grupo.

projectos e parques eólicos com entrada em operação prevista para 2007 e 2008;

- Em Espanha, a NEO investiu 227,0 milhões de euros, dos quais cerca de 1/3 foram investidos na conclusão dos trabalhos de construção dos parques eólicos que entraram em operação ou que foram ligados à rede em 2006, com uma capacidade instalada bruta total de 330 MW, enquanto o remanescente foi investido em parques eólicos com entrada em operação prevista até ao final de 2007;
- Em França, a NEO investiu 17,6 milhões de euros na construção de dois parques eólicos com uma capacidade total de 20 MW que foram ligados à rede no final de Dezembro de 2006, tendo sido ainda investidos 3,8 milhões de euros na construção de um parque de 10 MW cuja entrada em operação está prevista para este ano. Actualmente, a NEO tem 559 MW em construção com entrada em operação prevista até ao final de 2007 - 426 MW em Espanha, 86 MW em Portugal e 46 MW em França. A Dezembro de 2006, o investimento em curso no balanço da NEO ascendia a 610 milhões de euros.

Em 2006, o investimento operacional na área da Distribuição na Península Ibérica ascendeu a 306,6 milhões de euros, essencialmente com vista à melhoria da qualidade de serviço da rede de distribuição. Em Portugal, no seguimento dos investimentos realizados nos últimos anos na rede de distribuição com vista à melhoria da qualidade do serviço, o Tempo de Interrupção Equivalente (TIE) do ano 2006 ficou nos 203 minutos. De notar que o ano 2006 foi caracterizado por condições atmosféricas muito menos favoráveis e pelo deslastre de consumos provocado pela REN na sequência de um incidente ocorrido na rede Alemã em 4 de Dezembro, que contribuíram ambos com 27 minutos para o TIE - excluindo os factores extraordinários que influenciaram o TIE em ambos os anos, o TIE ficou nos 176 minutos em 2006 vs. 175 minutos em 2005.

No negócio do Gás na Península Ibérica, o investimento operacional atingiu os 51,8 milhões de euros em 2006, dos quais 73% foram investidos na expansão da rede de distribuição de gás. O remanescente está relacionado com a rede de transporte em Espanha, contadores e redutores para novos locais de consumo e com a adaptação das instalações de GPL para GN.

O investimento operacional, em euros, na Energias do Brasil diminuiu 29,6% no período, devido essencialmente à conclusão dos trabalhos de construção na central hidroeléctrica de Peixe Angical (86,6 milhões de euros em 2006 vs. 232,7 milhões de euros em 2005) que iniciou o serviço comercial no terceiro trimestre de 2006. Entrou ainda em operação em Outubro de 2006 um novo grupo de 50 MW na central hidroeléctrica de Mascarenhas. Em 2007, a Energias do Brasil espera aumentar a sua capacidade instalada em 25 MW com o fim da construção da central hidroeléctrica de São João. Adicionalmente, a empresa já anunciou a futura construção da central hidroeléctrica de Santa Fé (29 MW), cuja entrada em operação está prevista para 2009. A Energias do Brasil investiu ainda 190,8 milhões de euros na distribuição de electricidade, dos quais 57 milhões de euros estão relacionados com o programa de ligação universal a todos os clientes de baixa tensão - "Universalização" - nas áreas de concessão da Bandeirante, Escelsa e Enersul.

Cash-Flow Consolidado (milhões de euros)	2006	2005
Actividades Operacionais		
Recbimentos de clientes	10.219	9.401
Pagamentos a fornecedores	(7.148)	(6.743)
Pagamentos ao pessoal	(735)	(757)
Pagamentos de rendas de concessão	(213)	(206)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	24	219
Fluxo gerado pelas operações	2.147	1.914
Recebimentos/(pagamentos) de imposto sobre o rendimento	(129)	(261)
Fluxo das Actividades Operacionais	2.018	1.653
Operações em descontinuação	34	4
Operações em continuação	1.983	1.648
Actividades de Investimento		
Recbimentos:		
Activos financeiros	805	519
Activos fixos tangíveis e intangíveis	11	26
Subsídios ao investimento	183	79
Juros e proveitos similares	36	26
Dividendos	177	36
	1.212	687
Pagamentos:		
Activos financeiros	(465)	(1.219)
Activos fixos tangíveis e intangíveis	(1.589)	(1.507)
Subsídios ao investimento	-	-
	(2.053)	(2.726)
Fluxo das Actividades de Investimentos	(842)	(2.039)
Operações em descontinuação	(21)	200
Operações em continuação	(820)	(2.240)
Actividades de Financiamento		
Recbimentos/Pagamentos de empréstimos obtidos e juros relacionados	40	1.523
Juros e custos similares	(429)	(580)
Aumentos de capital e prémios de emissão	-	176
Recbimentos/Pagamentos de instrumentos financeiros derivados	38	146
Dividendos pagos	(366)	(336)
Venda/(aquisição) de acções próprias	27	(6)
Fluxo das Actividades de Financiamento	(690)	923
Operações em descontinuação	(48)	24
Operações em continuação	(642)	899
Variação de caixa e seus equivalentes	486	536
Efeito das diferenças de câmbio	(29)	34
Caixa e seus equivalentes no início do período	267	(303)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	724	267
Variação de caixa por entradas no perímetro de consolidação	26	
Operações em descontinuação	(2)	
Caixa e seus equivalentes em continuação no fim do período	752	

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Análise Financeira



Dívida Financeira

No final de 2006, a Dívida Consolidada do Grupo ascendia a 10.013 milhões de euros, estando cerca de 80% localizada na EDP S.A. e EDP Finance BV.

Relativamente a 2005, a dívida financeira do Grupo manteve-se relativamente estável, apesar da aquisição da Agrupación Eólica realizada no final do ano e da continuação do programa de Capex do Grupo, em virtude da execução do programa de desinvestimentos, tendo tido especial relevo a venda de uma parte da participação detida na REN e a alienação parcial da participação detida pelo Grupo EDP na Sonaeocom SGPS S.A..

O montante de dívida líquida do Grupo EDP no final de 2006 era de 9.285 milhões de euros, em resultado da existência de Caixa e equivalentes decorrentes essencialmente das disponibilidades existentes nas subsidiárias brasileiras do Grupo assim como do facto dos desinvestimentos acima referidos terem ocorrido no final do ano.

Dívida Financeira (milhões de euros)	2006	2005	Var. 06/05
EDP, S.A. e EDP Finance BV	8.044	7.845	2,5%
HidroCantábrico	213	718	(70,3%)
Brasil	1.019	1.005	1,4%
NEO	579	0	-
Telecomunicações	0	316	-
Outros	158	128	23,3%
Dívida Financeira	10.013	10.011	0,0%
Juros a pagar	135	165	(18,1%)
Swap OPTÉP	-	315	-
Fair value da dívida	5	94	(94,6%)
Dívida Financeira	10.153	10.584	(4,1%)

Durante o ano em análise a EDP manteve a política de centralizar a contratação da dívida financeira ao nível da EDP S.A. e EDP Finance BV, exceptuando-se as participadas Brasileiras e a dívida contratada na modalidade de "project finance" essencialmente relativa a projectos de geração eólicos realizados em parceria. Anota-se que com base no acordo de venda da ONI esta empresa é apresentada como operação em descontinuação.

A EDP S.A. aproveitou as condições de mercado favoráveis para refinar durante 2006 dívida que venceria em 2007, alongando assim o seu perfil de maturidade e reduzindo custos financeiros. De modo a assegurar um portfolio diversificado de fontes de financiamento, o refinanciamento foi realizado através de operações no mercado de capitais e bancário:

- Em Junho de 2006 foi realizada, através da EDP Finance BV, uma emissão de obrigações ao abrigo do programa de "Euro Medium Term Notes" ("EMTN") no montante global de 1.500 milhões de euros, dividido em três tranches de 500 milhões de euros, respectivamente a 4, 6 e 10 anos; a tranche a 4 anos foi efectuada a taxa variável, enquanto as de prazos mais longos se emitiram a taxa fixa;
- Em Novembro, a EDP S.A. e a EDP Finance BV contrataram, junto de um sindicato de bancos internacionais de primeira linha, um empréstimo na modalidade de "Revolving Credit Facility" ("RCF") de 1.100 milhões de euros, a 7 anos. A estrutura RCF proporciona à EDP maior flexibilidade na escolha do momento para aceder ao mercado e refinar, nas melhores condições, dívida que vence nos próximos anos;
- Em Dezembro de 2006 foram ainda contratados dois empréstimos de médio-longo prazo (i) empréstimo bilateral com o BEI, para financiamento de investimentos ambientais nas centrais de Sines, Soto e Aboño, no montante de 190 milhões de euros, por um prazo de 10 anos ("bullet") (ii) empréstimo bilateral de 150 milhões de euros com um prazo de 5 anos ("bullet"), usado para refinar dívida de curto prazo.

No Brasil, a Bandeirante, Escelsa e Enersul realizaram, durante o primeiro semestre de 2006, emissões de obrigações no mercado local no montante, respectivamente, de 250 milhões de reais, 264 milhões de reais e 338 milhões de reais. As obrigações têm um prazo de 5 anos, com 2 anos de carência, tendo contribuído também para aumentar a vida média da dívida do Grupo e reduzir os encargos financeiros, uma vez que foram usadas para substituir dívida mais onerosa que vence em 2006-2008.

Durante o segundo semestre, as distribuidoras brasileiras do Grupo contrataram ainda junto de um sindicato de bancos, financiamentos no montante total de 189 milhões de reais, por um prazo de 7 anos, com 2 anos de carência. Estes empréstimos destinam-se a financiar o programa de Capex das distribuidoras previsto para 2006-2007, estando a ser negociados financiamentos complementares junto do BNDES.

Em termos de maturidade, a dívida consolidada do Grupo EDP é composta por 14% de curto prazo e 86% de médio e longo prazo.

Dívida Financeira (milhões de euros)	2006	2005	Var. 06/05
Dívida - Médio e Longo Prazo	8.620	8.192	5,2%
Empréstimos por Obrigações e Títulos de Participação	5.413	3.786	43,0%
Dívidas a Instituições de Crédito	3.162	4.280	(26,1%)
Outros Empréstimos Obtidos	45	126	(64,3%)
Dívida - Curto Prazo	1.393	1.819	(23,4%)
Empréstimos por Obrigações não Convertíveis	166	138	20,8%
Dívidas a Instituições de Crédito	411	919	(55,3%)
Papel Comercial	813	759	7,1%
Outros Empréstimos Obtidos	3	3	0,0%
Dívida Financeira	10.013	10.011	(0,0%)
Juros a pagar	135	164	(17,7%)
Swap OPTeP	-	315	(100,0%)
Fair Value da Dívida	5	94	(94,7%)
Dívida Financeira IFRS	10.153	10.584	(4,1%)

Ao nível do financiamento de curto prazo e na sua gestão de tesouraria, a EDP S.A. continuou a privilegiar o recurso ao programa de "Euro Commercial Paper", instrumento que proporciona o acesso a uma base de investidores alargada a custos muito competitivos, assegurando a flexibilidade necessária a uma eficiente gestão de tesouraria.

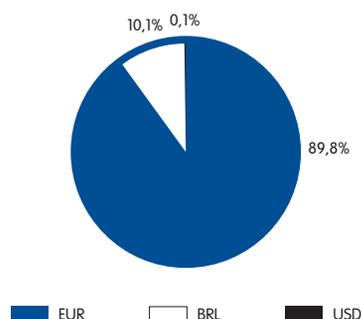
Mantendo uma política de gestão financeira pautada pela prudência, a EDP S.A. dispunha, no final de 2006, de 1.477 milhões de euros de linhas de crédito contratadas e de 350 milhões de euros de papel comercial com compromisso de tomada firme, dos quais um total de 1.727 milhões de euros se encontravam disponíveis.

No final de 2006, a taxa de juro média da dívida financeira da EDP S.A. e EDP Finance BV situava-se em 4,3% por ano, encontrando-se cerca de um terço da dívida de médio/longo prazo a taxa fixa.

No que se refere a moeda, o Grupo EDP manteve o perfil já apresentado em 2005, com cerca de 90% da dívida do Grupo denominada em euros e o remanescente essencialmente em reais (ou USD com "swap" para reais) relativo a dívida contratada pelas subsidiárias brasileiras.

Decomposição da Dívida por Moeda

Grupo EDP



"Rating"

O "rating" de médio e longo prazo da EDP S.A. e da EDP Finance BV não sofreu alterações face ao ano anterior, tendo as três agências de "rating" (S&P, Fitch e Moody's) reafirmado a notação de A/A2 com "Stable Outlook".

EDP S.A. e EDP Finance BV / Evolução do "Rating"

Data	S&P	Data	Moody's	Data	Fitch
03/02/06	A / St / A1	23/06/05	A2 / St / P1	16/02/06	A / St / F1
30/07/04	A / CW (-) / A1	19/08/03	A3 / St / P2	23/07/05	A / St / F1
28/08/03	A / St / A1	12/06/02	A2 / St / P1		
30/05/02	A+ / Neg / A1	01/10/01	Aa3 / Neg / P1		
21/05/01	AA- / St / A1	05/08/99	Aa3 / St / P1		
05/08/99	AA / St / A1+				

O "rating" da HC atribuído pela Fitch foi revisto em alta, com um incremento para A-, um nível abaixo do "rating" da EDP S.A. e em linha com o rating A3 anteriormente atribuído pela Moody's. Em ambos os casos o "Outlook" é estável.

Durante o ano de 2006 e em virtude dos processos de emissão de obrigações, atrás referidos, todas as empresas brasileiras passaram a deter "rating" atribuído pela Moody's e S&P, conforme tabela seguinte. Refira-se que os "rating" atribuídos evidenciam a robustez operacional e financeira das subsidiárias brasileiras do grupo, posicionando-as ao nível das melhores do sector nesse país.

	Global		Nacional	
	S&P	Moody's	S&P	Moody's
Bandeirante		Ba3	A-	A3
Escelsa	BB-	Ba3	A-	A3
Enersul		Ba3	A	A2
Investco				Aa2

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Análise Financeira



2. PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA

O Resultado Operacional dos negócios de Produção e Comercialização na Península Ibérica apresentou um decréscimo anual de 2,7% para 727,0 milhões de euros em 2006.

Demonstração de Resultados Operacionais (milhões de euros)	2006	2005	Var. 06/05
Proveitos Operacionais	3.519,2	3.664,4	-4,0%
Custos Directos da Actividade	2.087,3	2.338,3	-10,7%
Margem Bruta	1.431,9	1.326,1	8,0%
% Proveitos Operacionais	40,7%	36,2%	4,5 p.p.
Fornecimentos e serviços externos	171,8	169,5	1,4%
Custos com pessoal	123,9	119,9	3,3%
Custos com benefícios sociais	39,5	28,8	37,1%
Rendas de concessão	3,8	3,8	-0,5%
Outros custos (proveitos) operacionais	22,1	(41,7)	-
Custos Operacionais	361,1	280,3	28,8%
Resultado Operacional Bruto	1.070,8	1.045,8	2,4%
% Proveitos Operacionais	30,4%	28,5%	1,9 p.p.
Provisões para riscos e encargos	13,2	5,6	135,0%
Amortizações	333,2	298,1	11,8%
Compensação amort. activos subsidiados	(2,6)	(4,7)	44,3%
Resultado Operacional	727,0	746,9	-2,7%
% Proveitos Operacionais	20,7%	20,4%	0,3 p.p.

2.1. Produção na Península Ibérica

Demonstração de Resultados Operacionais (milhões de euros)	Portugal			Espanha		
	2006	2005	Var. 06/05	2006	2005	Var. 06/05
Proveitos Operacionais	1.882,8	1.803,8	4,4%	772,6	981,1	-21,2%
Custos Directos da Actividade	793,0	834,9	-5,0%	328,0	413,9	-20,7%
Margem Bruta	1.089,8	968,9	12,5%	444,6	567,1	-21,6%
% Proveitos Operacionais	57,9%	53,7%	4,2 p.p.	57,5%	57,8%	-0,3 p.p.
Fornecimentos e serviços externos	89,7	92,8	-3,3%	39,1	39,2	-0,3%
Custos com pessoal	84,5	74,1	14,1%	28,6	36,0	-20,7%
Custos com benefícios sociais	37,7	27,0	39,8%	1,3	1,3	-1,8%
Rendas centros electroprodutores	3,7	3,8	-0,4%	-	-	-
Outros custos (proveitos) operac.	1,5	(10,3)	-	36,6	-33,4	-
Custos Operacionais	217,1	187,2	16,0%	105,6	43,2	144,6%
Resultado Operacional Bruto	872,7	781,7	11,6%	338,9	523,9	-35,3%
% Proveitos Operacionais	46,4%	43,3%	3,0 p.p.	43,9%	53,4%	-9,5 p.p.
Provisões para riscos e encargos	20,5	(1,9)	-	(1,0)	0,7	-
Amortizações	228,9	193,9	18,0%	97,1	95,6	1,6%
Comp. amortiz. activos subsidiados	(2,5)	(4,6)	45,6%	(0,1)	(0,2)	2,2%
Resultado Operacional	625,8	594,3	5,3%	243,0	427,9	-43,2%
% Proveitos Operacionais	33,2%	32,9%	0,3 p.p.	31,5%	43,6%	-12,2 p.p.

No Mercado Regulado, a capacidade instalada da EDP na Península Ibérica está vinculada ao perfil de baixo risco dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE), garantindo estabilidade nos "cash-flows". Os CAE asseguram uma remuneração com base na disponibilidade das centrais e não no volume produzido, garantindo um ROA de 8,5% real antes de impostos e a recuperação dos custos com combustíveis e com emissões de CO₂.

Margem Bruta dos CAE (milhões de euros)	2006	2005	Var. 06/05
CAE Parcela Fixa	934,5	909,3	2,8%
CAE Parcela Variável	311,3	495,2	-37,1%
Vapor (Barreiro) e Cinzas	7,0	6,5	7,8%
(-) Custos Directos	318,6	474,3	-32,8%
Margem Bruta	934,2	936,6	-0,3%

Em 2006, a margem bruta das centrais com CAE caiu 0,3%, tendo sido afectada pelo impacto negativo dos 9,6 milhões de euros do acerto com a REN relativo à parcela variável do carvão consumido na central de Sines.

A Parcela Fixa dos CAE apresentou uma subida de 2,8% impulsionada pela melhoria dos factores de disponibilidade das nossas centrais hídricas e térmicas (km: 1,051 em 2006 vs. 1,045 em 2005), pela entrada em serviço da central de hidroelétrica de Frades em Agosto de 2005 (192 MW, com CAE até 2027) e pelas actualizações à inflação.

A 16 de Fevereiro de 2007, o Governo Português anunciou a aprovação de um pacote legislativo relativo ao sector eléctrico, com a revisão do regime de cessação antecipada dos CAE e de utilização do domínio hídrico para fins de produção eléctrica.

De acordo com este anúncio, em relação ao regime de cessação antecipada dos CAE, é mantido o modelo estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de Dezembro, que define as condições de cálculo dos Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual dos CAE (CMEC), tendo no essencial sido considerado um ajustamento no preço de referência de venda de electricidade em mercado o qual deverá passar do valor médio anual de 36€/MWh para 50€/MWh.

Foi também anunciada a introdução de um pagamento pelos produtores hídricos abrangidos pelos CAE, associado ao equilíbrio económico-financeiro da exploração dos aproveitamentos hidroeléctricos em regime de mercado, no período subsequente ao termo previsto nos CAE.

As medidas acima referidas possibilitam à EDP manter a estabilidade da margem bruta das suas centrais em regime CAE/CMEC durante os próximos 10 anos e a operação das centrais hídricas em mercado após o termo do regime CAE/CMEC.

A produção no Mercado Liberalizado é gerida de forma integrada com a comercialização no mercado liberalizado tendo em conta o custo de produção e a procura de mercado. A energia produzida no mercado liberalizado é vendida nos mercados grossista e de retalho liberalizados.

Margem Bruta da Produção Liberalizada (milhões de euros)	2006	2005	Var. 06/05
Portugal	122,3	13,5	803,5%
Espanha	444,6	567,1	-21,6%
Margem Bruta	566,9	580,7	-2,4%

No quarto trimestre de 2005 entrou em funcionamento o terceiro grupo de 400 MW da CCGT do Ribatejo, aumentando a capacidade instalada da EDP no mercado liberalizado Ibérico em 11% para 3.911 MW. No entanto, em 2006 a electricidade produzida pelas centrais da EDP em mercado liberalizado na Península Ibérica apresentou uma redução de 4% explicada por: i) diversas paragens para manutenção - uma paragem programada de Aboño 2, a principal central a carvão em mercado (536 MW), durante 7 semanas no segundo trimestre de 2006 para a realização de uma revisão geral trienal e de investimentos ambientais, e paragens programadas na CCGT de Castejón (6 semanas) no primeiro trimestre de 2006 e da central nuclear de Trillo (4 semanas) no segundo trimestre de 2006; ii) uma redução dos níveis de utilização das nossas CCGT, nomeadamente em Portugal no quarto trimestre de 2006, devido ao elevado nível de produção hídrica no período.

Ao longo de 2006, os custos com combustíveis por MWh sofreram uma subida acentuada. No que diz respeito ao gás natural, o custo por MWh cresceu 17%, devido a uma forte subida do preço do Brent, ao qual os contratos de fornecimento de gás das CCGT estão vinculados. As centrais a carvão do Grupo EDP em Espanha continuaram a beneficiar de estabilidade dos preços internacionais do carvão e da redução dos preços das licenças de emissão de CO₂. A subida do preço médio de venda em mercados grossistas e a revisão em alta dos preços de venda intra-grupo para as comercializadoras, mais do que compensaram o aumento dos custos de produção, permitindo uma subida da margem bruta unitária.

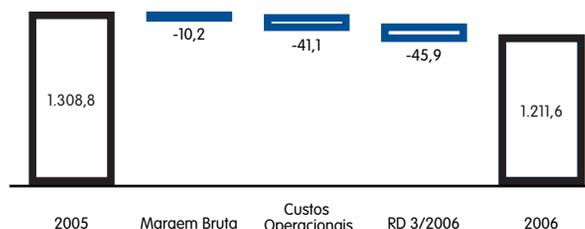
A redução dos volumes produzidos em 2006 pelas nossas centrais térmicas em mercado liberalizado

permitiu à EDP uma poupança significativa ao nível das emissões de CO₂: Em Portugal, as emissões de CO₂ totalizaram os 2,0Mt e foram inferiores em 0,8Mt às licenças atribuídas para o período, o que resultou num impacto positivo de 17,1 milhões de euros na margem bruta de 2006. Em Espanha, as emissões de CO₂ alcançaram os 11,4Mt e foram inferiores em 1,2Mt às licenças atribuídas para o período.

A queda de 2,4% ao nível da margem bruta da actividade de produção liberalizada na Península Ibérica não inclui os ganhos ligados a operações financeiras de cobertura em mercados energéticos associadas a esta actividade - contabilizados ao nível dos resultados financeiros. Incluindo o impacto destes instrumentos de cobertura em mercados energéticos, a margem bruta da actividade de produção liberalizada cresceu 0,4% em 2006.

Em Portugal, a margem bruta da produção liberalizada alcançou os 122,3 milhões de euros devido: i) a uma revisão em alta do preço contratado com a EDP Comercial; e ii) à redução dos volumes contratados com a EDP Comercial, o que permitiu à actividade de "trading" gerir as necessidades da actividade comercial através de produção própria, levando a menores compras de electricidade no mercado "spot", que em 2005 foram efectuadas a um preço superior ao contratado com a EDP Comercial. Em Espanha, a queda de 21,6% na margem bruta da produção liberalizada é explicada por: i) um menor nível de produção; e ii) uma diminuição do preço médio de venda - em 2006 a actividade de produção em Espanha alterou a forma de contabilização da electricidade vendida através de contratos bilaterais (67%), reflectindo nas vendas o preço contratado em vez do preço de mercado (não obstante, esta redução na produção teve um efeito contrário na actividade comercial).

Resultado Operacional Bruto - Produção Ibérica (milhões de euros)



Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Análise Financeira



O Resultado Operacional Bruto do negócio da produção em Portugal aumentou 11,6% suportado no crescimento de 12,5% da margem bruta, no seguimento da forte recuperação ao nível da actividade de produção em mercado liberalizado. Os custos operacionais da actividade aumentaram 12,7%, impulsionados pelo aumento da capacidade instalada e por custos não recorrentes com a redução do número de colaboradores.

Em Portugal, os fornecimentos e serviços externos da actividade de produção apresentaram uma redução de 3,3%, mesmo considerando a subida dos custos com manutenção associados ao aumento da capacidade instalada (+392 MW Grupo III Ribatejo CCGT e +192 MW Central Hidroeléctrica de Frades, com CAE até 2027). Para esta redução contribuíram de forma significativa a renegociação dos contratos de seguros e dos contractos de "outsourcing" de operação e manutenção.

Os custos com pessoal na produção em Portugal apresentaram um crescimento de 14,1% e os custos com benefícios sociais aumentaram 39,8% essencialmente devido à contabilização em 2006 de custos de reestruturação com a saída de 60 colaboradores e à constituição de provisões relativas a saídas futuras (25 trabalhadores). Considerando apenas a evolução do número de colaboradores e a evolução salarial em 2006, os custos com pessoal recorrentes caíram 4%.

Em Espanha, o Resultado Operacional Bruto apresentou uma queda de 35,3%, explicada por uma redução de 11,7% dos volumes produzidos em mercado liberalizado e por uma diminuição da margem bruta unitária, que resultou da alteração do preço de transferência intra-grupo com a comercializadora - a preço de mercado spot em 2005 vs. preço interno de transferência em linha com o mercado "forward" em 2006. Os outros custos operacionais estão penalizados pelo impacto do RD 3/2006, enquanto os custos operacionais controláveis - fornecimentos e serviços externos, custos com pessoal e custos com benefícios sociais - caíram 9,9% no período.

Com o objectivo de reduzir o défice tarifário de 2006, o Governo Espanhol aprovou em 24 de Fevereiro de 2006 o Real Decreto 3/2006 que altera o mecanismo de compensação da energia vendida/comprada por produtores e distribuidores de um mesmo grupo

económico no mercado grossista, e reconsidera o valor das licenças de CO₂ gratuitamente atribuídas às empresas produtoras de electricidade. De acordo com a interpretação feita pela HC Energia da legislação actual, o défice tarifário total estimado para o período ascende a 2,5 mil milhões de euros, dos quais a HC Energia tem que financiar 6,08% (154 milhões de euros). Este montante não foi deduzido às vendas, considerando que a actual legislação assegura a sua recuperação em anos posteriores. No que respeita a licenças de CO₂, a interpretação da EDP do RD3/2006 está em linha com parecer prévio do regulador Espanhol (CNE), o que implicou a provisão de 32 milhões de euros para fazer face à potencial devolução das licenças de emissão de CO₂ gratuitamente atribuídas à HC Energia para 2006. De acordo com a informação actualmente disponível, o governo espanhol deverá fixar os valores finais de deficit tarifário e potencial devolução de licenças de emissão de CO₂ durante o segundo trimestre de 2007.

2.2. Comercialização na Península Ibérica

Demonstração de Resultados Operacionais (milhões de euros)	Portugal			Espanha		
	2006	2005	Var. 06/05	2006	2005	Var. 06/05
Proveitos Operacionais	326,7	525,0	-37,8%	538,3	354,5	51,8%
Custos Directos da Actividade	377,4	581,0	-35,1%	588,8	508,5	15,8%
Margem Bruta	(50,7)	(56,0)	9,5%	(50,5)	(153,9)	67,2%
% Proveitos Operacionais	-15,5%	-10,7%	-4,8 p.p.	-9,4%	-43,4%	34,0 p.p.
Fornecimentos e serviços externos	15,3	12,4	22,7%	28,9	23,8	21,5%
Custos com pessoal	5,5	4,0	38,4%	5,3	5,8	-8,8%
Custos com benefícios sociais	0,4	0,4	-5,0%	0,2	0,1	5,1%
Rendas centros electroprodutores	0,0	0,0	-12,3%	-	-	-
Outros custos (proveitos) operac.	(0,5)	1,6	-	(15,4)	1,8	-
Custos Operacionais	20,7	18,4	12,2%	18,8	31,5	-40,1%
Resultado Operacional Bruto	(71,3)	(74,4)	4,2%	(69,3)	(185,4)	62,6%
% Proveitos Operacionais	-21,8%	-14,2%	-7,7 p.p.	-12,9%	-52,3%	39,4 p.p.
Provisões para riscos e encargos	(3,0)	6,4	-	(3,3)	0,4	-
Amortizações	4,8	4,4	8,1%	2,5	4,2	-40,5%
Comp. amortização activos subsidiados	-	-	-	-	-	-
Resultado Operacional	(73,1)	(85,2)	14,3%	(68,5)	(190,0)	63,9%
% Proveitos Operacionais	-22,4%	-16,2%	-6,1 pp	-12,7%	-53,6%	40,9 p.p.

O volume de electricidade vendida pelo Grupo EDP nos mercados retalhistas liberalizados da Península Ibérica caiu 12,5% para 10.708 GWh em 2006, reflectindo uma menor atractividade destes mercados tanto para os comercializadores liberalizados como para a generalidade dos consumidores eléctricos, face à forte concorrência das reduzidas tarifas reguladas para clientes finais, que levaram à criação, ao longo de 2006, de défices tarifários significativos em ambos os sistemas regulatórios Ibéricos. No entanto, a não aditividade dos sistemas tarifários em ambos os países, e de uma forma mais marcada em Espanha,

possibilitou a renegociação de contractos com clientes com perfis de consumo específicos a preços atractivos para a EDP e ainda assim competitivos face às tarifas reguladas existentes. O custo médio por MWh fornecido apresentou uma subida significativa reflectindo o aumento dos preços dos contractos a prazo estabelecidos entre as comercializadoras liberalizadas e a produção liberalizada de electricidade do Grupo EDP no mercado Ibérico.

Em Espanha, a existência de um sistema tarifário com baixa aditividade, possibilitou à HC Energía aumentar em 2006 tanto o volume fornecido, em 12,6% para 6.671 GWh, como o preço médio de venda líquido, em 15,4% para 48€/MWh, mesmo enfrentando a forte concorrência de uma tarifa média ao cliente final mais favorável no mercado regulado, que continuou a ser suportada pelo acumular de défices tarifários sucessivos. A HC Energía conseguiu apresentar ofertas atractivas tanto para o Grupo EDP como para alguns clientes com perfis de consumo específicos. Este crescimento aconteceu tanto no segmento residencial, com um forte crescimento do número de clientes contratados através de ofertas combinadas de fornecimento de electricidade e gás, como no segmento de grandes consumidores, onde se destacou a contratação com a Renfe em Dezembro de 2005 do fornecimento de 1.500 GWh em 2006. Em termos de custos operacionais, o aumento de 15,6% dos custos com pessoal e com fornecimentos e serviços externos é explicado pelo crescimento do negócio no segmento residencial.

Em Portugal, após uma tendência crescente dos volumes contratados durante o ano 2005, ao longo do ano 2006 a EDP manteve uma tendência decrescente dos volumes vendidos no mercado de retalho liberalizado. Durante o ano 2006, o termo de contratos de fornecimento em condições de preço menos favoráveis, originou uma redução de 36% dos volumes vendidos e uma subida de 12,5% do preço médio de venda líquido em relação a 2005. O número de clientes de retalho presentes no mercado liberalizado aumentou 145% para 22.600 a Dezembro de 2006, na sequência da liberalização total do segmento residencial em Portugal, a 4 de Setembro de 2006. A EDP Comercial foi o único comercializador liberalizado a apresentar um produto vocacionado para os consumidores eléctricos residenciais em Portugal, o edp5D, que no final de 2006 tinha já 18.127 clientes. O lançamento desta oferta comercial para o mercado

liberalizado residencial implicou o aumento de 26,5% dos custos com pessoal e dos fornecimentos e serviços externos em 2006.



3. ENERGIAS RENOVÁVEIS NA PENÍNSULA IBÉRICA

A actividade de produção a partir de fontes de energia renováveis apresentou um Resultado Operacional Bruto de 57,7 de milhões de euros em 2006, o que representa um crescimento de 21,3 milhões de euros em relação ao ano 2005.

Demonstração de Resultados Operacionais (milhões de euros)	2006	2005	Var. 06/05
Proveitos Operacionais	249,1	127,6	95,2%
Custos Directos da Actividade	47,3	29,0	62,8%
Margem Bruta	201,8	98,5	104,8%
% Proveitos Operacionais	81,0%	77,2%	3,8 p.p.
Fornecimentos e serviços externos	30,7	22,0	39,6%
Custos com pessoal	14,0	5,2	169,0%
Rendas de centros electroprodutores	1,3	0,7	75,5%
Outros custos (proveitos) operacionais	8,9	4,9	-
Custos Operacionais	54,9	32,9	67,1%
Resultado Operacional Bruto	146,9	65,7	123,6%
% Proveitos Operacionais	59,0%	51,5%	7,5 p.p.
Provisões para riscos e encargos	12,1	(0,0)	-
Amortizações	77,6	29,7	161,6%
Compensação amort. activos subsidiados	(0,5)	(0,4)	-38,9%
Resultado Operacional	57,7	36,4	58,4%
% Proveitos Operacionais	23,1%	28,5%	(5,4 p.p.)

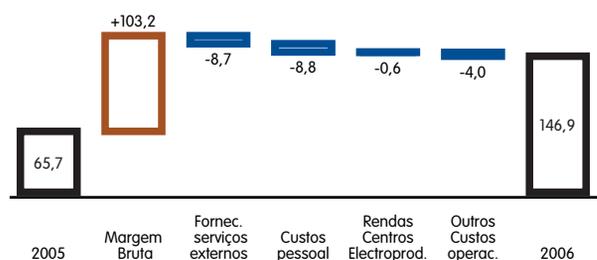
Em 2006, foram produzidos 2.253 GWh de electricidade (mais 78,0% do que no ano anterior) a partir de fontes de energia renováveis, devido a um aumento da capacidade instalada bem como a um aumento das horas equivalentes de serviço dos parques eólicos que a EDP opera na Península Ibérica: i) em Espanha, as horas equivalentes de serviço aumentaram de 2.100 horas em 2005 para 2.309 horas em 2006; ii) em Portugal as horas equivalentes de serviço diminuíram de 2.463 horas em 2005 para 2.199 horas em 2006. De notar que a regulação Portuguesa possibilita uma estabilidade da margem bruta da actividade de produção eólica, uma vez que as tarifas por MWh são decrescentes com o aumento do número de horas de funcionamento anual.

Margem Bruta (milhões de euros)	2006	2005	Var. 06/05
Eólico - Portugal	46,6	30,0	55,6%
Eólico - Espanha	131,2	43,8	199,5%
Resíduos & Biomassa	15,2	20,2	-25,0%
Mini-Hídricas	0,15	0,35	-58,3%
Outros & Ajustamentos de Consolidação	8,6	4,2	105,7%
Total	201,8	98,5	104,8%

A margem bruta do negócio das energias renováveis mais do que duplicou no período, beneficiando dos aumentos da capacidade instalada e dos factores de utilização bem como de um aumento dos preços médios de venda da energia eólica produzida pelos nossos parques eólicos na Península Ibérica. Em 2006, a energia eólica produzida pelos parques eólicos em

Portugal e em Espanha foi vendida a um preço médio de 91€/MWh e 90€/MWh, respectivamente, o que compara com preços médios de 86€/MWh e 79€/MWh, respectivamente, para o ano 2005.

Resultado Operacional Bruto - Energias Renováveis (milhões de euros)



Os fornecimentos e serviços externos aumentaram 8,7 milhões de euros no período, reflectindo: i) um aumento de 2,7 milhões de euros devido à consolidação da Desa pela primeira vez em 2006; e ii) um aumento de 3,4 milhões de euros nos custos de conservação e reparação dos parques eólicos existentes, sendo que o remanescente se deve essencialmente a um aumento nas despesas com rendas e alugueres. Os custos com pessoal aumentaram 8,8 milhões de euros no período devido aos aumentos salariais e a um aumento do número de trabalhadores (75 empregados com a compra da Desa).

As provisões para riscos e encargos em 2006 incluem um "impairment" com vista à futura transferência dos activos de Resíduos e Biomassa para a HC Energia, que se espera que esteja concluída no primeiro trimestre de 2007.

O Resultado Operacional Bruto aumentou 81,2 milhões de euros no período para 146,9 milhões de euros em 2006, ou 59,0% em percentagem dos Proveitos Operacionais (+7,5 p.p. no período). Em 2006, excluindo as Mini-Hídricas e os Resíduos e Biomassa, que registaram um Resultado Operacional Bruto em percentagem dos Proveitos Operacionais de 43,2% e 18,1%, respectivamente, o Resultado Operacional Bruto proveniente do negócio das energias eólicas em Portugal e Espanha atingiu os 149,4 milhões de euros (ou 86,4% em percentagem dos Proveitos Operacionais).

As amortizações aumentaram de 29,7 milhões de euros em 2005 para 77,6 milhões de euros em 2006, devido essencialmente ao já mencionado aumento da capacidade instalada eólica através de aquisições e crescimento orgânico.

4. DISTRIBUIÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA

A actividade de distribuição na Península Ibérica abrange a EDP Distribuição, subsidiária do Grupo EDP que actua nas actividades de distribuição e comercialização de electricidade dentro do sistema regulado em Portugal, e a empresa distribuidora da HC Energía, que actua no mercado de electricidade Espanhol.

A actividade de distribuição na Península Ibérica alcançou um Resultado Operacional de 236,1 milhões de euros em 2006, o que representa um crescimento de 38,6% em relação ao ano 2005.

Demonstração de Resultados Operacionais (milhões de euros)	2006	2005	Var. 06/05
Proveitos Operacionais	4.416,5	3.920,5	12,6%
Custos Directos da Actividade	3.041,8	2.623,9	15,9%
Margem Bruta	1.374,6	1.296,6	6,0%
% Proveitos Operacionais	31,1%	33,1%	-1,9 p.p.
Fornecimentos e serviços externos	293,7	304,5	-3,6%
Custos com pessoal	210,4	215,3	-2,3%
Custos com benefícios sociais	98,3	129,9	-24,3%
Rendas de concessão	211,4	201,4	5,0%
Outros custos (proveitos) operacionais	(11,1)	(13,1)	14,9%
Custos Operacionais	802,8	838,1	-4,2%
Resultado Operacional Bruto	571,8	458,6	24,7%
% Proveitos Operacionais	12,9%	11,7%	1,3 p.p.
Provisões para riscos e encargos	61,1	5,4	1024,1%
Amortizações	360,7	364,8	-1,1%
Compensação amort. activos subsidiados	(86,1)	(82,0)	-5,0%
Resultado Operacional	236,1	170,3	38,6%
% Proveitos Operacionais	5,3%	4,3%	1,0 p.p.

A margem bruta para a actividade de distribuição do Grupo EDP na Península Ibérica aumentou 6,0% no período: i) em Portugal, os proveitos permitidos aumentaram 9,7% no período enquanto que a margem bruta de electricidade aumentou 6,8%, reflectindo-se num desvio tarifário de 117,9 milhões de euros a recuperar; e ii) em Espanha, a margem bruta inclui um impacto positivo de 8,0 milhões de euros dos desvios nos custos da electricidade comprada e um impacto negativo de 15,6 milhões de euros resultante da aplicação do RD 3/2006.

O Resultado Operacional Bruto na actividade de distribuição na Península Ibérica beneficiou de uma redução de 4,2% nos custos operacionais devido, por um lado, a uma forte redução dos custos comerciais na actividade de distribuição de electricidade em Portugal - resultado de uma crescente adesão à "conta certa" e da implementação da facturação bimestral - e por outro, a uma redução dos custos com benefícios sociais e com a reestruturação de recursos humanos.

Em Portugal, em 2005, o aumento inesperado dos

custos com combustíveis e dos volumes de produção em regime especial reflectiram-se num aumento significativo dos custos do sistema e, em 2006, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) procedeu a uma alteração no critério de repartição, pelos clientes de electricidade, do sobrecusto para a produção de energia eléctrica de origem renovável. Estes dois acontecimentos, conjugados com o facto do aumento médio para as tarifas em BT em 2006 estar limitado à inflação, originaram um défice tarifário de 399 milhões de euros, dos quais 125 milhões de euros foram atribuídos à EDP Distribuição.

A 16 de Outubro de 2006, a ERSE propôs um aumento médio nas tarifas de electricidade de 12,4% para 2007, em conjunto com a recuperação do défice criado em 2006 num período de 3 anos. No entanto, em Novembro de 2006, o Governo Português aprovou o DL 237-B/2006 fixando um limite de 6% ao aumento médio das tarifas em BT para 2007. Em consequência, a ERSE procedeu à revisão do aumento médio das tarifas de electricidade para 2007 e em Dezembro de 2006 a Entidade Reguladora divulgou um aumento médio de 6,2% das tarifas e reconheceu a existência de um défice adicional de 79 milhões de euros para o sistema - criado pelo limite de 6% ao aumento médio das tarifas em BT - dos quais 49 milhões de euros foram atribuídos à EDP Distribuição. O DL aprovado pelo Governo Português em Novembro de 2006 reconhece o recebimento dos défices tarifários num período de 10 anos, com início em 2008, e permite a securitização daqueles montantes. Assim, a EDP Distribuição reconheceu nas vendas de electricidade o défice de 2006 (125 milhões de euros) e contabilizou-o como activo.

4.1. Distribuição em Portugal

Demonstração de Resultados Operacionais (milhões de euros)	2006	2005	Var. 06/05
Proveitos Operacionais	4.289,0	3.767,6	13,8%
Custos Directos da Actividade	3.041,8	2.594,2	17,3%
Margem Bruta	1.247,2	1.173,4	6,3%
% Proveitos Operacionais	29,1%	31,1%	(2,1 p.p.)
Fornecimentos e serviços externos	240,1	255,0	-5,9%
Custos com pessoal	185,7	181,1	2,5%
Custos com benefícios sociais	97,2	128,9	-24,6%
Rendas de concessão	211,4	201,4	5,0%
Outros custos (proveitos) operacionais	(17,0)	(22,5)	24,7%
Custos Operacionais	717,4	744,0	-3,6%
Resultado Operacional Bruto	529,8	429,4	23,4%
% Proveitos Operacionais	12,4%	11,4%	1,0 p.p.
Provisões para riscos e encargos	57,0	5,4	948,7%
Amortizações	334,6	332,7	0,6%
Compensação amort. activos subsidiados	(83,9)	(80,0)	-4,8%
Resultado Operacional	222,0	171,3	29,6%
% Proveitos Operacionais	5,2%	4,5%	0,6 p.p.

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Análise Financeira



Em 2006, a electricidade distribuída em Portugal apresentou um crescimento anual de 3,7% para 45,4 TWh. Os segmentos de AT e MT beneficiaram dos consumos de energia dos cogeneradores no sistema regulado (+0,7 p.p.) que optaram por vender ao sistema toda a energia produzida à tarifa de regime especial, de forma a beneficiar do diferencial de preço existente entre os dois regimes. Excluindo o impacto dos cogeneradores bem como o efeito temperatura (-0,6 p.p.) o consumo de electricidade teria aumentado 3,6%.

Proveitos Permitidos (milhões de euros)	2006	2005	Var. 06/05
Componente Fixa URD: AT/MT (/ M)	136,4	-	-
Proveito unitário URD: AT/MT (/ MWh)	5,6	8,3	-32,3%
Energia entregue no SEP/SENV: AT/MT (GWh)	45.548	43.998	3,5%
Componente Fixa URD: BT (/ M)	266,2	-	-
Proveito unitário URD: BT (/ MWh)	13,6	24,5	-44,4%
Energia entregue no SEP/SENV: BT (GWh)	24.132	23.610	2,2%
Proveitos permitidos para a actividade de URD	986,0	941,6	4,7%
Valor médio dos activos afectos à CREDES (liqº de amortiz.)	246,2	277,7	-11,3%
Remuneração para os activos afectos à CREDES (%)	8,0	8,5	-5,9%
Amortizações dos activos afectos à CREDES	43,4	47,6	-8,8%
Custos anuais de estrutura comercial afectos à CREDES	71,1	58,6	21,3%
Proveitos permitidos para a actividade de CREDES	134,2	129,8	3,4%
Valor médio dos activos afectos à CSEP (liqº de amortiz.)	15,9	49,0	-67,5%
Remuneração para os activos afectos à CSEP (%)	8,0	8,5	-5,9%
Amortizações dos activos afectos à CSEP	2,1	6,5	-67,8%
Custos anuais de estrutura comercial afectos à CSEP	67,2	67,5	-0,5%
Proveitos permitidos para a actividade de CSEP	70,6	78,2	-9,8%
Incentivo para a redução de perdas	15,9	3,2	-
Ajust. tarif. ano t-2 para URD, CSEP e CREDES	36,7	16,3	125,2%
Ajust. tarif. anos t-1 & t-2 na Compra e Venda de Energia	86,5	27,6	213,7%
Recuperação Custos PAR	24,1	37,7	-36,1%
Total Proveitos Permitidos	1.354,1	1.234,5	9,7%

Os proveitos permitidos da EDP Distribuição aumentaram 9,7% no período:

- Os proveitos permitidos para o Uso da Rede de Distribuição (URD) aumentaram 4,7%, devido a um aumento da electricidade distribuída. De notar que aquando da revisão tarifária para o ano 2006, a ERSE alterou a formula de cálculo para os proveitos permitidos do URD através da introdução de uma componente fixa (402,6 milhões de euros em 2006), independente dos volumes de electricidade distribuídos, reduzindo assim a exposição da EDP Distribuição ao risco de desvios na procura de electricidade em Portugal;
- Os proveitos permitidos para as actividades de Comercialização de Redes (CREDES) e Comercialização no SEP (CSEP) reflectem: i) uma redução de 50p.b. na taxa de retorno dos activos afectos a estas actividades; ii) uma menor base de activos regulada, no seguimento da transferência de alguns activos para a EDP Soluções Comerciais - empresa criada em 2005 para a gestão dos

sistemas comerciais, o fornecimentos de serviços comerciais à EDP Distribuição e EDP Comercial, e para possibilitar a captura de sinergias nas actividades de comercialização bem como um controlo dos custos comerciais num ambiente cada vez mais competitivo. A ERSE aceitou como custos controláveis da EDP Distribuição a remuneração e amortização daqueles activos, o que se reflectiu num aumento de 9,7% dos custos da estrutura comercial para as actividades de CREDES e CSEP;

- Os proveitos permitidos em 2006 incluem também 123,2 milhões de euros relativos à recuperação de custos incorridos em anos anteriores, 24,1 milhões de euros relativos à recuperação dos custos relacionados com o Programa de Apoio à Reestruturação (PAR) da EDP Distribuição e 15,9 milhões de euros relativos a incentivos diversos, nomeadamente de redução de perdas e de gestão da procura.

Os custos com as compras de electricidade aumentaram 17,3% no período, devido: i) a um aumento de 2,9% da electricidade entregue na rede de distribuição; ii) a um aumento da parcela relativa às compras de energia aos Produtores em Regime Especial; iii) a um aumento dos custos com combustíveis e iv) a um aumento na tarifa média de Uso Global do Sistema.

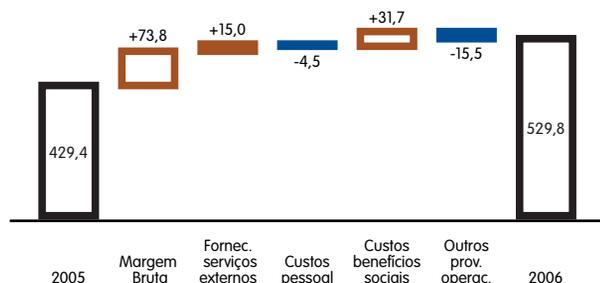
A margem bruta de electricidade ficou 117,9 milhões de euros abaixo do proveito permitido para o período, dos quais:

- 89,5 milhões de euros resultam de elevados custos com as compras de electricidade: i) 43,1 milhões de euros devem-se ao facto de as compras de energia aos produtores em regime especial terem sido inferiores às estimadas pela ERSE aquando da fixação das tarifas para o ano 2006, implicando a recuperação pela EDP Distribuição de parte da componente fixa dos custos com compras de electricidade cobrada pela REN e relacionada com a produção em regime especial, enquanto que a EDP Distribuição teve que satisfazer os consumos através da compra de energia adicional ao sistema regulado; e ii) 46,4 milhões de euros resultam do facto de a ERSE não ter previsto o aumento do consumo regulado proveniente do regresso dos clientes de MT/BTE do mercado liberalizado para o mercado regulado, implicando que este aumento

no consumo tivesse que ser satisfeito através de um aumento nas compras de electricidade, nomeadamente através de compras em mercado ("parcela livre"), que também não foi incorporada nas tarifas de 2006;

- O remanescente deve-se ao facto de os clientes de MT/BTE que estão a regressar para o sistema regulado beneficiarem de tarifas de electricidade inferiores em termos médios, não possibilitando o "pass-through" imediato para as tarifas de todos os custos com as compras de electricidade que a empresa teve que suportar para satisfazer esta procura adicional.

Resultado Operacional Bruto - EDP Distribuição (milhões de euros)



Os fornecimentos e serviços externos diminuíram 5,9% no período, devido: i) a uma redução de 15,3 milhões de euros nos custos comerciais resultado, por um lado, de uma diminuição das despesas de instalação no seguimento do "re-branding" da rede de lojas da EDP Distribuição em 2005, e por outro, de uma redução dos custos com serviços de corte, cobrança e correios, sendo esta resultado de um aumento de 22% do número de clientes que aderiu à "Conta Certa" (1,5 milhões de clientes a Dezembro de 2006) e do facto de, em 2006, a facturação ter passado a ser bimestral em vez de mensal; e ii) a uma redução de 10,4 milhões de euros nos custos com tecnologias de informação. De entre as rubricas de custo que apresentaram uma subida, destacam-se os custos com formação profissional - que cresceram 3,5 milhões de euros - bem como alguns custos de O&M e prémios de seguro.

Os Custos com Pessoal aumentaram 2,5% no período (ou 1,4% excluindo a capitalização dos custos com pessoal ou os custos com indemnizações) devido a um aumento médio salarial de 2,7% para o ano 2006, que mais do que compensou as poupanças conseguidas através da redução do número de

trabalhadores.

O número de empregados afectos à actividade de distribuição em Portugal em 2006 totalizava os 5.168 colaboradores (dos quais 694 estavam afectos à EDP Soluções Comerciais), o que representa uma redução de 154 trabalhadores entre 2005 e 2006. Esta redução foi maioritariamente alcançada através do Programa de Ajustamento de Efectivos (PAE) iniciado em 2006 - 103 reformas, pré-reformas e antecipações à pré-reforma.

Os custos com benefícios sociais diminuíram 31,7 milhões de euros no período, devido essencialmente a uma redução de 25,3 milhões de euros nos prémios e provisões para pensões, consequência do estudo actuarial realizado para o ano 2006 e de um aumento do retorno dos activos do Fundo de Pensões. De notar que em 2005, a EDP Distribuição contabilizou um custo não recorrente de 29,5 milhões de euros relacionado com a redução de 119 empregados que deixaram a empresa a Dezembro de 2005 no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação levado a cabo em 2005, enquanto o custo não recorrente do PAE do ano 2006 totalizou 24,7 milhões de euros.

4.2. Distribuição em Espanha

Demonstração de Resultados Operacionais (milhões de euros)	2006	2005	Var. 06/05
Proveitos Operacionais	127,5	152,9	-16,6%
Custos Directos da Actividade	0,0	29,7	-99,9%
Margem Bruta	127,5	123,2	3,4%
% Proveitos Operacionais	100,0%	80,6%	19,4p.p.
Fornecimentos e Serviços Externos	53,6	49,5	8,4%
Custos com Pessoal	24,8	34,2	-27,6%
Custos com Benefícios sociais	1,2	1,0	22,4%
Outros custos (proveitos) operacionais	5,8	9,4	-38,2%
Custos Operacionais	85,4	94,1	-9,2%
Resultado Operacional Bruto	42,1	29,2	44,2%
% Proveitos Operacionais	33,0%	19,1%	13,9p.p.
Provisões para riscos e encargos	4,1	-	-
Amortizações	26,1	32,1	-18,8%
Compensação amort. activos subsidiados	(2,2)	(2,0)	-10,4%
Resultado Operacional	14,1	(1,0)	-
% Proveitos Operacionais	11,1%	-0,6%	11,7p.p.



Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Análise Financeira



No ano 2006, a totalidade da electricidade distribuída em Espanha foi adquirida às produtoras da HC Energía, o que, de acordo com as normas internacionais de contabilidade, levou à anulação dos custos com as compras de electricidade por contrapartida das respectivas vendas.

Proveitos Regulados (milhões de euros)	2006	2005	Var. 06/05
Transporte	8,6	7,8	10,3%
Distribuição	98,2	98,7	-0,6%
Comercialização	7,6	7,4	2,1%
Proveitos Regulados	114,3	113,9	0,4%

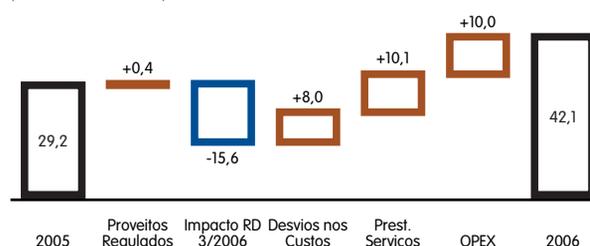
A margem bruta da actividade de distribuição em Espanha aumentou 3,4% para 127,5 milhões de euros em 2006 no seguimento i) de um aumento de 0,4 milhões de euros da remuneração para as actividades reguladas reconhecida na tarifa de 2006; ii) de um impacto positivo de 8,0 milhões de euros dos desvios nos custos da electricidade comprada; iii) de um impacto negativo de 15,6 milhões de euros resultante da aplicação do RD 3/2006, de acordo com a interpretação feita (agora contabilizados em custos directos) e iv) de um aumento de 10,1 milhões de euros nas prestações de serviços e outros proveitos operacionais:

- Os proveitos regulados aumentaram 0,4% de acordo com o que está reconhecido nas tarifas de 2006. Para 2007, de acordo com o RD 1634/2006, que estabelece os proveitos das actividades reguladas no negócio da electricidade em Espanha, dos 3.571,1 milhões de euros atribuídos à actividade de distribuição, 123,1 milhões de euros ou 3,4% foram atribuídos à actividade de Distribuição da HC Energía, o que representa um aumento anual de 25%;
- A actividade de distribuição teve uma receita extra de 8,0 milhões de euros, consequência de dois efeitos contrários resultantes dos desvios nos custos da electricidade comprada: i) as necessidades de electricidade por parte da distribuidora em Espanha foram superiores às estimativas iniciais, o que implicou que fosse necessário adquirir electricidade nos mercados secundários a preços superiores aos do mercado diário, dando origem a um custo adicional de 10,0 milhões de euros em 2006; este foi mais do que

compensado por ii) um impacto positivo de 18,0 milhões de euros resultado do custo médio com compras de electricidade por parte da nossa distribuidora em Espanha ter sido inferior ao custo médio das compras de electricidade das distribuidoras do sistema, sendo este o custo "standard" reconhecido nas liquidações dos proveitos/margem regulados. Desde Junho de 2006, existiu um aumento substancial dos volumes transaccionados nos mercados secundários, a preços superiores aos do mercado diário, levando a desvios nos custos entre as distribuidoras do sistema devido às suas estratégias de actuação no mercado grossista de electricidade;

- O RD 3/2006 aprovado em 24 de Fevereiro de 2006, considera que a partir de Março de 2006, as vendas de electricidade da geração e as compras da distribuição, efectuadas simultaneamente pelo mesmo grupo empresarial, são liquidadas a um preço provisório de 42,35€/MWh (custo médio da geração convencional incluído na tarifa de 2006). As compras de electricidade da actividade de Distribuição da HC Energía que foram liquidadas com geração própria ascenderam a 1.512 GWh. O impacto desta medida (-15,6 milhões de euros) é contabilizado na actividade de Distribuição como sendo a diferença entre o preço desta electricidade e os 42,35€/MWh.

Resultado Operacional Bruto - Distribuição em Espanha
(milhões de euros)



Os custos operacionais diminuíram 9,2% no período devido a uma redução dos custos com pessoal no seguimento da contabilização em 2005 de um custo não recorrente de 10,0 milhões de euros relacionado com a reestruturação de recursos humanos.

5. GÁS NA PENÍNSULA IBÉRICA

A actividade de gás da EDP na Península Ibérica está centrada principalmente no segmento da distribuição regulada, onde tem uma quota de mercado de 7,7%. A Naturgas tem vindo a aumentar a sua presença no mercado liberalizado espanhol. Os activos da EDP neste negócio são: a Naturgas, em Espanha (56,2% controlada pela HC Energia), e em Portugal, a Portgás (72,0%; consolidada integralmente) e a Setgás (19,8%; consolidada por equivalência patrimonial).

O Resultado Operacional do negócio do gás na Península Ibérica aumentou em 23,2% para 110,2 milhões de euros em 2006.

Demonstração de Resultados Operacionais (milhões de euros)	2006	2005	Var. 06/05
Proveitos Operacionais	1.128,4	717,4	57,3%
Custos Directos da Actividade	902,2	528,8	70,6%
Margem Bruta	226,3	188,6	19,9%
% Proveitos Operacionais	20,1%	26,3%	-6,2 p.p.
Fornecimentos e serviços externos	44,5	37,9	17,6%
Custos com pessoal	27,1	24,3	11,6%
Custos com benefícios sociais	0,4	0,4	-13,8%
Rendas de concessão	-	-	-
Outros custos (proveitos) operacionais	9,5	2,6	266,5%
Custos Operacionais	81,5	65,2	25,0%
Resultado Operacional Bruto	144,8	123,4	17,3%
% Proveitos Operacionais	12,8%	17,2%	-4,4 p.p.
Provisões para riscos e encargos	(2,7)	0,2	-
Amortizações	40,0	36,8	8,7%
Compensação amort. activos subsidiados	(2,8)	(3,0)	7,1%
Resultado Operacional	110,2	89,5	23,2%
% Proveitos Operacionais	9,8%	12,5%	-2,7 p.p.

Em Abril de 2006, a EDP concluiu a operação de reforço das participações na Portgás de 59,6% para 72,0% e na Setgás de 10,1% para 19,8% respectivamente, após a não oposição por parte da Autoridade Portuguesa da Concorrência à aquisição das participações indirectas da Endesa nestas empresas. Esta operação fortaleceu a posição da EDP no mercado do gás português onde se espera um aumento do número de clientes com a liberalização. Em Maio de 2006, a Naturgas concluiu a aquisição dos restantes 50% do capital social da Bilbogas, após ter sido aprovado pelas autoridades competentes, e em Setembro de 2006, a Naturgas assinou um acordo para a aquisição dos restantes 50% do capital social da Gasnalsa. Este acordo permite à Naturgas dar mais um passo importante com vista a reforçar a sua posição de operador energético integral e líder no sector do gás do País Basco.

5.1. Gás em Portugal - Portgás

Demonstração de Resultados Operacionais (milhões de euros)	2006	2005	Var. 06/05
Proveitos Operacionais	96,2	82,3	16,9%
Custos Directos da Actividade	52,4	40,3	30,2%
Margem Bruta	43,8	42,1	4,1%
% Proveitos Operacionais	45,5%	51,1%	-5,6 p.p.
Fornecimentos e Serviços Externos	7,1	6,3	11,9%
Custos com pessoal e benefícios sociais	4,3	4,6	-6,5%
Outros custos (proveitos) operacionais	(0,5)	1,0	-
Custos Operacionais	10,8	12,0	-9,4%
Resultado Operacional Bruto	33,0	30,1	9,5%
% Proveitos Operacionais	34,3%	36,6%	-2,3 p.p.
Provisões para riscos e encargos	(0,1)	0,2	-
Amortizações	8,1	7,4	9,0%
Compensação amort. activos subsidiados	(1,2)	(2,1)	42,4%
Resultado Operacional	26,2	24,5	6,8%
% Proveitos Operacionais	27,2%	29,8%	-2,6 p.p.

Os proveitos de gás atingiram os 94,3 milhões de euros - dos quais 89,1 milhões de euros em gás natural (GN) e 5,2 milhões de euros em gás propano (GPL) - o que corresponde a um aumento de 17,4% face ao ano de 2005. Este crescimento deve-se ao aumento do preço de venda unitário bem como do volume de gás distribuído. A margem bruta aumentou 4,1% e atingiu os 43,8 milhões de euros, sendo que o Resultado Operacional Bruto cresceu 9,5% para os 33,0 milhões de euros no final de 2006.

5.2. Gás em Espanha

Demonstração de Resultados Operacionais (milhões de euros)	2006	2005	Var. 06/05
Proveitos Operacionais	1.032,2	668,4	54,4%
Custos Directos da Actividade	849,7	504,8	68,3%
Margem Bruta	182,5	163,6	11,6%
% Proveitos Operacionais	17,7%	24,5%	-6,8 p.p.
Fornecimentos e Serviços Externos	36,3	33,8	7,3%
Custos Pessoal	22,4	21,6	3,8%
Custos Benefícios sociais	0,3	0,4	-10,0%
Outros custos (proveitos) operacionais	9,9	2,0	404,9%
Custos Operacionais	69,0	57,8	19,4%
Resultado Operacional Bruto	113,5	105,8	7,3%
% Proveitos Operacionais	11,0%	15,8%	-4,8 p.p.
Provisões para riscos e encargos	-0,0	-0,0	100%
Amortizações	33,5	32,4	3,5%
Compensação amort. activos subsidiados	-1,5	-1,7	11,8%
Resultado Operacional	81,6	75,2	8,5%
% Proveitos Operacionais	7,9%	11,3%	-3,3 p.p.

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Análise Financeira

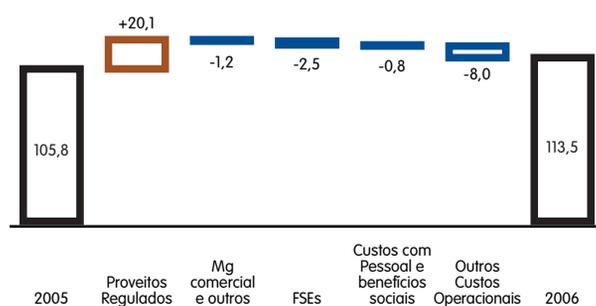


Na actividade do gás em Espanha, as receitas reguladas representam mais de 80% da margem bruta, o que permite uma estabilidade nos “cash flows” da empresa. A “performance” da margem bruta desta actividade é explicada pelos seguintes factores:

- Um aumento de 15,3% dos proveitos regulados, após a aquisição dos restantes 50% do capital social da Bilbogas (e da sua consolidação integral desde Janeiro de 2006) e dos 50% do capital social da Gasnalsa (e da sua consolidação integral desde Novembro de 2006);
- Um aumento dos volumes de gás vendido a clientes liberalizados com melhores condições no preço de venda em comparação com os custos dos contratos de fornecimento de gás da Naturgas (+30 milhões de euros). Este é o resultado do sucesso conseguido pela Naturgas com o lançamento, em meados de 2005, da oferta integrada de electricidade e gás para pequenos clientes, o que também permitiu à empresa manter os clientes que se transferiram do mercado regulado para o não regulado, e da renegociação dos contratos existentes com os grandes clientes;
- Uma insuficiência de gás no início de 2006 levou a compras excepcionais e não recorrentes de gás no mercado “spot” a um preço superior ao dos actuais contratos da Naturgas, o que se traduziu num impacto negativo, não recorrente, de 15 milhões de euros na margem bruta.

Os custos operacionais aumentaram 19,4% devido a um aumento de 7,3% dos fornecimentos e serviços externos por efeito principalmente da consolidação integral da Bilbogas e Gasnalsa e de um aumento das taxas de arrendamento; e a um aumento dos outros custos resultado do aumento das taxas locais em consequência do crescimento das vendas de gás (+2,5 milhões de euros) e do aumento dos custos regulatórios relativos ao armazenamento de gás (+3,5 milhões de euros).

Resultado Operacional Bruto - Gás em Espanha (milhões de euros)



6. BRASIL

A Energias do Brasil registou um Resultado Operacional de 332,1 milhões de euros em 2006, o que representa uma redução de 2,5% em relação ao ano 2005.

Demonstração de Resultados Operacionais (milhões de euros)	2006	2005	Var. 06/05
Proveitos Operacionais	1.726,3	1.503,7	14,8%
Custos Directos da Actividade	975,1	871,8	11,8%
Margem Bruta	751,2	631,8	18,9%
% Proveitos Operacionais	43,5%	42,0%	1,5p.p.
Fornecimentos e serviços externos	124,7	118,5	5,2%
Custos com pessoal	127,0	91,9	38,2%
Outros custos (proveitos) operacionais	65,6	9,0	624,9%
Custos Operacionais	317,3	219,5	44,6%
Resultado Operacional Bruto	433,9	412,3	5,2%
% Proveitos Operacionais	25,1%	27,4%	-2,3p.p.
Provisões para riscos e encargos	7,1	(0,8)	-
Amortizações	103,5	79,3	30,6%
Compensação amort. activos subsidiados	(8,8)	(6,8)	-30,4%
Resultado Operacional	332,1	340,6	-2,5%
% Proveitos Operacionais	19,2%	22,7%	-3,4p.p.

Com o intuito de avaliar a efectiva "performance" no negócio do Brasil, são apresentadas as contas societárias em reais (câmbio médio BRL/EUR de 2,7 em 2006 e 3,0 em 2005).

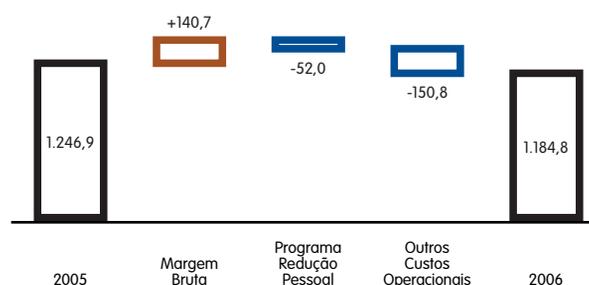
A Energias do Brasil registou um Resultado Operacional de 906,9 milhões de reais em 2006, o que representa uma redução de 11,9% em relação ao ano 2005.

Demonstração de Resultados Operacionais (milhões de reais)	2006	2005	Var. 06/05
Proveitos Operacionais	4.713,9	4.547,0	3,7%
Custos Directos da Actividade	2.662,6	2.636,4	1,0%
Margem Bruta	2.051,3	1.910,6	7,4%
% Proveitos Operacionais	43,5%	42,0%	1,5p.p.
Fornecimentos e serviços externos	340,5	358,4	-5,0%
Custos com pessoal	346,9	277,9	24,8%
Outros custos (proveitos) operacionais	179,0	27,4	554,6%
Custos Operacionais	866,4	663,7	30,5%
Resultado Operacional Bruto	1.184,8	1.246,9	-5,0%
% Proveitos Operacionais	25,1%	27,4%	-2,3p.p.
Provisões para riscos e encargos	19,4	-2,3	-
Amortizações	282,7	239,8	17,9%
Compensação amort. activos subsidiados	-24,2	-20,5	-17,7%
Resultado Operacional	906,9	1.029,9	-11,9%
% Proveitos Operacionais	19,2%	22,7%	-3,4p.p.

Em 2006, o Resultado Operacional Bruto da Energias do Brasil diminuiu 5,0%. As actividades de distribuição e comercialização apresentaram contributos negativos, que foram compensados pelo aumento do Resultado Operacional Bruto da actividade de produção em 43,5% devido ao processo de desverticalização bem como à entrada em operação da central hidroeléctrica de

Peixe Angical e do quarto grupo de Mascarenhas. O Resultado Operacional Bruto da distribuição foi afectado pelas diferenças tarifárias negativas (205 milhões de reais em 2006 vs. -39 milhões de reais em 2005). O Resultado Operacional Bruto da actividade de comercialização diminuiu 93,4% devido ao fim dos contratos de "self-dealing" e à contabilização de uma provisão reflectindo a diferença entre o preço de venda aceite pelo regulador e a tarifa definida no contrato com a Ampla.

Resultado Operacional Bruto - Energias do Brasil (milhões de reais)



Os custos operacionais da Energias do Brasil aumentaram 30,5% em resultado de:

- Um aumento dos custos com pessoal, reflectindo:
 - a contabilização de uma provisão não recorrente devido ao programa de redução de pessoal (52 milhões de reais) - O programa de redução de pessoal (PRP), uma das etapas do projecto Vanguarda, pretende adequar os recursos humanos da empresa à nova estrutura. O número de adesões ao PRP foi de 651 empregados, i.e. 19% do quadro do grupo a Março 2006, e considerando as substituições necessárias, deverá implicar, para o final de 2007, um valor líquido de reduções de cerca de 16%. A implementação do PRP no primeiro semestre de 2006 ajudou à diminuição de 458 empregados em 2006; e
 - os aumentos médios salariais de 7%;
- Um aumento dos custos com fornecimentos e serviços externos na actividade de distribuição devido ao programa de diminuição das perdas comerciais da rede de distribuição, incluindo um aumento do número de inspecções de rede e de

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Análise Financeira



leituras de contadores (22,7 milhões de reais). Com vista à redução das perdas comerciais da rede de distribuição, a Energias do Brasil está a investir num programa específico focado na melhoria dos processos de medição dos contadores, inspecções aos pontos de consumo, operações na detecção de fraudes e regularização de ligações ilegais;

- Um aumento nos outros custos operacionais reflectindo o aumento dos custos regulatórios na distribuição e a provisão para perda potencial (20 milhões de reais) no negócio da comercialização, devido a uma divergência de opiniões com o regulador quanto aos termos do contrato de fornecimento com a Ampla. Em 2005 esta rubrica teve um impacto positivo pela reversão da provisão de 90 milhões de reais relativos à eventual desvalorização dos activos do projecto do Lajeado.

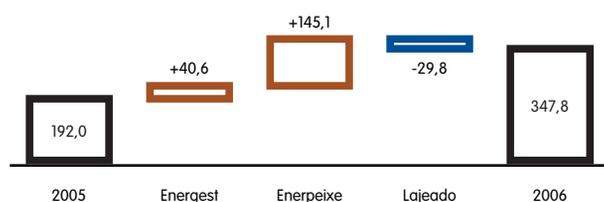
Em Setembro de 2006, a central hidroelétrica de Peixe Angical localizada no estado de Tocantins iniciou a sua actividade comercial. 100% da produção anual desta central (2.374 GWh) já está contratada até 2016 com as empresas de distribuição regulada, a um preço médio de aproximadamente 120R\$/MWh (estes contratos já foram aprovados pelo regulador). A entrada em operação da central contribuiu com 145,1 milhões de reais para o aumento da margem bruta.

Em meados de 2005, a Energias do Brasil separou as actividades de geração embebidas nas suas distribuidoras, de forma a cumprir o novo enquadramento regulatório para o sector eléctrico Brasileiro. Deste modo, as centrais eléctricas anteriormente embebidas nas empresas distribuidoras (281 MW, dos quais 14 MW foram desactivados no final de 2005), foram incorporadas na Energest. Esta alteração foi mais um factor que contribuiu para o crescimento da margem bruta em 2006 (+40,6 milhões de reais).

Demonstração de Resultados Operacionais por Área de Negócio- Energias do Brasil (milhões de reais)	Distribuição			Produção			Comercialização		
	2006	2005	Var. 06/05	2006	2005	Var. 06/05	2006	2005	Var. 06/05
Proveitos Operacionais	4.298,7	4.249,3	1,2%	457,5	214,3	113,5%	494,7	430,5	14,9%
Custos Directos da Actividade	2.649,7	2.599,4	1,9%	109,7	22,3	391,9%	437,8	364,1	20,3%
Margem Bruta	1.649,0	1.650,0	-0,1%	347,8	192,0	81,2%	56,9	66,5	-14,4%
% Proveitos Operacionais	38,4%	38,8%	-0,5p.p.	76,0%	89,6%	-13,6p.p.	11,5%	15,4%	-3,9p.p.
Fornecimentos e serviços externos	284,6	262,1	8,6%	36,5	62,9	-42,1%	6,8	9,4	-28,1%
Custos com pessoal	303,2	246,0	23,3%	15,5	9,7	58,6%	5,5	2,8	94,1%
Outros custos (proveitos) operacionais	137,7	118,5	16,2%	19,7	-73,2	-	41,1	0,5	8.266,2%
Custos Operacionais	725,5	626,6	15,8%	71,6	-0,5	-	53,4	12,7	320,1%
Resultado Operacional Bruto	923,4	1.023,3	-9,8%	276,2	192,5	43,5%	3,6	53,8	-93,4%
% Proveitos Operacionais	21,5%	24,1%	-2,6p.p.	60,4%	89,8%	-29,4p.p.	0,7%	12,5%	-11,8p.p.
Provisões para riscos e encargos	19,3	-2,3	-	0	0	-	-	-	-
Amortizações	228,6	209,9	8,9%	41,7	15,4	170,4%	0,3	0,3	-1,0%
Compensação amort. activos subsidiados	-24,2	-20,5	-17,7%	-	-	-	-	-	-
Resultado Operacional	699,6	836,3	-16,3%	234,5	177,1	32,4%	3,2	53,4	-93,9%
% Proveitos Operacionais	16,3%	19,7%	-3,4p.p.	51,2%	82,6%	-31,4p.p.	0,7%	12,4%	-11,8p.p.

6.1. Produção no Brasil

Margem Bruta - Produção no Brasil (milhões de reais)



6.2. Distribuição no Brasil

A margem bruta das distribuidoras da Energias do Brasil em 2006 foi idêntica à de 2005. No entanto, o ano de 2006 foi penalizado por desvios tarifários negativos de 205 milhões de reais (vs. 39 milhões de reais positivos em 2005), sendo que estes serão recuperados no próximo processo de reajuste tarifário anual. Excluindo estes desvios tarifários, a margem base de electricidade cresceu 18% numa base normalizada.

Margem Bruta da Actividade de Distribuição (milhões de reais)	Bandeirante			Escelsa			Enersul		
	2006	2005	Var. 06/05	2006	2005	Var. 06/05	2006	2005	Var. 06/05
Vendas de electricidade (Base)	1.909,0	1.917,8	-0,5%	1.231,7	1.158,7	6,3%	805,8	739,1	9,0%
(-) Custos não controláveis	1.357,9	1.329,5	2,1%	857,6	778,9	10,1%	468,1	423,0	10,7%
Margem de electricidade (Base)	551,0	588,3	-6,3%	374,1	379,8	-1,5%	337,8	316,1	6,9%
Ajustamentos tarifários*	15,8	74,3	-78,7%	57,8	22,4	158,5%	94,2	26,9	250,1%
Tarifas extraordinárias **	65,2	65,6	-0,7%	42,6	43,0	-0,8%	36,0	29,8	20,5%
Margem Bruta de Electricidade	632,0	728,2	-13,2%	474,5	445,1	6,6%	467,9	372,8	25,5%
Outros proveitos/(custos)	55,8	31,1	79,5%	6,6	41,8	-84,1%	12,1	30,9	-60,8%
Margem Bruta	687,8	759,3	-9,4%	481,1	487,0	-1,2%	480,0	403,7	18,9%

* Diferenças anos t-n em recebimento ou devolução
 ** Recuperação perdas racionamento & "Parcela A"

A "Margem de Electricidade Base" da Bandeirante diminuiu 6,3% devido a uma diferença negativa de 77 milhões de reais nos custos não-controláveis entre os incorridos e os cobertos pela tarifa (34 milhões de reais positivos em 2005). Este efeito foi parcialmente compensado por um aumento dos volumes distribuídos e por uma melhoria na margem média unitária. No que respeita aos ajustamentos tarifários em recuperação (ou devolvidos) no período, é importante referir que a Bandeirante devolveu 102 milhões de reais entre Outubro 2005 e 2006 (reflectindo a correcção aplicada ao aumento tarifário de 2003), e ao mesmo tempo a recuperar custos passados que não foram cobertos pela tarifa. No dia 20 de Outubro 2006, a entidade reguladora do sistema eléctrico brasileiro, a ANEEL, aprovou o índice médio de reajustamento anual das tarifas em 13,44% para o período entre Outubro de 2006 e Setembro de 2007, o que deverá contribuir para a diminuição do actual desvio tarifário.

Na Escelsa, a "Margem de Electricidade Base" diminuiu 1,5% devido a fortes aumentos no consumo e na margem média unitária, tendo estes sido quase compensados por uma diferença negativa de 105 milhões de reais entre os custos não-controláveis incorridos e os cobertos pela tarifa (3 milhões de reais positivos em 2005) e pelo impacto da desverticalização. Em Agosto de 2006, a ANEEL anunciou que a Escelsa irá recuperar entre Agosto de 2006 e Julho de 2007 cerca de 109 milhões de reais relativos a custos passados que não foram cobertos pela tarifa.

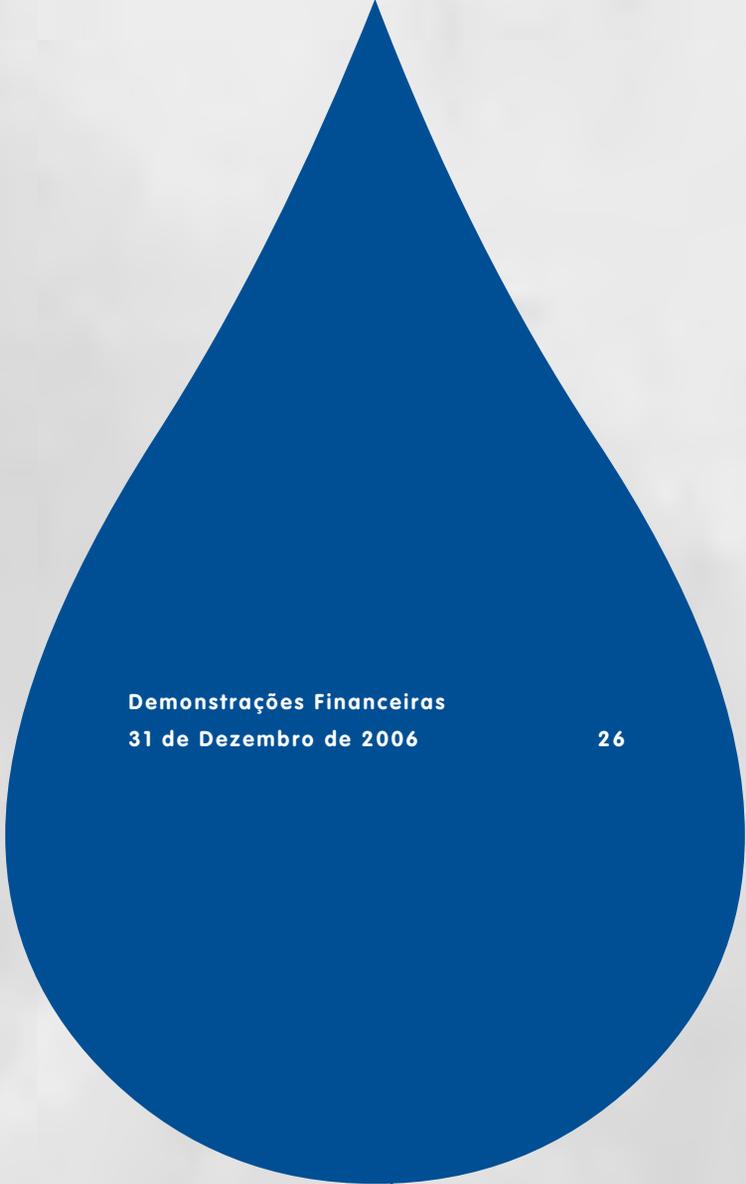
A "Margem de Electricidade Base" da Enersul aumentou 6,9% devido: i) a uma melhoria na margem média unitária atribuída pelo regulador (Parcela B) e ii) ao aumento do consumo, que foram parcialmente compensados por uma diferença negativa de 22

milhões de reais entre os custos não-controláveis incorridos e os cobertos pela tarifa (2 milhões de reais positivos em 2005). Nos ajustamentos tarifários em recuperação, a Enersul está a recuperar, no período entre Abril de 2006 e Março de 2007, 48 milhões de reais relativos a custos passados que não foram cobertos pela tarifa.



Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro
Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006





Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2006

26

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



EDP - Energias de Portugal, S.A.
Demonstração dos Resultados Consolidados
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Notas	2006			2005			
	Operações em continuação	Operações em descontinuação	Total	Operações em continuação	Operações em descontinuação	Total	
	(Milhares de Euros)			(Milhares de Euros)			
Volume de negócios	5	10.185.658	164.168	10.349.826	9.374.890	273.277	9.648.167
Custos com aquisição de electricidade	5	-4.380.703	-	-4.380.703	-4.222.003	-	-4.222.003
Custos com aquisição de gás	5	-744.350	-	-744.350	-458.233	-	-458.233
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	5	-1.052.114	-14.205	-1.066.319	-1.106.791	-5.801	-1.112.592
		<u>4.008.491</u>	<u>149.963</u>	<u>4.158.454</u>	<u>3.587.863</u>	<u>267.476</u>	<u>3.855.339</u>
Outros proveitos / (custos) de exploração							
Outros proveitos de exploração	6	136.386	7.762	144.148	208.318	3.235	211.553
Fornecimentos e serviços externos	7	-621.674	-119.724	-741.398	-610.966	-205.815	-816.781
Custos com o pessoal	8	-563.894	-21.192	-585.086	-504.024	-41.963	-545.987
Custos com benefícios aos empregados	8	-162.201	-86	-162.287	-200.163	-128	-200.291
Outros custos de exploração	9	-498.188	-10.193	-508.381	-444.771	-8.895	-453.666
		<u>-1.709.571</u>	<u>-143.433</u>	<u>-1.853.004</u>	<u>-1.551.606</u>	<u>-253.566</u>	<u>-1.805.172</u>
		2.298.920	6.530	2.305.450	2.036.257	13.910	2.050.167
Provisões do exercício	10	-90.350	-4.214	-94.564	-73.338	60.864	-12.474
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	11	-1.018.851	-40.015	-1.058.866	-906.174	-87.239	-993.413
Compensações de amortizações	11	101.415	-399	101.016	97.600	-	97.600
		<u>1.291.134</u>	<u>-38.098</u>	<u>1.253.036</u>	<u>1.154.345</u>	<u>-12.465</u>	<u>1.141.880</u>
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	12	4.791	27	4.818	440.647	83	440.730
Outros proveitos financeiros	13	769.351	1.010	770.361	527.260	634	527.894
Outros custos financeiros	13	-956.053	-21.685	-977.738	-897.249	-29.922	-927.171
Ganhos / (perdas) em associadas	19	<u>245.329</u>	-	<u>245.329</u>	<u>35.295</u>	-	<u>35.295</u>
Resultado antes de impostos		1.354.552	-58.746	1.295.806	1.260.298	-41.670	1.218.628
Impostos sobre lucros	14	<u>-266.457</u>	<u>542</u>	<u>-265.915</u>	<u>-100.236</u>	<u>-51.953</u>	<u>-152.189</u>
Resultado depois de impostos e antes de alienação de operações em descontinuação		1.088.095	-58.204	1.029.891	1.160.062	-93.623	1.066.439
Ganhos / (perdas) na alienação de operações em descontinuação	44	-	-12.808	-12.808	-	45.522	45.522
Resultado líquido do exercício		<u>1.088.095</u>	<u>-71.012</u>	<u>1.017.083</u>	<u>1.160.062</u>	<u>-48.101</u>	<u>1.111.961</u>
Atribuível a:							
Accionistas da EDP		1.011.911	-71.088	940.823	1.115.118	-44.016	1.071.102
Interesses minoritários	31	<u>76.184</u>	<u>76</u>	<u>76.260</u>	<u>44.944</u>	<u>-4.085</u>	<u>40.859</u>
Resultado líquido do exercício		<u>1.088.095</u>	<u>-71.012</u>	<u>1.017.083</u>	<u>1.160.062</u>	<u>-48.101</u>	<u>1.111.961</u>
Resultado por acção (Básico e Diluído) - Euros	28	<u>0,28</u>	<u>(0,02)</u>	<u>0,26</u>	<u>0,31</u>	<u>(0,01)</u>	<u>0,29</u>

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Notas	2006	2005
	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Activo		
Activos fixos tangíveis	15 15.081.728	13.864.146
Activos intangíveis	16 1.168.136	1.462.003
Goodwill	17 2.553.831	2.046.824
Investimentos financeiros em empresas associadas	19 201.863	351.302
Activos financeiros disponíveis para venda	20 822.148	566.446
Activos por impostos diferidos	21 898.323	892.653
Clientes	23 117.651	121.992
Devedores e outros activos	24 <u>299.968</u>	<u>374.601</u>
Total de Activos Não Correntes	<u>21.143.648</u>	<u>19.679.967</u>
Inventários	22 228.692	219.194
Clientes	23 1.475.202	1.463.505
Devedores e outros activos	24 874.916	1.465.612
Impostos a receber	25 620.840	346.175
Activos financeiros detidos para negociação	26 116.439	275.618
Caixa e equivalentes de caixa	27 753.493	585.499
Activos detidos para venda	38 <u>255.681</u>	<u>-</u>
Total de Activos Correntes	<u>4.325.263</u>	<u>4.355.603</u>
Total do Activo	<u><u>25.468.911</u></u>	<u><u>24.035.570</u></u>
Capitais Próprios		
Capital	28 3.656.538	3.656.538
Acções próprias	29 -14.542	-38.119
Prémios de emissão de acções	28 501.992	501.992
Reservas e resultados acumulados	30 504.424	-368.113
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP	<u>940.823</u>	<u>1.071.102</u>
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP	5.589.235	4.823.400
Interesses minoritários	31 <u>945.661</u>	<u>1.287.763</u>
Total dos Capitais Próprios	<u>6.534.896</u>	<u>6.111.163</u>
Passivo		
Empréstimos	33 8.624.695	8.600.721
Benefícios aos empregados	34 1.770.560	1.843.246
Provisões para riscos e encargos	35 388.473	269.249
Conta de hidráulidade	32 198.596	169.967
Passivos por impostos diferidos	21 557.269	369.722
Credores e outros passivos	36 <u>2.427.193</u>	<u>1.898.258</u>
Total de Passivos Não Correntes	<u>13.966.786</u>	<u>13.151.163</u>
Empréstimos	33 1.528.355	1.983.579
Credores e outros passivos	36 2.757.669	2.613.925
Impostos a pagar	37 521.107	175.740
Passivos detidos para venda	38 <u>160.098</u>	<u>-</u>
Total dos Passivos Correntes	<u>4.967.229</u>	<u>4.773.244</u>
Total do Passivo	<u>18.934.015</u>	<u>17.924.407</u>
Total dos Capitais Próprios e Passivo	<u><u>25.468.911</u></u>	<u><u>24.035.570</u></u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



EDP - Energias de Portugal, S.A.
Demonstração dos Resultados Individual
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Notas	2006	2005
(Milhares de Euros)			
Volume de negócios	5	682.261	560.385
Custos com aquisição de electricidade	5	-329.289	-278.006
Custo das matérias primas e consumíveis	5	-243.841	-190.162
		<u>109.131</u>	<u>92.217</u>
Outros proveitos / (custos) de exploração			
Outros proveitos de exploração	6	12.051	29.722
Fornecimentos e serviços externos	7	-103.162	-97.188
Custos com o pessoal	8	-13.272	-6.329
Custos com benefícios aos empregados	8	-1.469	-882
Outros custos de exploração	9	-294.121	-131.943
		<u>-399.973</u>	<u>-206.620</u>
		-290.842	-114.403
Provisões do exercício	10	-2.424	-3.850
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	11	-6.378	-5.374
Compensações de amortizações	11	-	676
		<u>-299.644</u>	<u>-122.951</u>
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	12	-17.206	-81.714
Outros proveitos financeiros	13	1.439.452	1.556.660
Outros custos financeiros	13	-632.253	-871.939
Ganhos / (perdas) em associadas		<u>-19.399</u>	-
Resultado antes de impostos		470.950	480.056
Impostos sobre lucros	14	<u>44.746</u>	<u>29.779</u>
Resultado líquido do exercício		<u><u>515.696</u></u>	<u><u>509.835</u></u>
Resultado por acção (Básico e Diluído) - Euros	28	<u><u>0,14</u></u>	<u><u>0,14</u></u>

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Notas	2006	2005
(Milhares de Euros)			
Activo			
Activos fixos tangíveis	15	84.899	95.536
Activos intangíveis	16	1.763	322
Investimentos financeiros em empresas filiais	18	6.673.680	7.351.589
Investimentos financeiros em empresas associadas	19	97.919	354.635
Activos financeiros disponíveis para venda	20	399.805	260.394
Activos por impostos diferidos	21	83.662	53.317
Devedores e outros activos	24	<u>3.351.059</u>	<u>3.494.196</u>
Total de Activos Não Correntes		<u>10.692.787</u>	<u>11.609.989</u>
Cientes	23	66.396	70.664
Devedores e outros activos	24	1.567.202	1.356.160
Impostos a receber	25	50.017	140.591
Activos financeiros detidos para negociação	26	1.693	205.376
Caixa e equivalentes de caixa	27	<u>235.234</u>	<u>183.334</u>
Total de Activos Correntes		<u>1.920.542</u>	<u>1.956.125</u>
Total do Activo		<u>12.613.329</u>	<u>13.566.114</u>
Capitais Próprios			
Capital	28	3.656.538	3.656.538
Acções próprias	29	-14.542	-38.119
Prémios de emissão de acções	28	501.992	501.992
Reservas e resultados acumulados	30	1.527.942	1.758.382
Resultado líquido do exercício		<u>515.696</u>	<u>509.835</u>
Total dos Capitais Próprios		<u>6.187.626</u>	<u>6.388.628</u>
Passivo			
Empréstimos	33	2.623.926	3.171.899
Benefícios aos empregados	34	-	17.087
Provisões para riscos e encargos	35	19.910	14.754
Conta de hidráulidade	32	198.596	169.967
Credores e outros passivos	36	<u>12.740</u>	<u>3.598</u>
Total de Passivos Não Correntes		<u>2.855.172</u>	<u>3.377.305</u>
Empréstimos	33	2.993.257	3.386.438
Credores e outros passivos	36	566.367	407.971
Impostos a pagar	37	<u>10.907</u>	<u>5.772</u>
Total dos Passivos Correntes		<u>3.570.531</u>	<u>3.800.181</u>
Total do Passivo		<u>6.425.703</u>	<u>7.177.486</u>
Total dos Capitais Próprios e Passivo		<u>12.613.329</u>	<u>13.566.114</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



EDP - Energias de Portugal, S.A.
 Reconhecimento de ganhos e perdas consolidados em capitais próprios
 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Milhares de euros)

	2006		2005	
	Accionistas	Interesses	Accionistas	Interesses
	EDP	Minoritários	EDP	Minoritários
Diferenças de câmbio	-29.312	-17.130	113.027	72.013
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	1.413	-	-16.066	-
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	20	-	3.931	-
Ganhos / (perdas) da alienação de acções próprias	10.872	-	-	-
Efeito fiscal da alienação de acções próprias	-3.559	-	-	-
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	208.093	-	-69.250	-978
Efeito fiscal da reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	-30.179	-	14.577	171
Ganhos / (perdas) actuariais	6.715	-2.435	-24.689	-5.563
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) actuariais	3.973	1.966	7.486	316
Resultado líquido reconhecido directamente em capitais próprios	168.036	-17.599	29.016	65.959
Resultado líquido do exercício	940.823	76.260	1.071.102	40.859
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	1.108.859	58.661	1.100.118	106.818

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados e Individual
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Milhares de Euros)

	Grupo		Individual	
	2006	2005	2006	2005
Actividades Operacionais				
Recebimentos de clientes	10.218.895	9.401.466	684.559	585.178
Pagamentos a fornecedores	-7.147.672	-6.743.245	-666.117	-608.928
Pagamentos ao pessoal	-734.973	-757.123	-11.535	-6.366
Pagamentos de rendas de concessão	-213.099	-206.323	-	-
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	23.696	219.499	-187.196	-144.692
Fluxo gerado pelas operações	2.146.847	1.914.274	-180.289	-174.808
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	-129.324	-261.458	116.605	-136.066
Fluxo das Actividades Operacionais	2.017.523	1.652.816	-63.684	-310.874
Operações em descontinuação	34.430	4.571		
Operações em continuação	1.983.093	1.648.245		
Actividades de Investimento				
Recebimentos:				
Activos financeiros	804.666	519.399	589.566	167.449
Activos fixos tangíveis e intangíveis	11.090	26.075	7.472	24.931
Subsídios ao investimento	183.155	79.330	-	-
Juros e proveitos similares	36.421	25.985	170.112	143.261
Dividendos	176.643	36.069	725.168	909.473
	1.211.975	686.858	1.492.318	1.245.114
Pagamentos:				
Activos financeiros	-464.940	-1.219.350	-473.308	-290.373
Activos fixos tangíveis e intangíveis	-1.588.536	-1.506.625	-1.449	-23.879
Subsídios ao investimento	-	-	-1.253	-
	-2.053.476	-2.725.975	-476.010	-314.252
Fluxo das Actividades de Investimento	-841.501	-2.039.117	1.016.308	930.862
Operações em descontinuação	-21.211	200.445		
Operações em continuação	-820.290	-2.239.562		
Actividades de Financiamento				
Recebimentos/Pagamentos de empréstimos obtidos e juros relacionados	39.709	1.522.656	-364.216	68.371
Juros e custos similares	-429.499	-579.585	-281.078	-195.746
Aumentos de capital e prémios de emissão	-	175.747	-	-
Recebimentos/Pagamentos de instrumentos financeiros derivados	38.406	146.257	82.739	14.448
Dividendos pagos	-365.638	-335.968	-365.638	-335.968
Venda / (aquisição) de acções próprias	27.351	-6.457	27.351	-6.457
	-689.671	922.650	-900.842	-455.352
Fluxo das Actividades de Financiamento	-689.671	922.650	-900.842	-455.352
Operações em descontinuação	-47.799	23.872		
Operações em continuação	-641.872	898.778		
Varição de caixa e seus equivalentes	486.351	536.349	51.782	164.636
Efeito das diferenças de câmbio	-29.323	34.037	118	996
Caixa e seus equivalentes no início do período	267.358	-303.028	183.334	17.702
Caixa e seus equivalentes no fim do período (*)	724.386	267.358	235.234	183.334
Varição de caixa por entradas no perímetro de consolidação	25.568			
Operações em descontinuação	-2.277			
Caixa e seus equivalentes em continuação no fim do período (*)	752.231			

(*) Ver detalhe da composição da rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' na Nota 27 às Demonstrações Financeira

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



EDP - Energias de Portugal, S.A. Mapa de Alterações aos Capitais Próprios Consolidados em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Milhares de Euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reserva legal	Reservas e resultados acumulados	Diferenças cambiais	Acções próprias	Capital Próprio atribuível accionistas da EDP	Interesses minoritários
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	4.781.795	3.656.538	472.955	345.446	-406.355	936	-31.662	4.037.858	743.937
Reforço da reserva legal	-	-	-	22.008	-22.008	-	-	-	-
Pagamento de dividendos	-335.968	-	-	-	-335.968	-	-	-335.968	-
Compra e venda de acções próprias	-6.457	-	-	-	-	-	-6.457	-6.457	-
Variações de interesses minoritários resultantes de reestruturações societárias	437.008	-	-	-	-	-	-	-	437.008
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de imposto	-12.135	-	-	-	-12.135	-	-	-12.135	-
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquida de imposto	-55.480	-	-	-	-54.673	-	-	-54.673	-807
Variações no reconhecimento de benefícios fiscais com aumento capital	29.037	-	29.037	-	-	-	-	29.037	-
Variações nas perdas actuariais líquidas de imposto	-22.450	-	-	-	-17.203	-	-	-17.203	-5.247
Variações na diferença cambial de consolidação	185.040	-	-	-	-	113.027	-	113.027	72.013
Variações nas outras reservas de consolidação	-1.188	-	-	-	-1.188	-	-	-1.188	-
Resultado líquido do exercício	1.111.961	-	-	-	1.071.102	-	-	1.071.102	40.859
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	6.111.163	3.656.538	501.992	367.454	221.572	113.963	-38.119	4.823.400	1.287.763
Reforço de reserva legal	-	-	-	25.492	-25.492	-	-	-	-
Pagamento de dividendos	-365.638	-	-	-	-365.638	-	-	-365.638	-
Dividendos atribuíveis a interesses minoritários	-31.964	-	-	-	-	-	-	-	-31.964
Compra e venda de acções próprias	24.012	-	-	-	7.313	-	16.699	24.012	-
Aumento de capital - Enerpeixe	11.809	-	-	-	-	-	-	-	11.809
Atribuição de prémios em acções	5.805	-	-	-	-1.073	-	6.878	5.805	-
Variações de interesses minoritários resultantes de aquisições e de alteração de método de consolidação	18.469	-	-	-	-	-	-	-	18.469
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de imposto	1.433	-	-	-	1.433	-	-	1.433	-
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquida de imposto	177.914	-	-	-	177.914	-	-	177.914	-
Variações nos ganhos / (perdas) actuariais líquidas de imposto	10.219	-	-	-	10.688	-	-	10.688	-469
Variações na diferença cambial de consolidação	-46.442	-	-	-	-	-29.312	-	-29.312	-17.130
Variações resultantes de responsabilidades com opções de compra sobre interesses minoritários	-399.077	-	-	-	-	-	-	-	-399.077
Variações nas outras reservas de consolidação	110	-	-	-	110	-	-	110	-
Resultado líquido do exercício	1.017.083	-	-	-	940.823	-	-	940.823	76.260
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	6.534.896	3.656.538	501.992	392.946	967.650	84.651	-14.542	5.589.235	945.661

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Mapa de Alterações aos Capitais Próprios em base Individual
em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Milhares de Euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reserva legal	Reservas e resultados acumulados	Acções próprias
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	6.244.834	3.656.538	472.955	345.446	1.801.557	-31.662
Reforço da reserva legal	-	-	-	22.008	-22.008	-
Pagamento de dividendos	-335.968	-	-	-	-335.968	-
Compra e venda de acções próprias	-6.457	-	-	-	-	-6.457
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de imposto	-12.135	-	-	-	-12.135	-
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquida de imposto	-65.983	-	-	-	-65.983	-
Reconhecimento de benefícios fiscais - aumento capital	29.037	-	29.037	-	-	-
Variações na reserva de fusão EDP Produção	25.465	-	-	-	25.465	-
Resultado líquido do exercício	509.835	-	-	-	509.835	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	6.388.628	3.656.538	501.992	367.454	1.900.763	-38.119
Reforço da reserva legal	-	-	-	25.492	-25.492	-
Pagamento de dividendos	-365.638	-	-	-	-365.638	-
Compra e venda de acções próprias	24.012	-	-	-	7.313	16.699
Atribuição de prémios em acções	5.805	-	-	-	-1.073	6.878
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de imposto	1.433	-	-	-	1.433	-
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquida de imposto	95.920	-	-	-	95.920	-
Variações na reserva de fusão EDP Internacional	-478.230	-	-	-	-478.230	-
Resultado líquido do exercício	515.696	-	-	-	515.696	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	6.187.626	3.656.538	501.992	392.946	1.650.692	-14.542

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



Notas às Demonstrações Financeiras
Consolidadas e Individuais
IFRS para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

1. Actividade económica do Grupo EDP

A EDP -Energias de Portugal, S.A., (adiante designada EDP, S.A.), foi constituída em 1976 na sequência da nacionalização e consequente fusão das principais empresas do sector eléctrico de Portugal Continental. A sua sede social é em Lisboa, na Praça Marquês de Pombal, 12, 6º. Em 1994, conforme definido pelos Decretos-Lei n.º 7/91 e 131/94, constituiu-se o Grupo EDP (adiante designado por Grupo EDP ou Grupo) após a cisão da EDP, S.A., de que resultou um conjunto de empresas participadas detidas directa ou indirectamente a 100% pela própria EDP, S.A.

As actividades do Grupo estão actualmente centradas nas áreas de produção, distribuição e comercialização de energia eléctrica, distribuição e comercialização de gás e telecomunicações, mas abrangem também outras áreas complementares e relacionadas, como engenharia, ensaios laboratoriais, formação profissional e gestão do património imobiliário.

O Grupo EDP opera essencialmente nos mercados Ibérico e Brasileiro, nos sectores da energia e telecomunicações.

Actividade no Sector Energético da Península Ibérica

Em Portugal, o Sistema Eléctrico Nacional (SEN) assenta na coexistência de um Sistema Eléctrico de Serviço Público (SEP) e de um Sistema Eléctrico Independente (SEI), sendo este último composto pelo Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV) e pelos Produtores em Regime Especial (PRE).

O SEP é constituído pela Rede Nacional de Transporte (RNT), pelos Produtores Vinculados, pelos Distribuidores Vinculados e pelos Clientes Vinculados. À RNT, concessionada à REN -Rede Eléctrica Nacional, S.A., compete assegurar o transporte de energia eléctrica e a gestão técnica global do SEP. Os Produtores Vinculados encontram-se ligados à RNT por contratos de longo prazo de fornecimento exclusivo (CAE's -Contratos de Aquisição de Energia). Os Distribuidores Vinculados assumem a obrigatoriedade de fornecimento aos seus clientes, segundo as tarifas e condições fixadas, nos termos da lei, pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). Os Clientes Vinculados correspondem aos consumidores de energia eléctrica que não optaram por um fornecedor do SENV.

O SENV é composto essencialmente pelos Produtores Não Vinculados e pelos Clientes Não Vinculados, tendo estes últimos o direito de utilizar as redes do SEP através de tarifas fixadas, nos termos da lei, pela ERSE. Os Produtores em Regime Especial operam na área das energias renováveis e da cogeração, efectuando entregas de energia eléctrica às redes do SEP ao abrigo de legislação específica. De acordo com a lei, compete à ERSE o exercício da função de regulação do sector, através da preparação, emissão e aplicação de regulamentos, bem como a definição das tarifas respeitantes quer à utilização das infra-estruturas quer ao fornecimento da energia eléctrica a clientes do SEP. O Grupo EDP, através das suas empresas de produção e distribuição de energia eléctrica, desempenha um papel fundamental em todo o SEN detendo uma posição relevante no seio do SEP e detendo também empresas de produção que actuam no SEI, quer ao nível do SENV, quer ao nível dos PRE.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de Dezembro, foram assinados em Janeiro de 2005 os acordos de cessação dos CAE relativos aos centros electroprodutores vinculados pertencentes ao Grupo EDP. O referido Decreto-Lei determina o estabelecimento de um mecanismo de compensação para a manutenção do equilíbrio contratual (CMEC) atribuível aos produtores vinculados, onde se inclui uma parte significativa da actividade de produção, em Portugal, do Grupo EDP. Nos termos da referida legislação, os efeitos das cessações antecipadas dos CAE e da consequente entrada em vigor dos CMEC ficaram subordinados à verificação da entrada em funcionamento do mercado de electricidade à vista. As alterações resultantes da legislação referida visam permitir a concretização de um Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL).

A 16 de Fevereiro de 2007 o Governo reiterou a decisão de extinção dos CAE e da entrada em vigor dos CMEC, definindo as condições de cálculo destes, tendo no essencial sido considerado um ajustamento no preço de referência de venda de electricidade em mercado utilizado para o cálculo da compensação inicial, devida pela cessação antecipada dos CAE.

Com a publicação do DL 29/2006, complementado pelo DL 172/2006, ficam estabelecidas as novas leis de base do sector eléctrico, revogando-se o regime consagrado na legislação de 1995 e, procedendo-se simultaneamente à transposição para o ordenamento jurídico português da Directiva n.º 2003/54/CE. A figura de "Comercializador de Último Recurso" (CUR), prevista na Directiva, foi também enquadrada na ordem jurídica interna, tendo sido atribuída à EDP Distribuição a obrigação de criar uma entidade autónoma para desempenhar aquela actividade. Nestes termos, o Conselho de Administração da EDP Distribuição deliberou constituir, no dia 15 de Dezembro de 2006, a sociedade anónima denominada EDP Serviço Universal, S.A. A partir do dia 1 de Janeiro de 2007, a EDP Distribuição centrou-se na operação de redes e passou a actividade de venda de electricidade para a nova empresa EDP Serviço Universal, que vai assegurar a continuidade do fornecimento de energia eléctrica aos consumidores no regime de tarifa regulada.

No que respeita à actividade de distribuição e comercialização de gás natural, o Grupo EDP desenvolve a sua actividade em Portugal através da sua subsidiária Portgas. Adicionalmente, o Grupo EDP detém uma participação na Setgas, S.A., empresa associada do Grupo.

A actividade de comercialização e distribuição de gás em Portugal encontra-se sujeita ao regime de concessões, sendo as tarifas definidas nos termos dos respectivos contratos de concessão.

Em Espanha, a Hidroeléctrica d'el Cantábrico (Hidrocantábrico) é a empresa-mãe de um Grupo empresarial que desenvolve actividades nos sectores eléctrico e do gás. No sector eléctrico, a Hidrocantábrico desenvolve a sua actividade nas áreas da produção, transporte e distribuição e comercialização de energia eléctrica. O parque produtor está assente, fundamentalmente, em Centrais Térmicas Clássicas a carvão e, em menor percentagem, na hidroelectricidade e no nuclear. O transporte e distribuição de electricidade é uma actividade regulada bem como o fornecimento de energia a clientes sujeitos à tarifa, contrariamente ao que sucede na actividade de comercialização em que os preços são estabelecidos livremente pelo funcionamento do mercado.

Em 2003, a Hidrocantábrico reforçou a sua posição no sector da distribuição e comercialização do gás natural, através da aquisição da Naturcorp (actual Naturgas), tendo posteriormente sido integrados nesta subsidiária todos os activos gasistas de que dispunha anteriormente. A actividade de distribuição de gás natural em Espanha está sujeita a regulação.

Actividade no Sector Energético do Brasil

No Brasil, o Grupo EDP actua no sector eléctrico, nomeadamente na produção, distribuição e comercialização de energia eléctrica, através da sua subsidiária Energias do Brasil, S.A. (Energias do Brasil).

No sector da produção de energia eléctrica, o Grupo EDP detém participações na Usina Hidroeléctrica (UHE) Lajeado e em parceria com o Grupo Rede do Brasil, venceu em 2001 as licitações para a concessão de construção e exploração das UHE de Peixe Angical e de Couto Magalhães.

Durante o exercício de 2006, as obras de construção da UHE de Peixe Angical foram concluídas, tendo esta central iniciado a sua actividade no terceiro trimestre do ano.

Em Abril de 2005, foi realizada uma reorganização societária do Grupo Energias do Brasil, tendo em vista a concentração do capital das suas principais subsidiárias do Grupo (Bandeirante Energia, S.A., Iven, S.A., Espírito Santo Centrais Eléctricas, S.A., Magistra Participações, S.A. e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul, S.A.) na Energias do Brasil, S.A. Deste modo, os accionistas minoritários das referidas subsidiárias passaram a deter participações sociais no capital da Energias do Brasil, S.A.

Na comercialização, para além da actividade exercida pelas empresas de distribuição, a Energias do Brasil opera no mercado de 'trading' de energia eléctrica através da sua subsidiária Enertrade.

Actividade no Sector das Energias Renováveis

O Grupo EDP tem vindo a reforçar a sua posição no sector das energias renováveis actuando na produção, distribuição e comercialização de energia proveniente de recursos eólicos, hídricos, biomassa e resíduos.

No domínio dos parques eólicos, a actividade do Grupo EDP é desenvolvida através da NEO Energia que detém os activos da Enernova (parques eólicos em Portugal -detida a 100% pela NEO), Genesa (energias renováveis em Espanha -detida em 80% pela NEO e 20% pela Caja Madrid), Desa (parques eólicos em Espanha detida em 80% pela NEO e 20% pela Caja Madrid), Agrupación Eólica (parques eólicos em Espanha e França -detida a 100% pela NEO) e GreenWind (parques eólicos na Bélgica - parceria com promotores locais na qual a NEO detém uma participação de 70%).

A 31 de Dezembro de 2006 a capacidade instalada total bruta é de 4.222 MW repartida por 2.557 MW em hídricas, 1.568 MW em parques eólicos, 79 MW em resíduos e 7 MW de biomassa operando em Portugal, Espanha, Brasil, França e Bélgica.

Actividade no Sector das Telecomunicações

No sector das telecomunicações, em 31 de Dezembro de 2006 o Grupo EDP detém 100% do capital social da ONI SGPS. O Grupo ONI actua nas telecomunicações fixas, presta serviços de voz e de dados, estando presente no mercado português, nos segmentos empresarial e residencial. Em 9 de Novembro de 2006, a EDP, S.A. assinou um contrato com a Riverside Company para a venda de 100% do capital social da ONI SGPS. A transacção foi autorizada pela Autoridade da Concorrência em Janeiro de 2007 tendo a venda sido concretizada em 31 de Janeiro de 2007. A 31 de Dezembro de 2006 o Grupo ONI foi integralmente consolidado na EDP, S.A., tendo os seus activos e passivos sido apresentados como activos e passivos detidos para venda (Nota 38).

Regime de Preços da Energia Eléctrica

De acordo com a lei, em Portugal compete à ERSE o exercício da função de regulação do sector, através da preparação, emissão e aplicação de regulamentos, bem como a definição das tarifas respeitantes quer à utilização das infra-estruturas quer ao fornecimento da energia eléctrica aos clientes do SEP. No Brasil estas funções são igualmente assumidas por uma entidade reguladora, a Agência Nacional de Energia Eléctrica (ANEEL). Em Espanha, os preços da energia eléctrica são fixados pelo Governo, ouvida ou sob proposta da entidade reguladora, a Comisión Nacional de Energia.

Regime de Concessão da Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei n.º 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão em Portugal está atribuído aos municípios. No entanto, foi prevista a possibilidade desta actividade ser exercida pelo Grupo EDP, através da celebração de contratos de concessão, por períodos que, de uma forma geral, ascendem a 20 anos, podendo os referidos contratos ser revogados com aviso prévio de 2 anos (estas concessões têm como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes). No processo de cisão ocorrido em 1994, esta possibilidade foi mantida em relação às quatro Empresas de Distribuição de Electricidade então criadas e que, posteriormente, no ano 2000 foram objecto de fusão na EDP Distribuição, S.A.

Bens de Domínio Público

Em Portugal, alguns imobilizados afectos à Produção e Distribuição de energia eléctrica no SEP estão sujeitos ao regime de domínio público. Estes imobilizados estão afectos à actividade do Grupo que os pode administrar livremente, embora no âmbito do domínio do comércio jurídico privado não possa dispor dos mesmos, enquanto se mantiver a sua afectação ao regime de domínio público. No Brasil, os imobilizados utilizados na distribuição e comercialização de energia eléctrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da entidade reguladora (ANEEL).

2. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A EDP -Energias de Portugal, S.A., (EDP, S.A.), foi constituída em 1976 na sequência da nacionalização e conseqüente fusão das principais empresas do sector eléctrico de Portugal Continental. As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações e de todas as suas subsidiárias (Grupo EDP ou Grupo) e a participação do Grupo nas associadas, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005. As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo da EDP, S.A., no dia 8 de Março de 2007. As demonstrações financeiras são expressas em milhares de euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP são preparadas, a partir do exercício de 2005, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem os standards emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos financeiros disponíveis para venda excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Activos não correntes detidos para venda e os grupos detidos para venda são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo EDP e em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, com excepção do referido no parágrafo seguinte.

Na sequência da adopção pelo Grupo do IFRIC 4 -Determinação se um Acordo contém uma Locação, conforme descrito na nota 2 i), foi efectuada uma alteração da política contabilística que determinou a reexpressão das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005. O impacto desta alteração não tem expressão significativa nas demonstrações financeiras do Grupo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

b) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados da EDP, S.A. e das suas subsidiárias ("Grupo" ou "Grupo EDP"), e os capitais próprios e resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo e em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

"Empresas subsidiárias"

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

"Empresas associadas"

Os investimentos financeiros em empresas associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto presume-se que o Grupo não possui influência significativa, excepto quando essa influência pode ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- Intercâmbio de pessoal de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

"Entidades conjuntamente controladas"

As entidades conjuntamente controladas, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem nas linhas respectivas, a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, receitas e despesas, destas entidades, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse.

“Contabilização, em base individual, das participações financeiras em subsidiárias e associadas”

Em base individual, os investimentos em entidades subsidiárias e associadas que não estejam classificados como detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como detido para venda são reconhecidos ao custo de aquisição e são sujeitos a testes de imparidade periódicos.

“Diferenças de consolidação e de reavaliação” - “Goodwill”

Na sequência da transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), efectuada com referência a 1 de Janeiro de 2004 e conforme permitido pelo IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das IFRS, o Grupo optou por manter o “goodwill” resultante de concentrações de actividades empresariais ocorridas antes da data da transição, registado de acordo com as anteriores regras contabilísticas aplicadas pelo Grupo.

As concentrações de actividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

A partir da data de transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, a totalidade do “goodwill” positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O “goodwill” resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

O valor recuperável do “goodwill” é avaliado anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício.

Caso o “goodwill” seja negativo este é registado directamente em resultados no exercício em que a concentração de actividades ocorre.

“Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro”

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro, são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam. Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro são registados pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas consolidadas.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, ao câmbio aproximado com as taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados.

“Saldo e transacções eliminadas na consolidação”

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como alguns ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na extensão da participação do Grupo nessas entidades.

c) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

d) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“trade date”) pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou na sua ausência é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“discounted cash flows”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e cambial resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- (i) À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- (iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;
- (v) Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

“Cobertura de justo valor”

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente.

“Cobertura de fluxos de caixa”

A parte efectiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura é reconhecida por contrapartida de resultados, no momento em que ocorre.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para as demonstrações de resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios na data mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

“Efectividade”

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de inceptção e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

e) Outros activos financeiros

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

“Activos financeiros ao justo valor através dos resultados”

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros detidos para negociação adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados.

“Activos financeiros disponíveis para venda”

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, ou (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

“Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento”

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar os activos.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos nos resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento nos resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas nos resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são igualmente reconhecidas em reservas, no caso de acções, e nos resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, bem como os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

O Grupo não procede à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida nos resultados, é transferida para resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a instrumentos de capital, a reversão da imparidade é reconhecida em reservas de justo valor.

f) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

g) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valorda emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais emitidas pelo Grupo são consideradas como instrumentos de capital se não contiverem uma obrigação de reembolso e os dividendos só forem pagos se e quando declarados pelo Grupo. As acções preferenciais emitidas por subsidiárias, classificadas como instrumento de capital e detidas por terceiros são registadas como interesses minoritários.

h) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para os IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o Grupo decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com os IFRS. O custo inclui as despesas directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8 a 50
Equipamento básico:	
Produção Hidroeléctrica	32 a 60
Produção Termoeléctrica	25 a 30
Produção Renováveis	15 a 25
Distribuição de electricidade	10 a 30
Outro equipamento básico	5 a 10
Equipamento de transporte	4 a 25
Equipamento administrativo e utensílios	4 a 10
Outros activos fixos tangíveis	10 a 25

Na sequência da confirmação pelo Governo Português da extinção dos CAE, o Grupo EDP, procedeu à redefinição das vidas úteis dos activos afectos à produção eléctrica e consequentemente, à alteração da política de amortizações. A redefinição da vida útil das centrais térmicas e hídricas afectas aos CAE, teve por base uma análise técnica e económica dos equipamentos associados, face à sua capacidade tecnológica e às limitações impostas pela legislação, nomeadamente no que respeita à necessidade de realização de investimentos adicionais de carácter ambiental. A redefinição da vida útil da componente das obras hidráulicas fixas das centrais hídricas teve por base a expectativa de extensão da licença de exploração até ao final do período de concessão do domínio público hídrico.

Activos fixos tangíveis afectos às concessões da EDP Distribuição

Nos termos do Decreto-Lei nº 344-B/82, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não implica a alienação dos patrimónios dos Municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pelo Grupo. Em conformidade com o precedente, os imobilizados afectos à concessão são evidenciados como activos fixos tangíveis, em contrapartida de um passivo de médio e longo prazo registado na rubrica de Credores e outros passivos (Conta de Regularização do DL 344-B/82), Nota 36.

Os activos fixos tangíveis afectos às concessões estão registados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. A amortização destes activos é calculada na mesma base e com as mesmas taxas de amortização utilizadas para os activos fixos tangíveis propriedade do Grupo, utilizando o método das quotas constantes. O custo desta amortização é compensado na rubrica de amortizações, Nota 11, pela redução, em igual montante, da responsabilidade para com os Municípios registada no passivo.

A manutenção e a reparação destes activos tangíveis é da responsabilidade do Grupo EDP durante o período de vigência do contrato de concessão. Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

i) Activos intangíveis

Os activos intangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

"Aquisição e desenvolvimento de Software"

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de software efectuados pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos aos projectos, sendo amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do período em que são incorridos.

"Direitos de concessão na distribuição de electricidade e gás"

Os direitos de concessão na distribuição de electricidade no Brasil, nomeadamente os relativos aos investimentos na Bandeirante, Escelsa e Enersul e os direitos de concessão relativos à distribuição de gás, nomeadamente da Portgás e Setgás, são registados como activos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes pelo período de vida útil da concessão, não excedendo os 30 anos.

“Outros activos intangíveis”

As amortizações dos outros activos intangíveis são calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Propriedade industrial e outros direitos	6
Direitos de utilização (telecomunicações)	10

j) Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

“Locações operacionais”

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos períodos a que dizem respeito.

“Locações financeiras”

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

“Determinação se um Acordo contém uma Locação”

Na sequência da emissão pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), da interpretação IFRIC 4 -Determinar se um Acordo contém uma Locação, aplicável com referência a 1 de Janeiro de 2006, o Grupo EDP procedeu à avaliação dos acordos em vigor de forma a determinar se continham locações nos termos definidos pela referida norma.

Os acordos existentes, que compreendem transacções que embora não assumam a forma de uma locação transmitem o direito de uso de um activo em retorno de um pagamento, sempre que em substância cumprem com os requisitos definidos pela referida interpretação foram registados como locações nos termos definidos pelo IAS 17 – Locações.

Os contratos de aquisição de energia (CAE's) cuja cessação foi assinada em Janeiro de 2005 na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 240/2004, de 27 de Dezembro, e confirmada pelo Governo Português em 16 de Fevereiro de 2007, não foram considerados como contratos de locação.

k) Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos com o objectivo de valorização do capital ou obtenção de rendas ou ambas.

Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transacção que lhe sejam directamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo menos as amortizações e perdas por imparidade acumuladas, de acordo com o modelo do custo definido pelo IAS 16.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

l) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizados ao custo médio ponderado.

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



m) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas em balanço deduzidas perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

n) Benefícios aos empregados

Pensões

Algumas empresas do Grupo EDP atribuem benefícios pós-reforma aos seus colaboradores sob a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente, planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada.

“Planos de benefícios definidos”

Em Portugal, o plano de benefícios definido é financiado através de um Fundo de pensões fechado complementado por provisão específica. Neste fundo encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas.

No Brasil, a Bandeirante dispõe de dois planos de benefícios definidos geridos pela fundação CESP, entidade fechada de previdência complementar, com patrimónios próprios e segregados dos patrimónios dos patrocinadores. A Escelsa e a Enersul, dispõem de um plano de benefícios definido que garante um complemento de pensões de reforma por idade, invalidez e sobrevivência. A Escelsa dispõe ainda de um plano especial complementar de pensões de reforma de ex-combatentes.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

De acordo com o IFRS 1, o Grupo optou, na data da transição de 1 de Janeiro de 2004, por reconhecer por contrapartida de reservas a totalidade das perdas actuariais diferidas existentes a essa data.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de “rating” elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pelo IAS 19, revisto em 16 de Dezembro de 2004.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

Anualmente, o Grupo reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

“Planos de contribuição definida”

Em Portugal, Espanha e no Brasil, as empresas EDP Estudos e Consultoria, Hidrocantábrico e Bandeirante dispõem de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos sistemas de previdência social, do tipo contribuição definida, efectuando deste modo em cada ano uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada plano.

Outros benefícios

“Planos de cuidados médicos e outros”

Em Portugal e no Brasil (Escelsa) algumas empresas do Grupo EDP concedem benefícios relativos a cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos dos sistemas de segurança social. Estes planos de cuidados médicos são classificados como planos de benefícios definidos sendo as responsabilidades cobertas por provisões registadas no balanço do Grupo. A mensuração e o reconhecimento das responsabilidades com os planos de cuidados médicos são idênticos ao referido anteriormente para os planos de pensões de benefícios definidos.

“Remunerações variáveis aos empregados”

De acordo com as disposições estatutárias de algumas sociedades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração. As remunerações variáveis são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam.

o) Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

“Provisões para desmantelamento e descomissionamento”

O Grupo constitui provisões para desmantelamento e descomissionamento para fazer face às responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original. Estas provisões são calculadas, ao valor actual da totalidade da responsabilidade futura e são registadas por contrapartida de uma adição aos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses activos.

Numa base anual, a provisão é sujeita a uma revisão, de acordo com a estimativa das responsabilidades com o desmantelamento e descomissionamento futuro. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

p) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abates e descontos e depois da eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

A facturação de vendas de electricidade é efectuada numa base mensal. As facturas mensais de electricidade são baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. Os proveitos respeitantes a energia a facturar, por consumos ocorridos e não lidos até à data de balanço, são registados por estimativa efectuada com base na média dos últimos consumos.

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que ocorrem, sendo a facturação destes serviços efectuada numa base mensal. Os valores não facturados, desde o último ciclo de facturação até à data de balanço, são registados por estimativa com base no tráfego realmente ocorrido.

As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas nos períodos subsequentes.

q) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas relativos a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

r) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção, do ‘goodwill’ não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

s) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas da empresa mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

t) Programa de remuneração com acções

O programa de remuneração com opções sobre acções (“stock options”) permite aos colaboradores do Grupo adquirir acções da EDP, S.A. O preço de exercício das opções é igual ao preço de mercado das acções na data de concessão pelo que na referida data não é reconhecido qualquer custo ou obrigação.

O justo valor das opções atribuídas, determinado na data de concessão (“grant date”), é reconhecido nos resultados, por contrapartida de capitais próprios, durante o período do direito de subscrição (“vesting period”), tendo por base o seu valor de mercado calculado na data de atribuição.

Caso a opção venha a ser exercida, o Grupo efectuará a aquisição das acções no mercado para proceder à sua atribuição aos colaboradores.

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



u) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como disponíveis para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

v) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

w) Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

x) Desvios tarifários

Nas actividades sujeitas a regulação, o regulador estabelece através do mecanismo do ajustamento tarifário os critérios de alocação de determinados ganhos ou perdas às tarifas de anos futuros. No âmbito dos IFRS, o Grupo não regista os activos ou passivos regulatórios, que resultam do referido mecanismo, nas demonstrações financeiras sendo os referidos valores registados como proveitos ou custos, nos exercícios em que a variação tarifária é efectivamente repercutida nos clientes.

y) Licenças de CO₂ e emissão de gases de estufa

O Grupo detém licenças de emissão de CO₂ para fazer face às emissões que resultam da sua actividade operacional e licenças que foram adquiridas para negociação. As licenças de CO₂ e de emissão de gases de estufa detidas para consumo próprio e atribuídas a título gratuito são reconhecidas como um activo incorpóreo no momento da atribuição, por contrapartida da rubrica de Proveitos Diferidos - Subsídios, sendo valorizadas com base na cotação do mercado na data de referência da sua atribuição. A utilização das licenças é baseada nas emissões de gases com efeito de estufa ocorridas no exercício, valorizadas com base na cotação do mercado Powernext no início do exercício.

A amortização dos subsídios é efectuada no exercício em que são atribuídos, na mesma proporção dos consumos. Quando as emissões do ano excedem o montante de licenças de CO₂ atribuídas gratuitamente, é registada uma provisão pelo montante necessário para adquirir as licenças em falta na data de referência das demonstrações financeiras.

As licenças detidas pelo Grupo para negociação são registadas ao custo de aquisição o qual é posteriormente ajustado para o respectivo justo valor, correspondente à cotação do mercado Powernext no último dia útil de cada mês. Os ganhos e perdas resultantes destes ajustamentos são reconhecidos nos resultados do exercício.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração Executivo efectue julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamentos no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Extinção dos Contratos de Aquisição de Energia

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de Dezembro, foram assinados em Janeiro de 2005 os acordos de cessação dos CAE relativos aos centros electroprodutores vinculados pertencentes ao Grupo EDP. Este Decreto-Lei determina o estabelecimento de um mecanismo de compensação para a manutenção do equilíbrio contratual (CMEC) atribuível aos produtores vinculados, onde se inclui uma parte significativa da actividade de produção de electricidade, em Portugal, do Grupo EDP.

A 16 de Fevereiro de 2007 o Governo Português reiterou a decisão de extinção dos CAE e da entrada em vigor dos CMEC definindo as condições de cálculo destes, que no essencial considera um ajustamento no preço de referência de venda de electricidade em mercado utilizado para o cálculo da compensação inicial, devida pela cessação antecipada dos CAE.

O Conselho de Administração Executivo considera que este ajustamento se encontra em linha com as alterações ocorridas nos últimos dois anos, nos preços de mercado de electricidade de longo prazo. A nível económico o Conselho de Administração Executivo não antecipa que este ajustamento venha a alterar o carácter neutral, para o Grupo EDP, da entrada em vigor dos CMEC em resultado da confirmação da extinção dos CAE.

Redefinição das vidas úteis dos activos afectos à produção

Na sequência da confirmação pelo Governo Português da extinção dos CAE, o Conselho de Administração Executivo procedeu à redefinição das vidas úteis dos activos afectos à produção eléctrica e consequentemente, à alteração da política de amortizações. A redefinição da vida útil das centrais térmicas e hídricas afectas aos CAE, teve por base uma análise técnica e económica dos equipamentos associados, face à sua capacidade tecnológica e às limitações impostas pela legislação, nomeadamente no que respeita à necessidade de realização de investimentos adicionais de carácter ambiental.

Esta análise considerou pressupostos que requerem julgamento e estimativas para a determinação das vidas úteis dos activos considerados. No que se refere às obras hidráulicas fixas das centrais hídricas foi considerada expectativa de extensão da licença de exploração até ao final do período de concessão do domínio público hídrico.

Desvios tarifários

O Conselho de Administração Executivo estima a recuperação dos desvios regulatórios com base no aumento futuro das tarifas que é determinado anualmente pelo regulador. De acordo com os IFRS, os referidos valores são registados como proveitos ou custos, nos anos em que a variação tarifária é efectivamente repercutida nos clientes. Consequentemente, as alterações das estimativas de crescimento tarifário terão um impacto nos proveitos futuros e nos resultados futuros do Grupo.

Défi ce tarifário

Em Portugal, o Decreto-Lei 237-B/2006, de 19 de Dezembro de 2006, veio reconhecer o direito irrevogável à recuperação do défi ce tarifário por parte dos operadores regulados, independentemente da forma da sua liquidação futura, mantendo-se este direito em caso de insolvência ou cessação de actividade. Adicionalmente, este Decreto-Lei consagrou a transmissibilidade a terceiros do direito ao recebimento do défi ce tarifário.

Em Espanha, em Dezembro de 2006, foi publicado o Decreto Real 1634/2006, que estabelece a tarifa de electricidade para o período com início em 1 de Janeiro de 2007. Este Decreto Real definiu a forma de recuperação do défi ce de 2006.

Com base na legislação publicada, o Conselho de Administração Executivo considera que se encontram reunidas as condições de reconhecimento dos défi ces tarifários como valores a receber registados por contrapartida dos resultados do exercício.

Imparidade dos activos de longo prazo

O imobilizado corpóreo e incorpóreo é revisto para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

O "goodwill" é revisto para efeitos de imparidade no final de um ano após a data de aquisição, e posteriormente, se existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável. A análise de imparidade tem em consideração os aspectos regulamentares e contratuais da nossa actividade.

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos corpóreos e incorpóreos pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados do Grupo.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pela Administração da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Reconhecimentos de proveitos/rédito

Os proveitos das vendas de electricidade são reconhecidos quando as facturas mensais são emitidas, baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor.

Conseqüentemente, a utilização de diferentes estimativas poderá resultar num nível diferente de proveitos e, conseqüentemente, em diferentes impactos nos resultados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela EDP, S.A., e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da EDP, S.A. e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões e dos planos de cuidados médicos. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

Gestão do risco financeiro

As actividades do Grupo EDP expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, taxas de câmbio e taxas de juro. A exposição do Grupo EDP a riscos financeiros reside essencialmente na sua carteira de dívida, resultando em riscos de taxa de juro, de câmbio e de incumprimento da contraparte de cada operação. A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada continuamente em consonância com a política de gestão de riscos do Grupo EDP. De forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira, são utilizados instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e/ou de câmbio.

A gestão de riscos financeiros da EDP -Energias de Portugal, S.A., EDP Finance, B.V. e de outras entidades do Grupo EDP, é efectuada centralmente pela Direcção Financeira da EDP -Energias de Portugal, S.A., de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo. O Gabinete Financeiro identifica, avalia e propõe à aprovação do Conselho de Administração Executivo mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição. O Conselho de Administração Executivo tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição.

Todas as operações realizadas com instrumentos financeiros derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração Executivo que define os parâmetros de cada operação e aprova os documentos formais descritivos dos objectivos das mesmas.

Gestão do risco de taxa de câmbio

O Grupo EDP opera internacionalmente encontrando-se exposto a risco cambial em várias moedas, nomeadamente: Dólar Americano (USD) e Real Brasileiro (BRL). Actualmente, a exposição ao risco de flutuação cambial USD/EUR resulta da consolidação das empresas brasileiras que têm dívida emitida em USD. A dívida contraída pela EDP -Energias de Portugal, S.A., encontra-se, integralmente, denominada em Euros. As emissões de obrigações emitidas pela EDP Finance, B.V., ao abrigo do programa "Medium Term Notes" em GBP foram, à data da emissão, cobertas no que respeita ao risco cambial e de taxa de juro.

A Direcção Financeira da EDP -Energias de Portugal, S.A., é responsável pelo acompanhamento da evolução cambial das moedas referidas, procurando mitigar o impacto da flutuação cambial nos encargos financeiros das empresas do Grupo EDP e, conseqüentemente, nos resultados consolidados, recorrendo à realização de operações com instrumentos financeiros derivados cambiais e/ou outras estruturas de cobertura.

As subsidiárias brasileiras expostas à flutuação cambial USD/BRL, através do endividamento em dólares americanos, utilizam contratos a prazo de câmbio e “swaps” de moeda como instrumentos de cobertura deste risco. Adicionalmente, os investimentos nas subsidiárias brasileiras, cujos activos líquidos estão expostos ao risco de conversão cambial, são acompanhados pela análise da evolução do câmbio BRL/EUR. Dada a natureza de longo prazo definida para os investimentos nas subsidiárias brasileiras, o Grupo decidiu não utilizar instrumentos financeiros para cobertura do risco cambial associado ao valor dos investimentos nestas subsidiárias.

A política seguida pelo Grupo EDP consiste em efectuar operações com instrumentos financeiros derivados apenas com o fim de cobertura de risco e com características semelhantes às dos passivos cobertos. As operações são reavaliadas e acompanhadas durante a sua vida útil e, periodicamente, é avaliada a sua eficácia na prossecução do objectivo de controlo e cobertura de risco que lhe deu origem.

Gestão do risco de taxa de juro

Os fluxos de caixa operacionais e financeiros do grupo são substancialmente independentes da flutuação dos mercados de taxa de juro. O Grupo não possui activos de volume substancial que vençam juros.

A política de gestão de risco de taxa de juro tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição dos “cashflows” da dívida às flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros derivados (“swaps” e estruturas de “collars”) para fixação das taxas de juro do endividamento.

No contexto dos financiamentos a taxa variável, o Grupo recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro para cobertura de fluxos de caixa associados a pagamentos futuros de juros, que têm o efeito de converter os empréstimos de taxa de juro variável em empréstimos de taxa de juro fixa. As dívidas de longo prazo contraídas a taxas fixas são, sempre que se justifique, convertidas para taxas variáveis através de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, com o intuito de reduzir os encargos financeiros e de os ajustar às condições do mercado. A estas operações são, sempre que necessário, adicionadas operações estruturadas de “collars”, de modo a mitigar a exposição dos fluxos de caixa da dívida às flutuações das taxas de mercado.

Todas as operações são realizadas sobre passivos existentes na carteira de dívida do Grupo EDP e configuram, na sua maioria, coberturas perfeitas, resultando num elevado grau de correlação entre as variações de justo valor do instrumento de cobertura e as variações de justo valor do risco de taxa de juro e/ou cambial.

O Grupo EDP detém uma carteira de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, cujos vencimentos variam entre 1 e 11 anos aproximadamente. A Direcção Financeira do Grupo efectua estimativas de sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros a variações nas taxas de juro.

Gestão do risco de crédito de contraparte nas operações financeiras

A política do Grupo EDP, em termos de risco de contraparte das operações financeiras, rege-se pela análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e exposição a cada contraparte, evitando-se concentrações significativas de risco de crédito. As contrapartes dos instrumentos financeiros derivados são instituições de crédito de elevada notação de crédito, pelo que não se atribui um risco significativo de incumprimento da contraparte. Neste sentido, não são exigidas garantias ou outros colaterais neste tipo de operações.

O Grupo EDP tem procedido à documentação das operações financeiras realizadas. Neste sentido, a generalidade das operações com instrumentos financeiros derivados são contratadas ao abrigo de “ISDA Master Agreements”, flexibilizando a transferência dos instrumentos em mercado.

No que respeita às dívidas de terceiros, resultantes da actividade corrente do Grupo EDP, o risco de crédito resulta essencialmente da obrigatoriedade legal da continuidade de fornecimento de electricidade de baixa tensão com atrasos usuais no pagamento. Considera-se que este risco é mitigado pelo elevado número de clientes e a sua diversidade em termos de sector de actividade, assim como pelo grande volume de clientes residenciais.

Gestão do risco de liquidez

O Grupo EDP efectua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem acesso imediato a fundos. Estas linhas são utilizadas em complemento a programas de emissão de papel comercial nacional e internacional, que permitem diversificar as fontes de financiamento de curto prazo do Grupo EDP.

Gestão dos riscos nos mercados de energia

No âmbito da sua actuação no mercado Ibérico de electricidade não regulado, a EDP compra combustíveis para transformação em energia eléctrica, vende electricidade resultante do despacho dos centros produtores, tanto em mercados organizados (OMEL e OMIP) como a terceiros, e importa e exporta energia. Em resultado desta actividade, existe uma carteira complexa de posições relativas a energia eléctrica, emissões de carbono (CO₂) e combustíveis (carvão e gás) que, para a sua optimização económica, justifica a contratação de operações financeiras e físicas a prazo nos mercados energéticos. Estas operações têm como objectivo primordial reduzir a exposição ao risco, de preço e volume, das posições geridas (electricidade, gás, carvão e CO₂), a fim de optimizar o capital afecto e, acessoriamente, aproveitar oportunidades de arbitragem ou “positioning” dentro dos limites de negociação superiormente aprovados. Dos instrumentos financeiros negociados, salientam-se os swaps (electricidade, brent e carvão), a compra de opções e a realização de operações a preço fixo a prazo.

De forma a assegurar o alinhamento permanente das estratégias seguidas com os interesses e os princípios estratégicos do Grupo EDP, a gestão do negócio grossista está centralizada na Unidade de Negócio de Gestão de Energia, sendo esta unidade acompanhada directamente, por um membro do Conselho de Administração Executivo da EDP.

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



5. Volume de negócios

A análise do **Volume de negócios**, por sector de actividade, é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Vendas por sector de actividade:				
Electricidade	8.984.486	8.564.347	611.383	499.344
Gás	961.826	601.164	-	-
Vapor e cinzas	16.001	15.282	-	-
Telecomunicações	15.686	4.588	-	-
Outros	72.053	34.466	-	-
	<u>10.050.052</u>	<u>9.219.847</u>	<u>611.383</u>	<u>499.344</u>
Prestação de serviços por actividade:				
Telecomunicações	148.648	268.368	-	-
Gás	61.352	56.596	-	-
Associados a vendas de electricidade	27.694	48.518	19.793	14.000
Tecnologias e sistemas de informação	3.435	531	2.717	19
Engenharia termo/hidroeléctrica	1.421	3.593	-	-
Consultadoria e serviços	5.773	4.989	-	-
Outros	51.451	45.725	48.368	47.022
	<u>299.774</u>	<u>428.320</u>	<u>70.878</u>	<u>61.041</u>
	<u>10.349.826</u>	<u>9.648.167</u>	<u>682.261</u>	<u>560.385</u>
Total de Volume de negócios:				
Electricidade	9.012.180	8.612.865	631.176	513.344
Gás	1.023.178	657.760	-	-
Telecomunicações	164.334	272.956	-	-
Vapor e cinzas	16.001	15.282	-	-
Consultadoria e serviços	5.773	4.989	-	-
Engenharia termo/hidroeléctrica	1.421	3.593	-	-
Tecnologias e sistemas de informação	3.435	531	2.717	19
Outros	123.504	80.191	48.368	47.022
	<u>10.349.826</u>	<u>9.648.167</u>	<u>682.261</u>	<u>560.385</u>

A rubrica de **Vendas**, para o **Grupo**, é analisada como segue:

	Dez 2006			Dez 2005		
	Mercado Ibérico	Mercado Brasileiro	Total	Mercado Ibérico	Mercado Brasileiro	Total
Energia Eléctrica:						
À Rede Nacional de Transporte	1.246.446	-	1.246.446	1.404.506	-	1.404.506
A clientes finais:						
- Em muito alta tensão	64.222	387.726	451.948	57.222	621.524	678.746
- Em alta tensão	251.384	-	251.384	601.230	-	601.230
- Em média tensão	1.009.639	975.300	1.984.939	521.079	605.708	1.126.787
- Em baixa tensão (>39,6 KVA)	455.673	-	455.673	319.609	-	319.609
- Em baixa tensão	3.513.647	90.046	3.603.693	3.047.666	119.360	3.167.026
Produção Embebida	776.681	256.073	1.032.754	1.182.005	121.848	1.303.853
Descontos e abatimentos em vendas	-42.351	-	-42.351	-37.410	-	-37.410
	<u>7.275.341</u>	<u>1.709.145</u>	<u>8.984.486</u>	<u>7.095.907</u>	<u>1.468.440</u>	<u>8.564.347</u>
Outras Vendas:						
- Gás	961.826	-	961.826	601.164	-	601.164
- Vapor e cinzas	16.001	-	16.001	15.282	-	15.282
- Telecomunicações	15.686	-	15.686	4.588	-	4.588
- Outros	72.053	-	72.053	34.466	-	34.466
	<u>1.065.566</u>	<u>-</u>	<u>1.065.566</u>	<u>655.500</u>	<u>-</u>	<u>655.500</u>
	<u>8.340.907</u>	<u>1.709.145</u>	<u>10.050.052</u>	<u>7.751.407</u>	<u>1.468.440</u>	<u>9.219.847</u>

O Volume de negócios, por mercados geográficos, para o Grupo, é analisado como segue:

	Dez 2006			
	Portugal	Espanha	Brasil	Grupo
Electricidade	5.971.431	1.331.604	1.709.145	9.012.180
Gás	96.214	926.964	-	1.023.178
Telecomunicações	164.334	-	-	164.334
Vapor e cinzas	16.001	-	-	16.001
Consultoria e Serviços	5.773	-	-	5.773
Engenharia termo/hidroeléctrica	1.421	-	-	1.421
Tecnologias e sistemas de informação	3.435	-	-	3.435
Outros	33.401	72.951	17.152	123.504
	<u>6.292.010</u>	<u>2.331.519</u>	<u>1.726.297</u>	<u>10.349.826</u>

	Dez 2005			
	Portugal	Espanha	Brasil	Grupo
Electricidade	5.593.716	1.534.446	1.484.703	8.612.865
Gás	48.992	608.768	-	657.760
Telecomunicações	272.956	-	-	272.956
Vapor e cinzas	15.282	-	-	15.282
Consultoria e Serviços	4.989	-	-	4.989
Engenharia termo/hidroeléctrica	3.593	-	-	3.593
Tecnologias e sistemas de informação	531	-	-	531
Outros	31.856	29.384	18.951	80.191
	<u>5.971.915</u>	<u>2.172.598</u>	<u>1.503.654</u>	<u>9.648.167</u>

As rubricas de Custos com aquisição de electricidade e Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis são analisadas como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006	Dez 2005	Dez 2006	Dez 2005
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Custos com aquisição de electricidade	4.380.703	4.222.003	329.289	278.006
Custos com aquisição de gás	744.350	458.233	-	-
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis:				
Combustíveis, vapor e cinzas	514.094	739.989	-	-
Gás	422.619	343.536	241.105	190.162
Custo das mercadorias	214.506	6.015	-	-
Licenças de emissão de CO ₂				
Consumos	250.970	115.827	-	-
Subsídios	-251.070	-89.044	-	-
Outros custos	163.368	110.948	2.736	-
Trabalhos para a própria empresa	-248.168	-114.679	-	-
	<u>6.191.372</u>	<u>5.792.828</u>	<u>573.130</u>	<u>468.168</u>

6. Outros proveitos de exploração

A rubrica de Outros proveitos de exploração é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006	Dez 2005	Dez 2006	Dez 2005
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Proveitos suplementares	10.836	10.763	385	1.315
Subsídios à exploração	839	226	-	-
Ganhos em immobilizações	10.245	7.939	5.780	590
Recuperação de dívidas	368	810	-	-
Redução de imparidades				
- Cobranças duvidosas	17.216	35.661	1.822	545
- Devedores e outros activos	10.223	8.040	1.027	-
- Outras provisões	-	29.750	-	-
Trabalhos para a própria empresa	25.552	2.016	-	-
Valores em excesso de participações de clientes	6.932	8.165	-	-
Proveitos resultantes das revisões de tarifas (Brasil)	-	40.272	-	-
Proveito por penalidade contratual (Contrato TER)	-	-	-	21.168
Contrato disponibilidade energética da Energin	7.920	5.368	-	-
Outros proveitos de exploração	54.017	62.543	3.037	6.104
	<u>144.148</u>	<u>211.553</u>	<u>12.051</u>	<u>29.722</u>

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



7. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de **Fornecimentos e serviços externos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Subcontratos :				
Subcontratos (Telecomunicações)	79.664	147.747	-	-
Outros subcontratos	6.186	9.280	-	-
Fornecimentos e serviços :				
Água, electricidade e combustíveis	12.126	11.559	883	900
Utensílios e material de escritório	5.059	5.671	338	415
Rendas e alugueres	82.238	86.965	5.674	4.122
Comunicações	30.302	30.011	1.449	1.615
Seguros	27.101	23.465	676	514
Transportes, deslocações e estadias	21.925	14.170	1.295	1.966
Comissões e honorários	9.624	23.564	1.305	1.202
Conservação e reparação	128.471	123.269	2.735	1.776
Publicidade e propaganda	33.914	28.819	7.252	4.495
Vigilância e Segurança	10.186	7.874	487	539
Trabalhos especializados	263.863	266.553	50.174	50.558
Cedência de Pessoal	-	-	27.708	23.745
Outros fornecimentos e serviços	30.739	37.834	3.186	5.341
	741.398	816.781	103.162	97.188

8. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados

A rubrica de **Custos com o pessoal** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Remuneração dos órgãos sociais	13.676	7.715	4.293	3.391
Remuneração dos colaboradores	454.237	437.198	542	153
Encargos sobre remunerações	107.035	98.059	284	155
Custos com racionalização de recursos humanos	3.516	7.080	-	201
Prémios aos colaboradores	52.315	37.357	1	960
Planos de remuneração com base em acções	5.700	-	5.700	-
Outros custos	37.426	50.236	2.452	1.469
Trabalhos para a própria empresa	-88.819	-91.658	-	-
	585.086	545.987	13.272	6.329

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006	Dez 2005	Dez 2006	Dez 2005
Directores/Chefias superiores	476	475	13	15
Quadros superiores	2.078	2.087	-	-
Quadros médios	682	759	-	-
Chefias intermédias	598	612	-	-
Profissionais altamente qualificados e qualificados	7.021	7.229	1	2
Profissionais semi-qualificados	2.437	2.802	-	-
Profissionais não qualificados	41	37	-	-
	13.333	14.001	14	17

Em 31 de Dezembro de 2006, o número de trabalhadores no activo, incluindo os contratados a prazo, era de 13.443 (14.224 em Dezembro de 2005). O número de trabalhadores referido inclui a totalidade dos trabalhadores de todas as empresas do perímetro de consolidação (integral e proporcional), independentemente da participação da EDP no respectivo capital e também os respectivos órgãos sociais com 80 e 13 elementos, respectivamente, no Grupo e na EDP - Energias de Portugal, S.A. (83 e 15 elementos, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2005).

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Custos com plano de pensões	93.595	99.646	830	678
Custos com plano médico e outros benefícios	46.488	47.349	567	133
Outros	22.204	53.296	72	71
	<u>162.287</u>	<u>200.291</u>	<u>1.469</u>	<u>882</u>

Os custos com planos de pensões incluem 79.193 milhares de Euros (92.651 milhares de Euros em 2005) relativos a planos de benefícios definidos e 14.402 milhares de Euros (6.995 milhares de Euros em 2005) relativos a planos de contribuição definida.

9. Outros custos de exploração

A rubrica de **Outros custos de exploração** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Rendas de concessões pagas às autarquias	211.452	201.461	-	-
Rendas de centros electroprodutores	8.901	7.587	-	-
Impostos directos	778	1.757	273	694
Impostos indirectos	47.319	31.232	612	536
Imparidade para créditos de cobrança duvidosa	55.489	24.863	726	223
Imparidade para devedores e outros activos	15.362	43.811	248.491	1.213
Dívidas incobráveis	5.687	33.606	3.500	-
Perdas em imobilizações	8.866	10.382	492	5.346
Custos de funcionamento da regulação	3.783	3.406	-	-
Devolução de Licenças de CO ₂ (Real Decreto-Ley 03/06)	32.352	-	-	-
Diferença de Preço de aquisição de energia (Real Decreto-Ley 03/06)	15.560	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética (Brasil)	17.956	3.456	-	-
Indemnizações de exploração	1.786	2.166	-	-
Donativos	9.879	20.004	9.810	19.717
Acordos Clientes Autarquias	-	10.575	-	-
Outras perdas relacionadas com actividade de gestão de energia	-	-	22.299	87.703
Outros custos e perdas operacionais	73.211	59.360	7.918	16.511
	<u>508.381</u>	<u>453.666</u>	<u>294.121</u>	<u>131.943</u>

Os montantes relativos a devolução de licenças de CO₂ referem-se ao montante das licenças que o Grupo espera ter de devolver ao Estado espanhol, como resultado da aplicação do Real Decreto-Ley 03/06. De igual forma, a diferença de preço entre o custo de aquisição médio unitário da Distribuição no mercado diário e o custo reconhecido pelo regulador relativo às compras constitui um custo da actividade regulada e decorre da aplicação do Real Decreto-Ley 03/06.

Os custos com Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética dizem respeito às subsidiárias Bandeirante, Escelsa e Enersul e decorrem da aplicação da Resolução Normativa n.º 219 de 11 de Abril de 2006 que aprovou o "Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Sector da Energia Eléctrica".

Os detalhes das Imparidades para créditos de cobrança duvidosa, devedores e outros activos, encontram-se nas notas 23 e 24, às demonstrações financeiras, respectivamente.

A rubrica de imparidade para devedores e outros activos, em base individual, no valor de 248.491 milhares de Euros inclui as dotações realizadas no exercício, relativas a créditos detidos sobre o Grupo ONI, no valor de 278.312 milhares de Euros (ver nota 24), líquidos do montante de 29.821 milhares de Euros correspondente ao proveito obtido pela aquisição destes créditos abaixo do seu valor nominal.

10. Provisões do exercício

A rubrica de **Provisões do exercício** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Dotação de provisões para riscos e encargos	121.732	148.082	5.886	4.454
Redução de provisões	-27.168	-135.608	-3.462	-604
	<u>94.564</u>	<u>12.474</u>	<u>2.424</u>	<u>3.850</u>

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



11. Amortizações e compensação de amortizações

A rubrica de **Amortizações** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Activos fixos tangíveis:				
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	1.354	1.791	-	-
Edifícios e outras construções	12.576	9.620	568	588
Equipamento básico:				
Produção Hidroeléctrica	131.328	128.659	8	8
Produção Termoeléctrica	208.150	175.470	-	-
Produção Renováveis	66.133	27.066	-	-
Distribuição de Electricidade	436.016	422.192	-	-
Outro equipamento básico	71.410	78.092	15	15
Equipamento de transporte	8.091	8.339	563	514
Equipamento administrativo e utensílios	49.411	41.597	3.792	2.836
Outros activos tangíveis	2.117	3.233	1.424	1.405
	986.586	896.059	6.370	5.366
Activos fixos intangíveis:				
Amortização de propriedade industrial e outros direitos	20.928	29.722	8	8
Amortização de direitos de concessão	41.052	31.087	-	-
Amortização de direitos de utilização (telecomunicações)	3.289	6.545	-	-
Imparidade de direitos de utilização	-	30.000	-	-
Imparidade do "goodwill"	7.011	-	-	-
	72.280	97.354	8	8
	1.058.866	993.413	6.378	5.374
Compensação de amortizações:				
Activos fixos tangíveis participados	-101.764	-97.626	-	-475
Outras regularizações	748	26	-	-201
	-101.016	-97.600	-	-676
	957.850	895.813	6.378	4.698

No ano 2005 foi identificada uma perda de imparidade nos direitos de utilização de fibras ópticas do negócio das telecomunicações no montante de cerca de 30.000 milhares de Euros. Em 2006, foi registada uma imparidade no "goodwill" relativa à Affinis - Serviços de Assistência e Manutenção Global, S.A. e à Edipombal, S.A., no montante de 7.011 milhares de Euros.

Os activos fixos tangíveis participados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes activos fixos tangíveis do grupo, sendo o respectivo custo compensado pela amortização das participações (registadas em Credores e outros passivos) efectuada na mesma base e às mesmas taxas dos respectivos activos fixos tangíveis participados.

12. Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros

A rubrica de **Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros**, para o **Grupo**, é analisada como segue:

	Dez 2006		Dez 2005	
	Alienação %	Valor Euro'000	Alienação %	Valor Euro'000
BCP	-	-	2,0%	12.653
REE	-	-	3,0%	19.340
Galp	-	-	14,3%	397.484
Efacec	-	-	4,9%	3.123
EDP Produção Bioeléctrica	50,0%	-102	-	-
Electra	10,2%	-5.398	-	-
Sonaeocom	7,9%	-14.010	-	-
Telecable	44,5%	35.451	-	-
Optep / Optimus	25,7%	-12.034	-	-
Outros		911	-	8.130
		4.818		440.730

A rubrica de **Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros**, em base **Individual**, é analisada como segue:

	Dez 2006		Dez 2005	
	Alienação %	Valor Euro'000	Alienação %	Valor Euro'000
Edinfor	-	-	60,0%	-21.956
EDP Energias do Brasil	-	-	2,2%	-61.625
EDP Produção Bioelétrica	50,0%	-2.991	-	-
Electra	10,2%	-5.398	-	-
Oplep / Optimus	25,7%	-12.034	-	-
Outros	-	3.217	-	1.867
		<u>-17.206</u>		<u>-81.714</u>

No dia 24 de Julho de 2006, o Agrupamento EDP / Águas de Portugal, S.A. ("AdP") – participado em 60% pela EDP e em 40% pela AdP – que detinha uma participação de 51% no capital social da ELECTRA SARL (ELECTRA), celebrou um acordo com o Governo de Cabo Verde relativo à reestruturação societária da ELECTRA, empresa concessionária de transporte e distribuição de energia eléctrica e transporte e distribuição de água e recolha e tratamento de águas residuais para reutilização em Cabo Verde.

O Acordo de reestruturação societária da ELECTRA consubstanciou-se na realização de um aumento de capital por incorporação de créditos da EDP/AdP, seguido de uma operação de cobertura de prejuízos e subsequente redução de capital. Na sequência desta operação, a EDP reduziu a sua percentagem de participação na Electra de 30,6% para 20,4%.

13. Outros proveitos e custos financeiros

A rubrica de **Outros proveitos e custos financeiros** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Outros proveitos financeiros:				
Juros obtidos	232.408	218.107	298.806	270.981
Rendimentos de participações de capital	7.960	36.069	722.355	909.473
Diferenças de câmbio favoráveis	37.881	117.416	3.111	48.415
Instrumentos financeiros derivados	385.300	88.663	358.120	210.202
Produtos derivados de operações financeiras com CO ₂	41.785	-	41.785	-
Outros ganhos financeiros	65.027	67.639	15.275	117.589
	<u>770.361</u>	<u>527.894</u>	<u>1.439.452</u>	<u>1.556.660</u>
Outros custos financeiros				
Juros suportados	579.797	534.677	362.341	332.853
Serviços bancários	25.210	8.138	4.189	2.390
Diferenças de câmbio desfavoráveis	36.951	48.695	18.706	27.007
Instrumentos financeiros derivados	230.871	243.022	165.917	319.269
Produtos derivados de operações financeiras com CO ₂	24.145	-	24.145	-
Outras perdas financeiras	80.764	92.639	56.955	190.420
	<u>977.738</u>	<u>927.171</u>	<u>632.253</u>	<u>871.939</u>
Resultados financeiros	<u>-207.377</u>	<u>-399.277</u>	<u>807.199</u>	<u>684.721</u>

A rubrica de **Rendimentos de participações de capital** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Empresas do Grupo	-	-	587.500	893.381
Empresas associadas				
DECA II	-	-	2.218	2.082
REN	-	-	132.614	14.010
Outras empresas				
BCP	6.250	7.510	-	-
GALP	-	23.664	-	-
Tejo Energia	1.111	3.222	-	-
Outros	599	1.673	23	-
	<u>7.960</u>	<u>36.069</u>	<u>722.355</u>	<u>909.473</u>

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



14. Impostos sobre os lucros

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Em Portugal esse período é de 4 anos, tendo o último ano sido considerado como definitivamente liquidado pela administração fiscal o de 2002.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros fiscais em anos seguintes (6 anos em Portugal, 15 anos em Espanha e sem prazo no Brasil, mas com limite de 30% do lucro tributável do exercício). O detalhe dos prejuízos e da respectiva data limite de reporte é apresentado na nota 21. As empresas do Grupo EDP são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal dos respectivos países.

A análise da **Provisão para impostos sobre lucros** é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Imposto corrente				
Relativo ao exercício	-252.330	-100.898	84.944	51.581
Relativo ao exercício anterior	-7.352	-10.163	-8.416	-8.301
Total Imposto corrente	-259.682	-111.061	76.528	43.280
Imposto diferido	-6.233	-41.128	-31.782	-13.501
	-265.915	-152.189	44.746	29.779

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, no **Grupo**, em 2006, é analisada como segue:

	Dez 2006		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	27,5%	1.295.806	356.347
Provisões sem consequência fiscal	1,4%	66.037	18.160
Prejuízos fiscais para os quais não foi reconhecido imposto diferido activo	2,9%	130.474	35.880
Dividendos não tributados	-0,6%	-26.545	-7.300
Benefícios fiscais	-1,0%	-42.266	-11.623
Justo valor de instrumentos e investimentos financeiros	-0,1%	-6.404	-1.761
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	1,4%	65.520	18.018
Investimentos financeiros em associadas e subsidiárias	-4,6%	-215.948	-59.386
Tributação autónoma e benefícios fiscais dedutíveis à colecta	0,3%	12.816	3.524
Alterações de estimativas	-5,9%	-261.509	-71.915
Alteração de taxa	-1,2%	-53.165	-14.620
Diferencial de taxa e outros ajustamentos	0,0%	2.147	591
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	20,2%	966.963	265.915

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, no **Grupo**, em 2005, é analisada como segue:

	Dez 2005		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	27,5%	1.218.628	335.123
Provisões sem consequência fiscal	1,4%	63.873	17.565
Prejuízos fiscais para os quais não foi reconhecido imposto diferido activo	1,7%	76.741	21.104
Dividendos não tributados	-0,9%	-38.168	-10.496
Benefícios fiscais	-0,7%	-32.374	-8.903
Justo valor de instrumentos e investimentos financeiros	0,4%	17.689	4.864
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	-22,4%	-994.523	-273.494
Investimentos financeiros em associadas e subsidiárias	-0,6%	-27.330	-7.516
Tributação autónoma e benefícios fiscais dedutíveis à colecta	-0,6%	-26.160	-7.194
Alterações de estimativas	7,3%	323.471	88.955
Diferencial de taxa, variações de taxa e outros ajustamentos	-0,6%	-28.433	-7.819
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	12,5%	553.414	152.189

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, em **base individual**, em 2006, é analisada como segue:

	Dez 2006		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	27,5%	470.951	129.512
Provisões sem consequência fiscal	18,0%	307.708	84.620
Justo valor de instrumentos e investimentos financeiros	-1,0%	-17.829	-4.903
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	-0,3%	-5.210	-1.433
Dividendos não tributados	-40,0%	-685.702	-188.568
Alteração de taxa	0,2%	3.892	1.070
Alterações de estimativas	-13,7%	-234.604	-64.516
Outros ajustamentos	-0,1%	-1.919	-528
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	-9,5%	-162.713	-44.746

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, em **base individual**, em 2005, é analisada como segue:

	Dez 2005		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	27,5%	480.056	132.015
Provisões para perdas em subsidiárias	5,9%	103.104	28.354
Benefícios fiscais	-0,2%	-4.183	-1.150
Dividendos não tributados	-51,7%	-903.120	-248.358
Justo valor de instrumentos e investimentos financeiros	1,0%	17.689	4.864
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	2,1%	36.997	10.174
Alterações de estimativas	8,8%	152.788	42.017
Outros ajustamentos à matéria colectável	0,5%	8.382	2.305
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	-6,1%	-108.287	-29.779

15. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Valor bruto:				
Activos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	223.420	223.420	-	-
Terrenos e recursos naturais	125.166	134.145	46.735	47.654
Edifícios e outras construções	521.316	411.234	25.797	27.420
Equipamento básico:				
Produção Hidroeléctrica	7.475.125	7.211.603	254	254
Produção Termoeléctrica	5.666.532	5.474.275	-	-
Produção Renováveis	1.314.300	747.563	-	-
Distribuição de electricidade	13.723.640	12.981.777	-	-
Distribuição de gás	837.332	782.548	-	-
Outro equipamento básico	336.342	510.015	148	148
Equipamento de transporte	83.400	80.037	3.153	2.986
Equipamento administrativo e utensilios	461.626	394.370	72.872	70.576
Outros activos fixos tangíveis	97.347	31.981	14.246	14.142
Activos tangíveis em curso	1.706.086	1.555.744	6.203	12.087
	32.571.632	30.538.712	169.408	175.267
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:				
Amortizações do exercício	-986.586	-896.059	-6.370	-5.366
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-16.503.318	-15.771.902	-78.139	-74.365
Perdas por imparidade	-	-6.605	-	-
	-17.489.904	-16.674.566	-84.509	-79.731
Valor líquido contabilístico	15.081.728	13.864.146	84.899	95.536

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



Os activos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82 correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão transferidos das Autarquias Locais em regime de concessão. Estes patrimónios, embora explorados pelo Grupo, continuam propriedade das Autarquias, relevando contabilisticamente os seguintes valores:

	Grupo	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Activos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	223.420	223.420
Amortizações acumuladas	-221.185	-219.831
Valor líquido	2.235	3.589

Parte destes patrimónios poderão vir a ser transferidos para a propriedade do Grupo para liquidação, por encontro de contas, das dívidas dos respectivos Municípios (ver Nota 23), ainda a aguardar regularização.

Os movimentos na rubrica de **Activos fixos tangíveis** durante o ano de 2006, **para o Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	223.420	-	-	-	-	-	223.420
Terrenos e recursos naturais	134.145	1.608	-942	4.834	-1.042	-13.437	125.166
Edifícios e outras construções	411.234	406	-5.130	114.532	-7.339	7.613	521.316
Equipamento básico	27.707.781	63.805	-25.620	1.758.203	-79.540	-71.358	29.353.271
Equipamento de transporte	80.037	11.408	-9.105	2.095	-619	-416	83.400
Equipamento administrativo e utensílios	394.370	16.940	-15.005	18.742	-544	47.123	461.626
Outros activos fixos tangíveis	31.981	33.229	-13.696	-8.532	-	54.365	97.347
Activos fixos tangíveis em curso	1.555.744	1.429.245	-10.205	-1.324.215	-3.797	59.314	1.706.086
	30.538.712	1.556.641	-79.703	565.659	-92.881	83.204	32.571.632

Na rubrica de "Transferências" encontra-se incluída a transferência dos "Direitos de operações e licenciamento eólico" da Nuon para activos fixos tangíveis, na sequência da conclusão da avaliação efectuada aos activos daquela entidade, adquiridos em Dezembro de 2005, e consequente alocação do preço de compra aos respectivos activos adquiridos.

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Perdas/ Reversões de imparidade Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:							
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	219.831	1.354	-	-	-	-	221.185
Edifícios e outras construções	191.973	12.576	-	-3.455	-2.196	2.491	201.389
Equipamento básico	15.934.636	913.037	-	-13.102	-33.561	-142.928	16.658.082
Equipamento de transporte	61.410	8.091	-	-8.432	-549	-280	60.240
Equipamento administrativo e utensílios	248.706	49.411	-	-2.117	-519	22.244	317.725
Outros activos fixos tangíveis	18.010	2.117	-	-471	-	11.627	31.283
	16.674.566	986.586	-	-27.577	-36.825	-106.846	17.489.904

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



Os movimentos da rubrica de **Activos fixos tangíveis** durante o ano de 2006, **em base Individual**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	47.654	-	-919	-	-	46.735
Edifícios e outras construções	27.420	-	-1.623	-	-	25.797
Equipamento básico	402	-	-	-	-	402
Equipamento de transporte	2.986	819	-709	-	57	3.153
Equipamento administrativo e utensílios	70.576	1.036	-	1.007	253	72.872
Outros activos fixos tangíveis	14.142	-	-	-	104	14.246
Activos fixos tangíveis em curso	12.087	4.423	-9.300	-1.007	-	6.203
	<u>175.267</u>	<u>6.278</u>	<u>-12.551</u>	<u>-</u>	<u>414</u>	<u>169.408</u>

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Perdas/ Reversões de imparidade Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:							
Edifícios e outras construções	17.625	568	-	-1.506	-	-	16.687
Equipamento básico	30	23	-	-	-	-	53
Equipamento de transporte	1.118	563	-	-441	-	34	1.274
Equipamento administrativo e utensílios	58.015	3.792	-	-	-	245	62.052
Outros activos fixos tangíveis	2.943	1.424	-	-	-	76	4.443
	<u>79.731</u>	<u>6.370</u>	<u>-</u>	<u>-1.947</u>	<u>-</u>	<u>355</u>	<u>84.509</u>

Os movimentos da rubrica de **Activos fixos tangíveis** durante o ano de 2005, **em base Individual**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transfer. Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	55.709	482	-8.584	47	-	47.654
Edifícios e outras construções	57.959	-	-40.197	9.658	-	27.420
Equipamento básico	-	402	-	-	-	402
Equipamento de transporte	2.311	982	-513	-	206	2.986
Equipamento administrativo e utensílios	64.364	977	-614	9.385	-3.536	70.576
Outros activos fixos tangíveis	13.539	10	-	81	512	14.142
Activos fixos tangíveis em curso	10.678	14.822	-3.295	-19.171	9.053	12.087
	<u>204.560</u>	<u>17.675</u>	<u>-53.203</u>	<u>-</u>	<u>6.235</u>	<u>175.267</u>

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Perdas/ Reversões de imparidade Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transfer. Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e imparidade:							
Edifícios e outras construções	27.957	588	-	-10.920	-	-	17.625
Equipamento básico	-	23	-	-	-	7	30
Equipamento de transporte	904	514	-	-767	-	467	1.118
Equipamento administrativo e utensílios	55.324	2.836	-	-215	-	70	58.015
Outros activos fixos tangíveis	1.517	1.405	-	-	-	21	2.943
	<u>85.702</u>	<u>5.366</u>	<u>-</u>	<u>-11.902</u>	<u>-</u>	<u>565</u>	<u>79.731</u>

À data de 31 de Dezembro de 2006, em base Individual, o valor bruto dos activos tangíveis financiados por contratos de locação financeira ascende a 2.598 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2005: 2.267 milhares de Euros), e a amortização acumulada é de 871 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2005: 584 milhares de Euros) e as respectivas rendas vincendas ascendem a 1.606 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2005: 1.446 milhares de Euros). O detalhe dos activos financiados por contratos de locação financeira é apresentado de seguida.

	Dez 2006			Dez 2005		
	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000
Menos de um ano	611	48	659	-	-	-
Entre um e cinco anos	910	37	947	1.377	69	1.446
	<u>1.521</u>	<u>85</u>	<u>1.606</u>	<u>1.377</u>	<u>69</u>	<u>1.446</u>

No decorrer do exercício de 2006 o valor dos custos incorridos com estes activos foi de 29 milhares de Euros (2005: 90 milhares de Euros), estando registados na rubrica Conservação e reparação da demonstração de resultados (nota 7).

16. Activos Intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Valor bruto:				
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	87.792	269.323	50	349
Licenças de CO ₂	266.063	99.381	1.748	-
Activos intangíveis em curso	20.313	7.281	-	-
Direitos de utilização (telecomunicações)	-	32.890	-	-
Direitos de concessão	1.080.870	930.925	-	-
Direitos de operações e licenciamento eólico	-	482.438	-	-
	<u>1.455.038</u>	<u>1.822.238</u>	<u>1.798</u>	<u>349</u>
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:				
Amortizações do exercício de direitos de concessão e de utilização	-44.341	-37.632	-	-
Amortizações do exercício de propriedade industrial e outros intangíveis	-20.928	-29.722	-8	-8
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-221.633	-262.881	-27	-19
Perdas por imparidade	-	-30.000	-	-
	<u>-286.902</u>	<u>-360.235</u>	<u>-35</u>	<u>-27</u>
Valor Líquido	<u>1.168.136</u>	<u>1.462.003</u>	<u>1.763</u>	<u>322</u>

Na rubrica "Licenças de CO₂" encontram-se registados 264.315 milhares de Euros referentes às licenças atribuídas para o exercício de 2006, de emissão de CO₂, com excepção das licenças atribuídas às centrais afectas ao SEP, e 1.748 milhares de Euros referentes a fundos de carbono. Em Portugal, o mercado de licenças de emissões de CO₂ encontra-se regulado pelo Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) cobrindo o triénio 2005 – 2007. O PNALE define a metodologia e os critérios de atribuição de licenças de emissão de gases com efeito de estufa às instalações localizadas no território nacional com base na estimativa das licenças de emissão necessárias até ao final desse período, tendo em atenção as emissões históricas das instalações e/ou as projecções destas emissões. O PNALE prevê que as licenças para as instalações já existentes, para o triénio 2005-2007, sejam atribuídas a título gratuito limitando a sua utilização até ao final desse triénio, após o qual serão canceladas e não poderão ser transferidas para utilização no âmbito do comércio europeu de licenças de emissão.

Os Direitos de concessão sobre as redes de distribuição de energia eléctrica, nomeadamente do Estado de São Paulo, do Estado do Espírito Santo e do Estado do Mato Grosso do Sul, são amortizados pelo método das quotas constantes pelo período total da concessão, respectivamente até 2025, 2030 e 2030.

Em Dezembro de 2005 a NEO, S.A. - empresa do Grupo EDP para o desenvolvimento de projectos na área das energias renováveis na Península Ibérica e Europa - adquiriu à Nuon International Renewables Projects BV a totalidade do capital social da Nuon España e 26% do capital social da DESA, S.A., pelo valor de 478.000 milhares de Euros, que acrescido dos custos com o processo de aquisição ascendeu ao montante de 485.000 milhares de Euros.

A Nuon España é uma empresa que actua exclusivamente no sector das energias renováveis no mercado espanhol e que detém uma carteira de projectos eólicos com uma potência total de 1.407 MW, dos quais 221 MW já se encontram em operação e 1.186 MW em diferentes fases de desenvolvimento. Os parques eólicos situam-se nas regiões da Galiza, Aragão, Andaluzia e Ilhas Canárias.

A diferença entre o custo global de aquisição e o respectivo património líquido adquirido ascendeu a 482.438 milhares de Euros, equiparado na data de aquisição a "Direitos de Operações e Licenciamento Eólico". Durante o ano de 2006, o Grupo EDP procedeu, conforme previsto no IFRS 3, à reavaliação dos activos e passivos adquiridos com o objectivo de imputar o valor de aquisição aos activos e passivos adquiridos. Com base nesta avaliação efectuada por uma entidade independente, o referido montante foi imputado ao conjunto dos activos adquiridos no âmbito desta concentração de actividades empresariais.

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



Os movimentos da rubrica de **Activos Intangíveis** durante o ano de 2006, **para o Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	269.323	776	-263	13.903	-1.910	-194.037	87.792
Licenças de CO ₂	99.381	299.741	-105.790	-27.989	-	720	266.063
Activos intangíveis em curso	7.281	20.569	-2.339	-13.903	-456	9.161	20.313
Direitos de utilização (telecomunicações)	32.890	-	-	-	-	-32.890	-
Direitos de concessão							
Direitos de concessão - Brasil	930.925	-	-	-	-2.287	-	928.638
Direitos de concessão - Portugal	-	45.218	-	107.014	-	-	152.232
Direitos de operações e licenciamento eólico	482.438	-	-	-482.438	-	-	-
	<u>1.822.238</u>	<u>366.304</u>	<u>-108.392</u>	<u>-403.413</u>	<u>-4.653</u>	<u>-217.046</u>	<u>1.455.038</u>

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Perdas/ Reversões de imparidade Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:								
Propriedade industrial e outros direitos	144.526	20.928	-201	-	-	-1.053	-118.528	45.672
Direitos de utilização (telecomunicações)	16.254	3.289	-	-	-	-	-19.543	-
Direitos de concessão	199.455	41.052	-	-	-	-151	874	241.230
	<u>360.235</u>	<u>65.269</u>	<u>-201</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-1.204</u>	<u>-137.197</u>	<u>286.902</u>

Os Direitos de concessão em Portugal referem-se à rede de distribuição de gás natural da zona Norte do país, sendo amortizados pelo método das quotas constantes ao longo do período de concessão, que termina em 2028.

Os movimentos da rubrica de **Activos Intangíveis** durante o ano de 2005, **para o Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transfer. Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Propriedade industrial e outros direitos	264.676	153	-920	-	8.387	-141.010	131.286
Licenças de CO ₂	-	99.381	-	-	-	-	99.381
Activos intangíveis em curso e outros	5.982	21.873	-2.741	-	7.896	112.308	145.318
Direitos de utilização (telecomunicações)	73.169	-	-	-	-	-40.279	32.890
Direitos de concessão no Brasil	846.633	72.187	-	-	10.844	1.261	930.925
Direitos de operações e licenciamento eólico	-	482.438	-	-	-	-	482.438
	<u>1.190.460</u>	<u>676.032</u>	<u>-3.661</u>	<u>-</u>	<u>27.127</u>	<u>-67.720</u>	<u>1.822.238</u>

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Perdas/ Reversões de imparidade Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transfer. Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade:								
Propriedade industrial e outros direitos	95.400	29.722	30.000	1.973	-	2.783	-15.352	144.526
Direitos de utilização (telecomunicações)	33.721	6.545	-	-	-	-	-24.012	16.254
Direitos de concessão no Brasil	167.944	31.087	-	-	-	367	57	199.455
	<u>297.065</u>	<u>67.354</u>	<u>30.000</u>	<u>1.973</u>	<u>-</u>	<u>3.150</u>	<u>-39.307</u>	<u>360.235</u>

Os movimentos da rubrica de **Activos intangíveis** durante o ano de 2006, em base Individual, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	349	-	-	-	-299	50
Licenças de CO2	-	1.449	-	-	299	1.748
	<u>349</u>	<u>1.449</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.798</u>

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Perdas/ Reversões de imparidade Euro'000	Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:							
Propriedade industrial e outros direitos	27	8	-	-	-	-	35
	<u>27</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35</u>

Os movimentos da rubrica de **Activos intangíveis** durante o ano de 2005, em base Individual, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Abates Euro'000	Transfer. Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Propriedade industrial e outros direitos	50	2	-	-	297	349
	<u>50</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>297</u>	<u>349</u>

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Perdas/ Reversões de imparidade Euro'000	Abates Euro'000	Transfer. Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:							
Propriedade industrial e outros direitos	19	8	-	-	-	-	27
	<u>19</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27</u>

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



17. Diferenças de consolidação activas "goodwill"

No Grupo, a rubrica de **Diferenças de consolidação activas "goodwill"**, resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida das empresas à data da aquisição, é analisada como segue:

	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Actividade Eléctrica:		
Grupo Hidrocentrálico	1.009.891	1.191.889
Grupo Neo Energia	666.723	-
EDP Brasil - Produção de Energia	64.511	64.511
	<u>1.741.125</u>	<u>1.256.400</u>
Actividade de Distribuição de Gás:		
Grupo Naturgás	737.547	591.993
Portgás, S.A.	-	107.014
	<u>737.547</u>	<u>699.007</u>
Outras Actividades:		
Affinis, S.A.	-	5.736
Turbogás, S.A.	61.336	61.336
Portugen, S.A.	4.585	4.585
Dómus, Lda.	-	2.728
Safra, S.A.	-	4.147
Ortiga, S.A.	-	1.347
Companhia Electricidade Macau	9.238	10.264
Outras	-	1.274
	<u>75.159</u>	<u>91.417</u>
	<u><u>2.553.831</u></u>	<u><u>2.046.824</u></u>

No decorrer do ano de 2006, a movimentação ocorrida no "goodwill", por segmento de negócio, foi a seguinte:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Abates Euro'000	Imparidade Euro'000	Variação cambial Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Actividade Eléctrica							
Grupo Hidrocentrálico	1.191.889	-	-	-	-	-181.998	1.009.891
Grupo Neo Energia	-	336.318	-	-	-	330.405	666.723
EDP Brasil - Produção de Energia	64.511	-	-	-	-	-	64.511
	<u>1.256.400</u>	<u>336.318</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>148.407</u>	<u>1.741.125</u>
Actividade de Distribuição de Gás							
Grupo Naturgás	591.993	125.142	-	-	-	20.412	737.547
Portgás, S.A.	107.014	-	-	-	-	-107.014	-
	<u>699.007</u>	<u>125.142</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-86.602</u>	<u>737.547</u>
Outras Actividades							
Affinis, S.A.	5.736	-	-	-5.736	-	-	-
Turbogás, S.A.	61.336	-	-	-	-	-	61.336
Portugen, S.A.	4.585	-	-	-	-	-	4.585
Dómus, Lda.	2.728	-	-	-	-	-2.728	-
Safra, S.A.	4.147	-	-	-	-	-4.147	-
Ortiga, S.A.	1.347	-	-	-	-	-1.347	-
Companhia Electricidade Macau	10.264	-	-	-	-1.026	-	9.238
Outras	1.274	-	-	-1.274	-	-	-
	<u>91.417</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-7.010</u>	<u>-1.026</u>	<u>-8.222</u>	<u>75.159</u>
	<u><u>2.046.824</u></u>	<u><u>461.460</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-7.010</u></u>	<u><u>-1.026</u></u>	<u><u>53.583</u></u>	<u><u>2.553.831</u></u>

No decorrer do ano de 2005, a movimentação ocorrida no "goodwill", por segmento de negócio, foi a seguinte:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Abates Euro'000	Variação cambial Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Actividade Eléctrica	1.256.875	3.241	-	-	-3.716	1.256.400
Actividade de Distribuição de Gás	699.073	-	-	-	-66	699.007
Actividade Telecomunicações	78.898	-	-	-	-78.898	-
Outras Actividades	36.063	54.150	-	1.005	199	91.417
	<u>2.070.909</u>	<u>57.391</u>	<u>-</u>	<u>1.005</u>	<u>-82.481</u>	<u>2.046.824</u>

Nos termos definidos pelo IFRS 3, o "goodwill" resultante de concentrações de actividade empresarial está sujeito a testes de imparidade, com periodicidade anual ou sempre que existam indicadores de imparidade.

No decurso do exercício de 2006 e na sequência de um aumento de capital realizado em espécie, a Neo - Nuevas Energías de Occidente passou a deter 80% do capital social da Genesa, S.L. anteriormente detida pelo Grupo Hidrocontábrico. Na sequência do mesmo aumento de capital, a Neo passou a deter 90% do capital da Enernova, anteriormente detido a 100% pela EDP, S.A.

Durante este período a Neo registou um aumento de "goodwill" por aquisição de 100% do capital social da empresas Tarcan, Ceasa, Agrupación Eólica, 70% da Greenwind, 80% da Veinco e 50% da empresa Marquesado Solar no montante de 307.000 milhares de Euros. Durante o exercício de 2006, a Enernova, subsidiária da Neo, adquiriu as empresas Eneraltius-Produção de Energia Eléctrica,S.A., Bolores-Energia Eólica S.A. e Serra del Rei, S.A. registando um aumento total de "goodwill" de 22.000 milhares de Euros.

À data de 31 de Dezembro de 2006, os activos e passivos incluídos nas referidas concentrações de actividades empresariais não tinham sido objecto de avaliação e conseqüente imputação aos activos adquiridos, pelo que durante o exercício de 2007, o Grupo EDP concluirá a referida imputação, o que poderá determinar o acerto ao montante de "goodwill" agora registado.

Relativamente à movimentação da rubrica de "goodwill" no Grupo Naturgás, inclui 61.000 milhares de Euros que resulta da aquisição dos restantes 50% do capital social da Bilbogás, S.A. e Gás Natural de Álava, S.A. e de 45% das empresas Gas Pasaia, S.A. e Gas Hernani, S.A. pela Naturgas Energía Grupo, S.A. As empresas Bilbogás, S.A. Gas Pasaia, S.A. e Gas Hernani, S.A foram fusionadas na Naturgas Energia Distribucion, S.A. ainda durante o exercício de 2006.

Adicionalmente, a Hidrocontábrico registou 63.357 milhares de Euros de "goodwill" relativos à Naturgás, decorrente do registo de aquisições antecpadas de interesses minoritários, resultantes da opção de compra existente sobre essa participação.

18. Investimentos financeiros em filiais (contas individuais)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Partes de capital em empresas filiais	8.312.773	9.197.717
Perdas por imparidade em partes de capital em empresas filiais	-1.639.093	-1.846.128
	<u>6.673.680</u>	<u>7.351.589</u>

O detalhe dos **Investimentos financeiros em filiais** é analisado como segue:

	Individual	
	Dez 2006 Valor Líquido Euro'000	Dez 2005 Valor Líquido Euro'000
Partes de capital em empresas filiais:		
EDP Distribuição de Energia, S.A.	1.591.145	1.591.145
EDP Comercial, S.A.	99.702	39.702
EDP Gestão de Produção de Energia, S.A.	2.067.565	2.067.565
EDP Gás, SGPS, S.A. (ex-EDP-Participações, SGPS, S.A.)	342.795	342.795
Enernova, S.A.	882	31.258
EDP Produção Bioeléctrica, S.A.	6.600	13.200
EDP Internacional, SGPS, S.A.	-	984.333
EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.	6.550	6.550
Edalpro - Imobiliária, Lda.	748	748
Labelec - Est. Desenv. Activ. Laboratoriais, S.A.	3.465	3.465
EDP Energias do Brasil, S.A.	432.238	211.408
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	1.981.798	1.981.798
EDP Finance Company, Ltd.	2.001	1.000
ONI, SGPS, S.A.	-	-
Neo-Nuevas Energías de Occidente S.A.	60.095	-
Sávida, S.A.	2.552	2.552
NGF, SGPS, S.A.	62.761	62.761
EDP Imobiliária e Participações, S.A.	4.458	4.458
Balwerk, S.A.	1.686	1.686
Patrimonial de la Ribera del Ebro, S.L.	4.000	4.000
Outras	2.639	1.165
	<u>6.673.680</u>	<u>7.351.589</u>

No exercício de 2006, a EDP Internacional SGPS, S.A. foi fusionada na EDP, S.A., com a conseqüente anulação do valor líquido da participação financeira. Na sequência da fusão, a participação financeira de 11,89% que a EDP Internacional detinha na Energias do Brasil foi incorporada pela EDP, S.A., cuja participação financeira aumentou de 12,20% para 24,09%.

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



O movimento da **Imparidade de investimentos financeiros em filiais**, nas contas individuais, é analisado como segue:

	Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro 2005	-1.758.798
Dotações do exercício	-150.458
Utilizações	49.535
Transferências	13.593
Saldo em 31 de Dezembro 2005	-1.846.128
Dotações do exercício	-20.357
Utilizações	600
Transferências	226.792
Saldo em 31 de Dezembro 2006	-1.639.093

As rubricas de dotações do exercício, de 2006 e 2005, incluem provisões para o Grupo ONI no montante de 20.307 e 150.458 milhares de Euros, respectivamente.

A rubrica de transferências relativa ao exercício de 2006, resulta do processo de fusão da EDP Internacional SGPS, S.A., na EDP, S.A.

As **Empresas Subsidiárias** incluídas na consolidação pelo **método integral**, à data de 31 de Dezembro de 2006, eram as seguintes:

Empresas Subsidiárias	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-06 Euro'000	Passivos 31-Dez-06 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-06 Euro'000	Total Proventos 31-Dez-06 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-06 Euro'000	% Grupo	% Individual
Portugal									
Empresa-Mãe do Grupo e Actividades Conexas:									
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Lisboa	3.656.537.715 EUR	12.613.329	6.425.703	6.187.626	2.142.052	515.696	100,00%	-
Balwerk - Consultadoria Económica e Participações, Sociedade Unipessoal, Lda.	Lisboa	5.000 EUR	288.901	279.588	9.313	11.801	7.282	100,00%	100,00%
Edalpro - Imobiliária, Lda.	Lisboa	748.197 EUR	403	261	142	15	-576	100,00%	100,00%
EDP Estudos e Consultoria, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	6.420	5.805	615	17.823	1.058	100,00%	100,00%
EDP Imobiliária e Participações, S.A.	Lisboa	10.000.000 EUR	586.717	330.975	255.742	90.409	-22.649	100,00%	100,00%
EDP Investments and Services, S.L.	Madrid	3.006 EUR	286.038	266.599	19.439	14.894	11.933	100,00%	-
EDP Gás - S.G.P.S., S.A.	Lisboa	120.000.000 EUR	743.362	191.269	552.093	134.258	123.498	100,00%	-
EDP Trader Internacional - Comércio, Consultoria e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	5.000 EUR	8	27	-19	-	-24	100,00%	100,00%
EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.	Lisboa	4.550.000 EUR	35.630	51.018	-15.388	60.176	2.343	100,00%	100,00%
Internet - Serviços de Consultoria Internacional, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	3.428	2.853	575	1.941	409	100,00%	100,00%
MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A.	Lisboa	750.000 EUR	1.051	603	448	133	-139	100,00%	-
Sávida - Medicina Apoiada, S.A.	Lisboa	450.000 EUR	16.450	24.481	-8.031	37.018	-3.507	100,00%	100,00%
SCS - Serviços Complementares de Saúde, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	189	134	55	95	-86	100,00%	-
Labelec - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A.	Sacavém	2.200.000 EUR	11.958	11.529	429	12.269	-229	100,00%	100,00%
Actividade Eléctrica - Portugal:									
Produção de Electricidade:									
EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.	Lisboa	1.234.000.000 EUR	4.587.849	2.642.051	1.945.798	1.457.186	405.160	100,00%	100,00%
EDP Produção EM - Engenharia e Manutenção, S.A.	Porto	2.250.000 EUR	12.553	28.830	-16.277	1.890	890	100,00%	-
Enerfin - Sociedade de Eficiência Energética, S.A.	Porto	50.000 EUR	116	-	116	65	56	74,88%	74,88%
Energim, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	52.856	51.813	1.043	12.537	2.362	65,00%	-
Hidrobasto, Lda.	Cabeceiras	100.000 EUR	106	2	104	1	-	60,00%	-
O&M Serviços - Operação e Manutenção Industrial, S.A.	Mortágua	500.000 EUR	4.114	3.993	121	9.566	28	60,00%	-
Soporgen, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	43.916	38.276	5.640	49.660	3.946	82,00%	-
Tergen - Operação e Manutenção de Centrais Termoeléctricas, S.A.	Carregado	250.000 EUR	969	618	351	1.488	90	80,00%	-
Energias Renováveis:									
Bolores-Energia Eólica, S.A.	Lisboa	200.000 EUR	19.360	19.565	-205	2.943	69	98,81%	-
Domus Eólia - Produção de Energia Renováveis, Lda.	Vila Real	5.000 EUR	1.455	1.460	-5	-	-8	98,81%	-
Enerallius-Produção de Energia Eléctrica, S.A.	Lisboa	1.505.000 EUR	52.111	48.498	3.613	6.977	192	98,81%	-
Enemova - Novas Energias, S.A.	Lisboa	7.500.000 EUR	395.424	372.656	22.768	38.444	7.530	98,81%	100,00%
Parque Eólico do Candêdo, Lda.	Vila Real	5.000 EUR	6	17	-11	-	-13	98,81%	-
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	Porto	50.000 EUR	52	10	42	-	-8	69,17%	-
Orluga - Energia Eólica, S.A.	Leiria	200.000 EUR	13.804	13.426	378	1.648	404	98,81%	-
Saíra - Energia Eólica, S.A.	Leiria	50.000 EUR	42.021	43.838	-1.817	567	-249	98,81%	-
P.E Serra D'EL Rei-ER, SA	Coimbra	50.000 EUR	66	24	42	-	-7	98,81%	-
Distribuição de Electricidade:									
EDP Distribuição de Energia, S.A.	Lisboa	1.024.500.000 EUR	6.131.211	5.983.940	147.271	4.573.503	129.186	100,00%	100,00%
EDP Powerline, Infraestruturas de Comunicação, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	2.097	4.720	-2.623	493	-2.716	100,00%	100,00%
EDP Soluções Comerciais, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	70.315	61.247	9.068	135.372	8.414	100,00%	100,00%
EDP Serviço Universal, S.A.	Lisboa	100.000 EUR	100	-	100	-	-	100,00%	-
Distribuição de Gás:									
NQF-Energia, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	5.500.000 EUR	68.698	38.372	30.326	284	-1.538	100,00%	-
NQF-Gás, S.G.P.S., SA	Lisboa	5.000.000 EUR	53.974	19.229	34.745	956	-1.226	100,00%	-
NQF - Projectos de Telecomunicações e Energia, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	5.489.000 EUR	64.151	19.262	44.889	32.040	32.020	100,00%	100,00%
PORTGÁS - Soc. de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	Porto	7.909.150 EUR	296.020	248.991	47.029	100.985	13.842	71,97%	-
ENAGÁS - S.G.P.S., S.A.	Lisboa	299.400 EUR	12.639	12.193	446	405	66	60,00%	-
Comercialização de Electricidade:									
EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.	Lisboa	50.100.200 EUR	197.690	173.617	24.073	355.597	-78.901	100,00%	60,00%
EDP Serviner - Serviços de Energia, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	3.408	3.884	-476	6.434	277	100,00%	100,00%

Empresas Subsidiárias	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-06 Euro'000	Passivos 31-Dez-06 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-06 Euro'000	Total Provetos 31-Dez-06 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-06 Euro'000	% Grupo	% Individual
Actividade Telecomunicações:									
093X - Telecomunicações Celulares, S.A.	Lisboa	1.996.000 EUR	288.433	111.030	177.403	172.593	153.135	100,00%	-
Operadora Nacional de Interactivos S.G.P.S., S.A.	Lisboa	100.000.000 EUR	223.765	338.766	-115.001	88.901	-319.672	100,00%	100,00%
OPTEP SGPS, S.A.	Lisboa	5.500.000 EUR	122.110	555	121.555	-	-42	100,00%	-
FCTE - Forum do Comércio, Transacções Electrónicas e Serviços Empresariais On-Line, S.A.	Lisboa	500.000 EUR	11	511	-500	-	-57	80,00%	-
Oni Açores, S.A.	P. Delgada	250.000 EUR	1.483	952	531	2.038	24	60,00%	-
Oni Madeira, S.A.	Funchal	50.000 EUR	624	257	367	884	220	70,00%	-
Oni Multimédia - Serviços Interactivos, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	1.151	65.310	-64.159	643	-291	100,00%	-
Oni Telecom, S.A.	Lisboa	4.630.000 EUR	275.296	243.702	31.594	177.159	-35.558	100,00%	-
U Call - Atendimento a Clientes e Telemarketing, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	153	779	-626	1.988	-463	60,00%	-
Actividade Tecnologias de Informação:									
Central E - Informação e Comércio Electrónico, SA	Lisboa	500.000 EUR	908	1.334	-426	1.214	-301	52,80%	-
Espanha									
Empresa-Mãe e Actividades Conexas:									
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Oviedo	421.739.790 EUR	3.920.066	2.161.215	1.758.851	1.003.091	111.685	96,86%	96,86%
Hidrocanábrico Gestión de la Energía S.A.	Oviedo	300.500 EUR	3.692	1.033	2.659	3.109	864	96,86%	-
Hidrocanábrico Servicios S.A.	Oviedo	60.150 EUR	7.938	3.992	3.946	21.128	2.153	96,86%	-
Nuevas Energías de Occidente	Madrid	28.503.630 EUR	1.656.001	1.427.332	228.669	245.363	-29.134	98,68%	57,90%
Naturgas Energía Servicios, S.A.	Bilbao	60.200 EUR	18.510	18.365	145	15.857	84	54,42%	-
Actividade Eléctrica - Espanha:									
Produção de Electricidade:									
Ambitec Laboratorio Medioambiental (ITSEMAP), S.A.	Madrid	1.021.700 EUR	1.122	611	511	876	-356	78,93%	-
Ceprostur AIE	Oviedo	360.607 EUR	415	7	408	6	-1	44,81%	-
Cerámica Técnica de Illescas Cogeneración, S.A.	Madrid	62.247 EUR	1.567	1.841	-274	1.383	-250	71,05%	-
Cogeneración del Esla, S.A.	Madrid	1.081.800 EUR	2.744	1.687	1.057	2.125	-475	71,04%	-
Eléctrica de la Ribera del Ebro S.A.	Pamplona	5.000.000 EUR	401.872	336.622	65.250	132.047	14.011	87,56%	-
Energía e Industria de Toledo, S.A.	Madrid	2.139.603 EUR	7.454	6.683	771	3.751	-1.530	71,05%	-
HDC Explotación Centrales, S.A.	Oviedo	60.150 EUR	790	556	234	2.818	145	96,86%	-
Mazarrón Cogeneración, S.A.	Madrid	70.000 EUR	3.848	4.949	-1.101	2.764	-579	71,05%	-
Patrimonial de la Ribera del Ebro, S.L.	Pamplona	3.264.000 EUR	3.246	2	3.244	-	-	97,80%	30,00%
Rasacal Cogeneración S.A.	Madrid	60.200 EUR	13	423	-410	-	-	47,37%	-
Renovamed S.A.	Madrid	60.200 EUR	1.112	1.460	-348	606	-230	59,21%	-
Sevres Cogeneración, S.A.	Madrid	475.002 EUR	5.049	3.989	1.060	1.994	579	78,94%	-
Energías Renováveis:									
Biogas y Energía, S.A.	Madrid	3.125.200 EUR	14.853	12.589	2.264	1.382	-1.311	78,94%	-
Eólica Don Quijote, S.L.	Albacete	3.006 EUR	49.160	49.157	3	386	-	78,94%	-
Dulcinea	Albacete	10.000 EUR	9.895	9.885	10	4	-	78,94%	-
Eólica Arlanzón, S.A.	Madrid	4.508.980 EUR	34.225	26.946	7.279	7.187	1.860	61,18%	-
Eólica Campollano S.A.	Madrid	6.559.994 EUR	117.476	102.831	14.645	23.497	4.038	59,21%	-
Eólica Mare Nostrum, S.A.	Valencia	60.120 EUR	69	57	12	-	-1	47,37%	-
Eólica Sierra de la Peña S.A.	Madrid	3.294.000 EUR	80.099	75.094	5.005	8.425	1.026	67,02%	-
Eólica Sierra de la Peña S.L.	Albacete	1.141.900 EUR	29.024	26.579	2.445	4.339	1.075	78,94%	-
Eneroliva S.A.	Sevilla	300.500 EUR	304	8	296	-	-3	78,94%	-
Genesis I S.L.	Madrid	10.000.000 EUR	307.590	254.004	53.586	161.550	-18.732	78,94%	-
Hidroeléctrica Fuentesosa, S.L.	Oviedo	77.036 EUR	377	158	219	110	58	71,01%	-
Hidroeléctrica Gormaz S.A.	Salamanca	60.701 EUR	487	470	17	52	-14	59,21%	-
Investigación y Desarrollo de Energías Renovables, S. L.	León	8.686.145 EUR	14.475	6.175	8.300	246	-2	62,83%	-
Industrias Medioambientales Río Carrión, S.A.	Madrid	60.200 EUR	58	602	-544	1	1	71,05%	-
Iniciativas Tecnológicas de Valorización Energética de Residuos S.A.	Madrid	2.996.022 EUR	12.377	12.027	350	3.497	-1.683	78,55%	-
Neo-Desa-, S.A.	Sevilla	30.003.006 EUR	103.368	78.774	24.594	1.621	-566	98,68%	-
Parque Eólico Belchite S.L.	Zaragoza	3.600.000 EUR	55.852	49.942	5.910	8.337	1.616	78,94%	-
Parques Eólicos del Cantábrico S.A.	Oviedo	9.079.680 EUR	64.860	47.000	17.860	13.372	1.839	78,94%	-
Parque Eólico la Sotonera, S.L.	Zaragoza	2.000.000 EUR	25.268	21.062	4.206	4.976	1.396	51,19%	-
Siesa Renovables Canarias, S.L.	Gran Canaria	3.006 EUR	3	1	2	-	0	78,94%	-
Renovables Castilla la Mancha, S.A.	Albacete	60.102 EUR	11.595	11.534	61	3	1	71,05%	-
Hidroeléctrica del Rumbal, S.L.	Madrid	276.460 EUR	899	672	227	-	-105	63,15%	-
Sidergas Energía S.A.U.	Oviedo	2.606.000 EUR	27.509	21.672	5.837	15.807	1.197	78,94%	-
Sinac Inversiones Eólicas S.A.	Madrid	6.010.000 EUR	79.673	71.265	8.408	3.619	1.196	78,94%	-
Sinova Medioambiental, S.A.	Soria	2.687.364 EUR	16.743	14.990	1.753	4.868	-1.484	66,31%	-
Sotromal, S.A.	Soria	450.800 EUR	367	196	171	-	-	71,05%	-
Tratamientos Medioambientales del Norte, S.A.	Madrid	60.200 EUR	64	1	63	2	1	63,15%	-
Tratamientos Ambientales Sierra de la Tercia, S.A.	Madrid	3.731.202 EUR	19.403	12.470	6.933	13.234	943	69,07%	-
Tratamientos Medioambientales Río Solón, S.A.	Madrid	60.200 EUR	71.496	71.434	62	868	-	78,94%	-
Uniner S.A.	Madrid	940.500 EUR	6.961	7.580	-619	437	-1.101	78,94%	-
Desarrollo Eólico Almarchal, SAU	Cádiz	2.061.190 EUR	18.292	16.169	2.123	609	62	98,68%	-
Desarrollo Eólico Buenavista, SAU	Cádiz	1.712.369 EUR	13.466	9.861	3.605	2.863	563	98,68%	-
Desarrollo Eólico de Córme, S.A.	La Coruña	3.666.100 EUR	13.162	6.610	6.552	4.340	1.065	93,74%	-
Desarrollo Eólico Dumbria, SAU	La Coruña	61.000 EUR	57.704	57.185	519	2.424	459	98,68%	-
Desarrollos Eólicos de Galicia, S.A.	La Coruña	6.130.200 EUR	15.010	6.898	8.112	5.032	1.302	95,39%	-
Desarrollo Eólico de Lugo, SAU	Lugo	7.761.000 EUR	83.647	67.635	16.012	20.141	6.475	98,68%	-
Depsa, S.A	Sevilla	8.061.000 EUR	50.360	34.816	15.544	10.068	8.246	98,68%	-
Desarrollo Eólico REBOSERA, S.A.	Huesca	7.560.950 EUR	40.600	29.999	10.601	8.038	2.101	93,74%	-
Desarrollo Eólico de Tarifa, SAU	Sevilla	1.056.225 EUR	45.951	26.825	19.126	70.486	2.419	98,68%	-
Agupación Eólica, SLU	Cádiz	5.799.650 EUR	19.101	10.121	8.980	6.617	1.726	98,68%	-
Agupación Eólica, SLU	Zaragoza	772.404 EUR	130.943	85.516	45.427	-	-3	98,68%	-
Casa Promociones Eólicas, SLU	Zaragoza	1.205.029 EUR	2.995	1.874	1.121	-	-	98,68%	-
Valle del Ebro Ingeniería y Consultoría, S.L.	Zaragoza	3.005 EUR	4.645	32	4.613	-	-	78,94%	-
Desarrollo Eólico Santa Quiléria, S.L.	Huesca	63.006 EUR	30.189	21.883	8.306	7.248	2.030	57,56%	-
Distribuição de Electricidade:									
Hidrocanábrico Distribución Eléctrica, S.A.U.	Oviedo	44.002.000 EUR	695.759	480.086	215.673	227.770	982	96,86%	-
Hidrocanábrico Explotación Redes, S.A.	Oviedo	70.000 EUR	1.179	919	260	1.923	179	96,86%	-

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



Empresas Subsidiárias	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-06 Euro'000	Passivos 31-Dez-06 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-06 Euro'000	Total Proventos 31-Dez-06 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-06 Euro'000	% Grupo	% Individual
Gás:									
Gas de Euskadi Transporte de Gas, S.A.U.	Bilbao	12.880.200 EUR	82.813	31.487	51.326	65.624	2.078	54,42%	-
Naturgas Comercializadora, S.A.	Bilbao	3.185.300 EUR	116.806	113.522	3.284	608.267	-364	54,42%	-
Naturgas Energia Distribución, S.A.U.	Bilbao	100.000.000 EUR	1.185.502	164.339	1.021.163	251.791	64.993	54,42%	-
Naturgas Energia Grupo, S.A.	Bilbao	316.516.400 EUR	1.303.954	301.611	1.002.343	419.555	21.802	54,42%	-
Naturgas Participaciones, S.A.U.	Bilbao	300.500 EUR	3.587	3.277	310	253	-15	54,42%	-
Septinional de Gas, S.A.	León	5.105.000 EUR	33.157	25.858	7.299	5.077	2.094	38,09%	-
Gas Natural de Álava, S.A.	Vitoria	10.348.780 EUR	38.661	13.582	25.079	31.582	4.529	54,42%	-
Comercialização:									
EDP Energia Ibérica, S.A.	Madrid	60.200 EUR	8.342	21.827	-13.485	7.825	-926	100,00%	-
Hidrocontabrica Energia Verde, S.A.U.	Oviedo	60.300 EUR	11.092	8.967	2.125	16.266	2.069	96,86%	-
Hidrocontabrica Energia, S.A.U.	Oviedo	500.000 EUR	186.979	385.960	-198.981	547.038	-39.188	96,86%	-
Brasil									
Empresa-Mãe e Actividades Conexas:									
EDP Energias do Brasil, S.A.	São Paulo	3.182.715.954 BRL	1.434.747	116.108	1.318.639	229.676	147.130	62,36%	24,09%
Energest, S.A.	São Paulo	120.480.870 BRL	84.735	38.816	45.919	36.116	18.511	62,36%	-
Escelsapar	Espirito Santo	2.800.000 BRL	1.896	2.015	-119	1.201	-260	62,36%	-
Actividade Eléctrica - Brasil:									
Produção de Electricidade:									
CESA - Castelo Energética, S.A.	São Paulo	44.500.622 BRL	78.659	51.662	26.998	14.257	7.905	62,36%	-
Costa Rica Energética, Lda.	Mato Grosso Sul	14.318.185 BRL	8.062	1.451	6.611	3.919	2.676	31,80%	-
EDP Lajeado Energia, S.A.	São Paulo	243.055.841 BRL	169.217	13.274	155.943	40.451	7.706	37,37%	-
Enercouth, S.A.	São Paulo	1.000 BRL	460	589	-129	-	-1	62,36%	-
Enerpeixe, S.A.	São Paulo	807.322.038 BRL	677.259	352.734	324.525	87.017	18.401	37,42%	-
Pantanal	São Paulo	602.100 BRL	14.887	10.424	4.463	5.985	2.851	62,36%	-
Distribuição de Electricidade:									
Bandeirante Energia, S.A.	São Paulo	254.628.684 BRL	823.736	609.526	214.210	803.565	45.623	62,36%	-
Enersul - Empresa Energética de Mato Grosso do Sul, S.A.	Mato Grosso Sul	463.412.296 BRL	619.337	389.513	229.823	352.484	45.056	62,36%	-
Escelsa - Espirito Santo Centrais Eléctricas, S.A.	Espirito Santo	376.021.630 BRL	710.959	475.576	235.383	503.835	39.264	62,36%	-
Comercialização de Electricidade:									
Enertrade - Comercializadora de Energia, S.A.	São Paulo	26.284.758 BRL	55.244	44.496	10.748	185.062	3.439	62,36%	-
Outros Países									
Actividades Conexas:									
Energia RE - Sociedade Civil de Resseguro	Luxemburgo	1.239.468 EUR	30.583	19.663	10.920	6.323	-679	100,00%	100,00%
EDP Finance BV	Amsterdão	2.000.000 EUR	4.930.651	4.908.485	22.166	200.543	-5.468	100,00%	100,00%
EDP Finance Company Ltd.	Dublin	1.000.001 EUR	893	357	536	1	-70	100,00%	100,00%
EDP Investimento, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Lda.	Macau	200.000 MOP	71.254	7.699	63.555	9.757	9.079	100,00%	100,00%
Herolds Securifites Inc.	Bahamas	1 USD	17.660	22	17.638	4.882	4.699	100,00%	-
Actividade Eléctrica - Outros Países:									
Energias Renováveis:									
Tarcan, BV	Amsterdam	20.000 EUR	84.507	69.095	15.412	-	-	98,68%	-
Greenwind, S.A.	Louvain-la-Neuve	402.000 EUR	108	165	-57	-	-	69,07%	-
Plouven Breiz, S.A.S.	Carhaix Plouger	40.000 EUR	4.414	4.549	-135	-	-94	98,68%	-
Keranfouler, S.A.S.	Carhaix	37.000 EUR	9.175	9.359	-184	-	-198	98,68%	-
Le Gollot, S.A.S.	Carhaix	37.000 EUR	10.993	11.160	-167	1	-181	98,68%	-

As Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método proporcional, à data de 31 de Dezembro de 2006, eram as seguintes:

Entidades conjuntamente controladas	Sede	Capital Social / Moeda	% Grupo	% Individual
EDP Produção Bioelétrica, S.A.	Lisboa	50.000 EUR	50,00%	50,00%
Bioastur, AIE	Gijón	60.101 EUR	48,43%	-
Cogeneracion la Espina, S.L.	Salas	228.380 EUR	39,47%	-
Cogeneracion y Mantenimiento AIE	Oviedo	1.208.010 EUR	39,47%	-
Desarrollos Energeticos Canarias, S.A.	Las Palmas	60.101 EUR	39,39%	-
Evolución 2000, S.L.	Albacete	117.994 EUR	38,80%	-
Horta Medioambiental S.A.	Madrid	60.200 EUR	39,47%	-
Ibersol	Almeria	65.000 EUR	39,47%	-
Infraestructuras Gasistas de Navarra, S.L.	Pamplona	1.003.006 EUR	27,21%	-
Marquesado Solar	Almeria	65.000 EUR	39,47%	-
Millenium Energy, S.A.	Bilbao	6.500.000 EUR	27,21%	-
Murciasol 1	Almeria	3.340 EUR	39,47%	-
Proenergim, S.L.	Ruiloba	240.400 EUR	39,47%	-
Tébar Eólica, S.A.	Cuenca	4.720.400 EUR	39,47%	-
Investco, S.A.	São Paulo	756.206.125 BRL	10,33%	-

Os principais indicadores financeiros das Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método proporcional, à data de 31 de Dezembro de 2006, são apresentados de seguida:

Entidades conjuntamente controladas	Sede	Activos Não Correntes 31-Dez-06 Euro'000	Activos Correntes 31-Dez-06 Euro'000	Passivos Não Correntes 31-Dez-06 Euro'000	Passivos Correntes 31-Dez-06 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-06 Euro'000	Total Proventos 31-Dez-06 Euro'000	Total Custos 31-Dez-06 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-06 Euro'000
EDP Produção Bioelétrica, S.A.	Lisboa	29.634	3.605	20.041	5.177	8.021	8.261	-7.662	599
Bioastur, AIE	Gijón	29	1.990	506	1.103	410	3.173	-2.778	395
Cogeneración la Espina, S.L.	Salas	919	286	158	798	249	777	-763	14
Cogeneración y Mantenimiento AIE	Oviedo	1.414	3.754	41	1.875	3.252	5.498	-5.073	425
Desarrollos Energeticos Canarias, S.A.	Las Palmas	45	8	18	-	35	-	-	-
Evolución 2000, S.L.	Albacete	44.635	7.646	22.400	20.983	8.898	215	-248	-33
Horta Medioambiental S.A.	Madrid	3	131	-	242	-108	-	-14	-14
Ibersol	Almería	150	91	-	176	65	93	-93	-
Infraestructuras Gasistas de Navarra, S.L.	Pamplona	3.346	3.791	160	3.551	3.426	756	-486	270
Marquesado Solar	Almería	2.324	323	-	2.610	37	337	-337	-
Millenium Energy, S.A.	Bilbao	21.471	3.355	14.858	3.785	6.183	6.620	-6.945	-325
Murciasol I	Almería	83	118	-	198	3	65	-65	-
Proenercam, S.L.	Ruiloba	562	544	241	307	558	425	-385	40
Tébar Eólica, S.A.	Cuenca	43.552	7.540	39.942	5.057	6.093	8.858	-7.022	1.836
Investco, S.A.	São Paulo	508.313	9.384	204.852	38.473	274.372	67.180	-55.826	11.353

Os principais indicadores financeiros das Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método proporcional, à data de 31 de Dezembro de 2005, são apresentados de seguida:

Entidades conjuntamente controladas	Sede	Activos Não Correntes 31-Dez-05 Euro'000	Activos Correntes 31-Dez-05 Euro'000	Passivos Não Correntes 31-Dez-05 Euro'000	Passivos Correntes 31-Dez-05 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-05 Euro'000	Total Proventos 31-Dez-05 Euro'000	Total Custos 31-Dez-05 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-05 Euro'000
Portgás - Soc. De Produção e Distribuição de Gás, S.A.	Porto	254.307	36.165	153.688	103.171	33.613	88.300	-73.559	14.741
Bilbogás, S.A.	Bilbao	20.026	7.536	471	8.591	18.500	21.472	-18.610	2.862
Gas Natural de Álava	Vitoria	25.989	10.128	1.919	12.301	21.897	27.580	-23.755	3.825
Bioastur, AIE	Gijón	43	2.185	440	1.273	515	3.195	-2.809	386
Cogeneración la Espina, S.L.	Salas	1.019	-122	18	644	235	887	-866	21
Cogeneración y Mantenimiento AIE	Oviedo	2.032	3.330	43	2.492	2.827	6.194	-5.396	798
Desarrollos Energeticos Canarias, S.A.	Las Palmas	45	8	18	-	35	-	0	-
Evolución 2000, S.L.	Albacete	2.654	6.680	4	399	8.931	18	-12	6
Horta Medioambiental S.A.	Madrid	14	133	38	203	-94	-	-155	-155
Infraestructuras Gasistas de Navarra, S.L.	Pamplona	3.593	5.585	-	6.023	3.155	776	-735	41
Millenium Energy, S.A.	Bilbao	23.177	4.384	16.844	4.209	6.508	5.825	-5.117	708
Proenercam, S.L.	Ruiloba	624	521	372	255	518	390	-365	25
Tébar Eólica, S.A.	Cuenca	46.827	12.663	43.440	10.093	5.957	4.756	-3.519	1.237
Investco, S.A.	São Paulo	531.012	10.707	219.165	52.701	269.853	66.414	-59.891	6.523

As Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2006, eram as seguintes:

Empresas Associadas	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-06 Euro'000	Passivos 31-Dez-06 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-06 Euro'000	Total Proventos 31-Dez-06 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-06 Euro'000	% Grupo	% Individual
Affinis - Serviços de Assistência e Manutenção Global, S.A.	Lisboa	1.361.100 EUR	4.090	2.858	1.233	4.567	-38	45,00%	-
Carriço Cogeração, S.A.	Vila Rei	50.000 EUR	25.432	22.998	2.434	23.019	1.436	35,00%	-
Investurías - Fondo Capital Riesgo CEM, S.A.	Corufio	5.384.132 EUR	5.392	49	5.343	159	-121	19,37%	-
DECA - Distribución Eléctrica Centroamericana Dos Ills, S.A.	Macao	580.000.000 MOP	363.334	132.359	230.975	327.987	39.390	21,19%	-
D.E. de Canarias, S.A.	Guatemala	2.077.092.000 GTQ	695.256	419.654	275.602	594.101	54.134	21,00%	21,00%
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	Gran Canaria	4.291.140 EUR	N/D	N/D	8.703	1.790	1.790	44,16%	-
EDÉ - Empresa Editorial Electrónica, Lda.	Laures	100.000 EUR	771	39	732	66	-244	34,99%	34,99%
Edinfor - Sistemas Informáticos, SA	Portugal	1.798 EUR	19	32	-13	-	-	47,77%	47,77%
Eólica da Alagosa, S.A.	Portugal	17.000.000 EUR	217.501	109.815	107.686	191.738	4.951	40,00%	40,00%
Geolceira - S. Geo. Terceira, S.A.	Arcos Valdevez	50.000 EUR	16.789	14.618	2.171	3.011	349	39,52%	-
LBC Tanquiper - Movimentação e Armazenagem de Líquidos, S.A.	Açores	1.000.000 EUR	10.488	9.493	995	707	-1	49,90%	-
Portines - Terminal Multipurpose de Sines, S.A.	Barreiro	1.350.000 EUR	8.620	4.991	3.629	4.212	344	28,89%	-
Portugen	Sines	10.000.000 EUR	27.541	8.218	19.323	15.792	2.318	39,60%	-
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	Porto	250.000 EUR	3.688	837	2.851	6.277	2.531	26,67%	-
SETGAS - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	Lisboa	534.000.000 EUR	3.969.202	2.929.612	1.039.590	3.772.119	550.555	30,00%	30,00%
Turbogás - Produtos Energéticos, S.A.	Charneca da Caparica	9.000.000 EUR	107.942	90.364	17.578	38.213	6.008	19,83%	-
Biomasas del Pirineo, S.A.	Porto	13.308.330 EUR	500.516	456.033	44.483	314.434	28.500	40,00%	-
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	Huesca	454.896 EUR	105	55	50	-	-	23,68%	23,26%
Emercem, S.L.	Burgos	300.000 EUR	457	180	277	-	-	15,79%	-
Girogga, A.I.E.	Oviedo	210.350 EUR	762	124	638	-	-23	5,44%	-
Hidráulica Rio Lena, S.A.	S. Sebastián	300.510 EUR	477	66	411	288	49	6,82%	-
Hidroastur, S.A.	Oviedo	901.518 EUR	5.389	2.880	2.509	-	-	19,74%	-
Inkolan, A.I.E.	Oviedo	4.808.000 EUR	9.470	958	8.512	479	479	23,32%	-
Kosarkuntza, A.I.E.	Bilbao	84.142 EUR	202	63	139	285	-	23,32%	-
Parque Eólico Allos del Voltaya, S.A.	Bilbao	1.502.500 EUR	10.931	8.170	2.761	742	742	13,60%	-
Parque Eólico de Belmonte, S.A.	Madrid	7.813.157 EUR	56.181	44.166	12.015	3.397	3.397	24,47%	-
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	Asturias	120.400 EUR	-	-	-	-	-	23,60%	-
Sodecan, S.L.	Soria	7.194.021 EUR	35.901	23.909	11.992	3.927	3.927	33,16%	-
Solar Siglo XXI, S.A.	Sevilla	6.010 EUR	-	-	-	-	-	39,47%	-
Tolosa Gasa, S.A.	Ciudad Real	80.000 EUR	65	-	65	-	-	19,74%	-
Yedesa Cogeneración, S.A.	Tolosa	1.021.700 EUR	2.718	667	2.051	2.105	454	21,77%	-
	Sevilla	234.390 EUR	-	-	-	-	-	7,89%	-

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



As Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2005, eram as seguintes:

Empresas Associadas	Sede	Capital Social / Moeda	Activos 31-Dez-05 Euro'000	Passivos 31-Dez-05 Euro'000	Capitais Próprios 31-Dez-05 Euro'000	Total Proventos 31-Dez-05 Euro'000	Resultados Líquidos 31-Dez-05 Euro'000	% Grupo	% Individual
Affinis - Serviços de Assistência e Manutenção Global, S.A.	Lisboa	1.361.100 EUR	4.685	3.405	1.280	5.056	-91	45,00%	-
Carricho Cogeração, S.A.	Vila Real	50.000 EUR	25.531	24.533	998	18.944	1.146	35,00%	-
Inverasturias - Fondo Capital Riesgo	Coruño	5.384.132 EUR	5.392	49	5.343	159	-121	19,37%	-
CEM, S.A.	Macau	580.000.000 MOP	372.010	106.899	265.111	281.982	42.477	21,19%	-
DECA - Distribucion Eléctrica Centroamericana Dos (II), S.A.	Guatemala	2.077.097.000 GTQ	833.994	370.135	463.859	616.600	54.289	21,00%	21,00%
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	Loures	100.000 EUR	378	1.181	-803	18	-237	34,99%	34,99%
EDEL - Empresa Editorial Electrotécnica, Lda.	Portugal	1.798 EUR	19	32	-13	71	65	47,77%	47,77%
Edinfor - Sistemas Informáticos, SA	Portugal	17.000.000 EUR	226.883	129.703	97.180	182.506	-16.478	40,00%	40,00%
Eólica da Alagoa, S.A.	Arcos Valdevez	50.000 EUR	16.184	14.362	1.822	2.803	332	40,00%	-
Geolercieira - S. Geo. Terceira, S.A.	Açores	1.000.000 EUR	6.225	5.229	996	382	-2	49,90%	-
LBC Tanquipor - Movimentação e Armazenagem de Líquidos, S.A.	Barreiro	1.350.000 EUR	8.398	4.744	3.654	4.665	600	28,89%	-
Portlines - Terminal Multipurpose de Sines, S.A.	Sines	10.000.000 EUR	29.183	9.789	19.394	13.285	522	39,60%	-
Portugen	Porto	250.000 EUR	4.339	1.171	3.168	7.011	2.868	26,67%	-
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	Lisboa	534.000.000 EUR	2.977.717	2.052.539	925.178	3.152.155	110.672	30,00%	30,00%
SETGAS - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	Charneca da Caparica	9.000.000 EUR	106.038	94.468	11.570	31.994	4.720	10,11%	-
Turbogás - Produtos Energéticos, S.A.	Porto	13.308.330 EUR	528.254	491.005	37.249	365.254	30.432	40,00%	-
Biomassas del Pirineo, S.A.	Huesca	454.896 EUR	105	55	50	-	-	28,79%	-
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	Burgos	300.000 EUR	457	180	277	-	-10	28,79%	-
Enercem, S.L.	Oviedo	210.350 EUR	762	124	638	691	75	19,19%	-
Giroaga, A.I.E.	S. Sebastián	300.510 EUR	467	118	349	296	49	5,39%	-
Hidráulica Rio Lena, S.A.	Oviedo	901.518 EUR	5.389	2.880	2.509	1.242	348	8,29%	-
Hidroastur, S.A.	Oviedo	4.808.000 EUR	9.470	958	8.512	2.543	912	23,99%	-
Inkolan, A.I.E.	Bilbao	84.142 EUR	179	16	163	303	-	45,56%	-
Kosorkuntza, A.I.E.	Bilbao	1.502.500 EUR	7.811	4.792	3.019	7.271	1.152	23,99%	-
Parque Eólico Altos del Voltayo, S.A.	Madrid	7.813.157 EUR	56.181	44.166	12.015	11.775	2.745	29,75%	-
Parque Eólico de Belmonte, S.A.	Asturias	120.400 EUR	9.684	6.850	2.834	10	-12	28,69%	-
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	Soria	7.194.021 EUR	35.901	23.909	11.992	9.817	3.462	40,30%	-
Sodecon, S.L.	Sevilla	6.010 EUR	-	3	-3	-	-	47,98%	-
Solar Siglo XXI, S.A.	Ciudad Real	80.000 EUR	65	-	65	-	-	23,99%	-
Tolosa Gasa, S.A.	Tolosa	1.021.700 EUR	2.612	602	2.010	1.840	413	38,38%	-
Yedesa Cogeneración, S.A.	Sevilla	234.390 EUR	44	-	44	-	-	9,60%	-

As Outras Empresas com participações iguais ou superiores a 10% à data de 31 de Dezembro de 2006, eram as seguintes:

Outras Empresas	Sede e País	% de participação Grupo	% de participação Individual
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	Lisboa - Portugal	19,37%	19,60%
CBE - Centro Biomassa para a Energia, S.A.	Miranda do Corvo - Portugal	9,20%	18,40%
Valorsul, S.A.	Lisboa - Portugal	11,00%	-
Tejo Energia, S.A.	Abrantes - Portugal	11,11%	-
EDA, S.A.	Açores - Portugal	10,00%	-
Shipec-South China Inter.P.Eng.	China	24,00%	24,00%
Electra SARL	Cabo Verde	20,40%	20,40%

Durante o exercício de 2006, ocorreram as seguintes alterações ao perímetro de consolidação do Grupo EDP:

- Em Janeiro de 2006, a EDP, S.A. concretizou a alienação de 50% do capital social da EDP Produção-Bioeléctrica, S.A. à Celulosedo Caima, S.G.P.S., S.A.;
- Em Fevereiro de 2006, registou-se um aumento do capital social da Neo-Nuevas Energías de Occidente ficando a EDP, S.A. com 58% do seu capital e a Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. com os restantes 42%. Em consequência desta operação, a Neo-Nuevas Energías de Occidente passou a deter 80% do capital social da Genesa, S.L. e 90% do capital social da Enernova, S.A.;
- Durante o mês de Fevereiro de 2006, a Enernova-Novas Energías, S.A. adquiriu à Tecneira-Tecnologias Energéticas, S.A. a totalidade do capital social das empresas Eneraltius-Produção de Energia Eléctrica, S.A., Bolores-Energia Eólica S.A. e Serra del Rei;
- Em Março de 2006, a Naturgas Energía Grupo, S.A. adquiriu os restantes 45% do capital social da Gas Hernani, S.A.;
- Em Maio de 2006, a Naturgas Energía Grupo, S.A. adquiriu ao Município de Bilbao os restantes 50% do capital social da Bilbogás, S.A.;
- Em Maio de 2006, a Naturgas Energía Grupo, S.A. adquiriu os restantes 45% do capital social da Gas Pasaia, S.A.;
- Em Maio de 2006, a EDP concretizou a aquisição das acções representativas de 49% do capital social da NQG Gás, S.G.P.S., S.A. anteriormente detidas pela Endesa Gás. Em consequência desta operação, a EDP passou a deter a totalidade do capital social da NQG Gás, e, por essa via, reforçou a sua posição accionista na Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e na Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., passando a dispor de uma participação, directa e indirecta, de 72,0% e de 19,8%, respectivamente;
- Em Junho de 2006, a Genesa, S.L. adquiriu 50% do capital social da Marquesado Solar e liquidou as empresas Asociación Central Producción Térmica, S.A. e Empresa Provincial de Energia, S.A.;
- Em Julho ocorreram as fusões da Naturcorp Participaciones na Naturgás Energia Grupo e da Naturcorp Transporte de Gás na Gas Eukadi Transporte;
- Em Outubro foi alienado o capital detido na Gas Capital S.A.U.;
- Em Novembro a EDP, S.A. exerceu a opção de compra das acções e prestações acessórias na OPTEP, S.G.P.S., passando a deter 100% do capital da 093X, sociedade dominada pela OPTEP;
- Em Dezembro foi efectuada a Fusão da EDP Internacional S.G.P.S., S.A. na EDP, S.A., com referência a 1 de Janeiro de 2006;
- Em Dezembro a Neo adquiriu 100% do capital social da Tarcan B.V., CEASA Promociones S.A. e Agrupacion Eólica S.A., 80% da Eólica Veinco e 70% da Eólica Greenwind.

Outras alterações ocorridas no perímetro de consolidação do Grupo EDP são as seguintes:

- Em Dezembro foi criada a EDP Serviço Universal S.A., detida a 100% pela EDP Distribuição S.A.;
- Em Dezembro a EDP, S.A. procedeu à aquisição dos restantes 43,4% do capital social da Oni S.G.P.S., com vista à sua subsequente alienação;
- Fusão da Bilbogás S.A., Gaspaçaiç, S.A. e Gas Hernani S.A. na Naturgás Energia Distribucion, S.A.U.;
- Alienação do capital detido (90%) na Desarrollos Energéticos Bahia Cadiz, S.A.;
- Aquisição de 100% do capital social da Eólica Don Quijote e da Eólica Dulcinea pela Sinae Inversiones Eólicas, S.A.;
- Diminuição, para menos de 20%, da participação no capital social da CBE - Centro de Biomassa para a Energia o que originou a sua saída do perímetro de consolidação do Grupo EDP;
- Alienação do capital detido na Generaciones Especiales S.A. e na Hidraulica Santillana S.A.;
- Aquisição de 50% do capital social das Eólicas Murcia Sol e Ibersol pela Genesa;
- A Neo adquiriu 100% do capital social da Eólica Plouvien Breiz e mais 39% das Renovables Castilla la Mancha;
- Alienação da totalidade do capital detido (44,51%) na Sociedad Promotora de las Telecomunicaciones en Asturias (SPTA).

19. Investimentos financeiros em empresas associadas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Empresas associadas:				
Investimentos financeiros em associadas	202.000	351.302	112.274	442.946
Perdas por imparidade em investimentos financeiros em associadas	-137	-	-14.355	-88.311
Valor líquido	201.863	351.302	97.919	354.635

O detalhe dos investimentos financeiros em associadas , para o Grupo , é analisado como segue:

	Grupo			
	Dez 2006		Dez 2005	
	Valor Bruto Euro'000	Imparidade Euro'000	Valor Bruto Euro'000	Imparidade Euro'000
Empresas associadas:				
CEM - Companhia de Electricidade de Macau	48.944	-	56.177	-
D. E. de Canárias, SA	3.894	-	-	-
DECA - Distribucion Eléctrica Centroamerica, S.A.	57.877	-	65.358	-
Edinfor, S.A.	41.557	-	36.306	-
Eólica da Alagoa, S.A.	1.008	-	879	-
Grupo Veinco	2.542	-	-	-
Hidroastur, SA	1.765	-	2.088	-
LBC Tanquipor - Movimentação e Armazenagem de Líquidos, S.A.	1.048	-	1.056	-
NUON España, S.L.U	-	-	3.096	-
Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A.	3.034	-	3.377	-
Parque Eólico del Madero, S.A.	3.424	-	4.832	-
Portsines - Terminal de Multipurpose de Sines, S.A.	7.591	-	7.680	-
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	-	-	130.200	-
Setgás-Soc.de Prod.e Distrib.de Gás, S.A.	5.810	-	2.068	-
Sociedade Promotora de las Telecomunicaciones en Asturias, S.A.	-	-	16.878	-
Turbogás - Produtora Energética, S.A.	17.793	-	14.899	-
Outras	5.713	-137	6.408	-
	202.000	-137	351.302	-

O movimento dos investimentos financeiros em associadas, para o Grupo, é analisado como segue:

	Grupo	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro	351.302	316.775
Aquisições	2.542	9.201
Alienações	-17.559	-35.809
Resultados de associadas	245.329	35.295
Dividendos recebidos	-157.410	-28.304
Diferenças de câmbio	-12.917	16.840
Transferências / regularizações	-209.287	37.304
Saldo em 31 de Dezembro	202.000	351.302

A rubrica de resultados de associadas, relativo a 2006, inclui o montante de 223.730 milhares de Euros de resultados da REN.

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



O detalhe dos investimentos financeiros em associadas, em base Individual, é analisado como segue:

	Individual			
	Dez 2006		Dez 2005	
	Valor Bruto Euro'000	Imparidade Euro'000	Valor Bruto Euro'000	Imparidade Euro'000
Empresas associadas:				
DECA - Distribucion Eléctrica Centroamerica, S.A.	52.220	-	62.954	-13.002
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	-	-	319.589	-60.891
Edinfor - Sistemas Informáticos, S.A.	59.978	-14.279	59.978	-14.279
Outras	76	-76	425	-139
	<u>112.274</u>	<u>-14.355</u>	<u>442.946</u>	<u>-88.311</u>

Na sequência da publicação do Decreto-Lei 172/2006, a partir de 31 de Dezembro de 2006, ficou estabelecido um limite de 5% à percentagem de direitos de voto da EDP relativamente à sua participação na REN. Consequentemente, o Grupo EDP deixou de ter influência significativa sobre esta participação financeira, pelo que a mesma foi reclassificada, com referência a 31 de Dezembro de 2006, para a carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda (ver nota 20).

O movimento da imparidade de investimentos financeiros em associadas durante o ano de 2006, em base Individual, é analisado como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Variações perímetro Euro'000	Reversões de imparidade Euro'000	Transferências Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Imparidade de investimentos financeiros em associadas:						
DECA, S.A.	-13.002	-	-	13.002	-	-
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	-60.891	-	-	-	60.891	-
Edinfor, S.A.	-14.279	-	-	-	-	-14.279
Outras	-139	-748	-	-	811	-76
	<u>-88.311</u>	<u>- 748</u>	<u>-</u>	<u>13.002</u>	<u>61.702</u>	<u>- 14.355</u>

Durante o exercício de 2006, os capitais próprios da DECA - Distribucion Eléctrica Centroamerica, S.A. registaram um acréscimo, tendo inclusivamente esta associada procedido à distribuição de dividendos e ao reembolso de prestações acessórias. Consequentemente, a provisão para imparidade registada nas demonstrações financeiras individuais da EDP, S.A., no montante de 13.002 milhares de Euros, foi revertida.

O movimento da imparidade de investimentos financeiros em associadas durante o ano de 2005, em base Individual, é analisado como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Variações perímetro Euro'000	Reversões de imparidade Euro'000	Transferências Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Imparidade de investimentos financeiros em associadas:						
DECA, S.A.	-13.002	-	-	-	-	-13.002
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	-60.891	-	-	-	-	-60.891
Edinfor, S.A.	-	-	-	-	-14.279	-14.279
Outras	-1	-	-	-	-138	-139
	<u>-73.894</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-14.417</u>	<u>-88.311</u>

20. Activos financeiros disponíveis para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
	Ampla Energia e Serviços, S.A.	72.799	75.513	72.799
Ampla Investimentos e Serviços, S.A.	5.575	-	5.575	-
Banco Comercial Português, S.A.	235.632	196.783	-	-
EDA - Eléctrica dos Açores, S.A.	5.100	6.891	-	-
Elcogás, S.A.	-	4.720	-	-
Optimus, S.A.	-	259.500	-	259.500
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	320.400	-	320.400	-
Sonaecom	146.624	-	-	-
Tagusparque, S.A.	1.097	1.097	-	-
Tejo Energia, S.A.	19.998	11.445	-	-
ValorSul, S.A.	3.878	3.878	-	-
Outras	11.045	6.619	1.031	894
	<u>822.148</u>	<u>566.446</u>	<u>399.805</u>	<u>260.394</u>

Na sequência da fusão, em Dezembro de 2006, da EDP Internacional SGPS, S.A. na EDP, S.A., a participação financeira que a EDP Internacional detinha na Ampla Energia (ex-CERJ) foi incorporada pela EDP, S.A.

Em 2006 concretizou-se a cisão parcial da Ampla Energia e Serviços, S.A., mediante destaque de parte do seu património. No âmbito desta operação, parte do investimento detido na Ampla Energia e Serviços, S.A., no montante de 5.575 milhares de Euros, foi transferido para a Ampla Investimento e Serviços, S.A.

Em Outubro de 2006, o Grupo EDP assinou um acordo com a Sonaecom SGPS, S.A. ("Sonaecom") referente à concretização de uma operação de roll-up com vista a concentrar na Sonaecom as acções da Optimus detidas pela 093X - Telecomunicações Celulares, S.A. ("093X"). Como resultado desta operação, a 093X passou a deter 58.300.000 acções do capital social da Sonaecom, representativas de 16,4% do capital social da Sonaecom, tendo gerado um impacto negativo em resultados de aproximadamente 20.371 milhares de Euros.

Em Dezembro de 2006, a 093X, detida a 100% pela EDP, procedeu, através de uma oferta particular, liderada pelos bancos Millennium BCP Investimento e UBS, à colocação junto de investidores de 29.150.000 de acções representativas do capital social da Sonaecom, a um preço de 4,85 Euros por acção, da qual resultou uma menos valia contabilística de aproximadamente 14.010 milhares de Euros (ver nota 12).

Durante o exercício de 2006 e atendendo à situação financeira da Elcogás, S.A., o Grupo EDP decidiu proceder ao reconhecimento de uma perda por imparidade sobre a totalidade do valor do investimento financeiro nesta participada, no montante de 4.720 milhares de Euros.

O Grupo EDP celebrou contratos de compra e venda de 15% da sua participação no capital social REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. ("REN"). Estes contratos referem-se a três blocos de acções, correspondendo a 5% cada do capital social da REN e foram celebrados com Gestmin, S.G.P.S., S.A., Logoennergia, S.G.P.S., S.A. e Oliren, SGPS, S.A. A determinação do preço de venda destas participações será realizada com base no preço das acções da REN que seja fixado na Oferta Pública Inicial (IPO) prevista no âmbito do processo de reprivatização anunciado para o ano de 2007 e à evolução do preço destas acções em mercado durante os primeiros meses de negociação em bolsa. A transacção envolveu um pagamento imediato, como princípio de pagamento de preço, tendo o Grupo EDP recebido o montante global de 160.200 milhares de euros, sujeito a ajustamentos conforme referido anteriormente.

Atendendo à existência de cláusulas contratuais para a determinação do preço e considerando que a EDP mantém o direito ao recebimento dos dividendos da REN, relativos ao exercício de 2006, o reconhecimento contabilístico da venda dos referidos 15% de participação no capital social da REN e os efeitos económicos desta operação apenas serão registados quando cessem os efeitos das referidas cláusulas contratuais.

Conforme referido na nota 19, na sequência da limitação dos direitos de voto da EDP na REN a 5%, e consequente perda de influência significativa, esta participação foi transferida da rubrica de Investimentos financeiros em associadas para a rubrica de Activos financeiros detidos para venda, tendo sido reavaliada com base nos montantes estabelecidos na operação de alienação de 15% da participação da REN, conforme referido anteriormente.

Os **activos financeiros disponíveis para venda** mais significativos são analisados como segue:

	Dez 2006					Saldo 31 Dezembro Euro'000
	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Aquisições / Transferências Euro'000	Alienações Euro'000	Imparidade Euro'000	Varição de justo valor Euro'000	
Ampla Energia e Serviços, S.A.	75.513	-5.575	-	-	2.861	72.799
Ampla Investimentos e Serviços, S.A.	-	5.575	-	-	-	5.575
Banco Comercial Português, S.A.	196.783	-	-	-	38.849	235.632
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	6.891	-	-	-	-1.791	5.100
Elcogás, S.A.	4.720	-	-	-4.720	-	-
Optimus, S.A.	259.500	-	-259.500	-	-	-
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	-	221.316	-	-	99.084	320.400
Sonaecom	-	307.241	-153.621	-	-6.996	146.624
Tagusparque, S.A.	1.097	-	-	-	-	1.097
Tejo Energia, S.A.	11.445	-	-	-	8.553	19.998
ValorSul, S.A.	3.878	-	-	-	-	3.878
Outras	6.619	4.426	-	-	-	11.045
	<u>566.446</u>	<u>532.983</u>	<u>-413.121</u>	<u>-4.720</u>	<u>140.560</u>	<u>822.148</u>

Em 2006, os justos valores das participações detidas pelo Grupo EDP na Tejo Energia e na Empresa de Electricidade dos Açores ("EDA"), foram ajustados tendo por base avaliações efectuadas por uma entidade independente. Com base nestas avaliações, o valor do investimento financeiro na Tejo Energia foi aumentado e o valor do investimento na EDA foi reduzido em 8.553 milhares de Euros e 1.791 milhares de Euros, respectivamente, por contrapartida de reservas.

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



Em 2005, os activos financeiros disponíveis para venda mais significativos são analisados como segue:

	Dez 2005				Saldo 31 Dezembro Euro'000
	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações Euro'000	Varição de justo valor Euro'000	
Ampla Energia e Serviços, S.A. (ex-CERJ)	85.905	-	-	-10.392	75.513
Banco Comercial Português, S.A.	295.939	-	-140.501	41.345	196.783
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	6.891	-	-	-	6.891
Elcogás, S.A.	4.720	-	-	-	4.720
Galp Energia, S.G.P.S., S.A.	328.171	-	-328.171	-	-
OPTEP (Optimus)	336.000	-	-	-76.500	259.500
Red Eléctrica de España	66.959	-	-66.959	-	-
Tejo Energia, S.A.	4.988	1.367	-	5.090	11.445
Outras	39.525	-	-27.931	-	11.594
	<u>1.169.098</u>	<u>1.367</u>	<u>-563.562</u>	<u>-40.457</u>	<u>566.446</u>

A variação de justo valor apresentada corresponde às variações dos activos financeiros disponíveis para venda à data de 31 de Dezembro 2006 e 2005.

21. Impostos diferidos activos e passivos

O Grupo EDP regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verifica entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos		Saldo líquido Impostos Diferidos	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Prejuízos e créditos fiscais	92.594	166.026	-	-	92.594	166.026
Provisões	579.760	469.965	-	6.860	579.760	463.105
Instrumentos financeiros	56.314	163.881	59.374	101.313	-3.060	62.568
Investimentos disponíveis para venda	34.269	10.054	-	-	34.269	10.054
Activos fixos tangíveis	221.284	227.319	-	-	221.284	227.319
Mais-Valias reinvestidas	-	-	11.418	11.192	-11.418	-11.192
Outros investimentos financeiros	62.189	-	-	-	62.189	-
Anulação de activos e passivos regulatórios	81.051	131.330	77.515	60.363	3.536	70.967
Alocação de justos valores a activos e passivos adquiridos	-	-	297.316	105.644	-297.316	-105.644
Reavaliações contabilísticas	6.921	49.324	330.881	310.664	-323.960	-261.340
Variações cambiais e outros	38.440	-	55.264	98.932	-16.824	-98.932
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	-274.499	-325.246	-274.499	-325.246	-	-
	<u>898.323</u>	<u>892.653</u>	<u>557.269</u>	<u>369.722</u>	<u>341.054</u>	<u>522.931</u>

A EDP, S.A., em base individual, regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica fiscal, o qual é analisado como se segue:

	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos		Saldo líquido Impostos Diferidos	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Provisões	13.351	6.809	-	-	13.351	6.809
Instrumentos financeiros	34.035	107.638	49.442	79.420	-15.407	28.218
Investimentos disponíveis para venda	21.497	26.036	-	-	21.497	26.036
Outros investimentos financeiros	62.189	-	-	-	62.189	-
Reavaliações contabilísticas	7.790	6.540	12.100	12.589	-4.310	-6.049
Variações cambiais e outros	6.780	1.112	438	2.809	6.342	-1.697
Total EDP, S.A.	<u>145.642</u>	<u>148.135</u>	<u>61.980</u>	<u>94.818</u>	<u>83.662</u>	<u>53.317</u>

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, para o Grupo e em base individual, para os exercícios de 2005 e 2006, são os seguintes:

	Impostos Diferidos		Impostos Diferidos	
	Grupo		Individual	
	Dez 2006	Dez 2005	Dez 2006	Dez 2005
	Euro '000	Euro '000	Euro '000	Euro '000
Saldo em 1 de Janeiro	522.931	565.772	53.317	55.404
Dotação a resultados	-6.233	-41.128	-31.782	-13.501
Dotação a reservas	-23.279	22.550	-16.351	10.609
Diferenças cambiais, variações perímetro e reclassificações	-152.365	-24.263	78.478	805
Saldo em 31 de Dezembro	341.054	522.931	83.662	53.317

A análise do Imposto reconhecido em reservas é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006	Dez 2005	Dez 2006	Dez 2005
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Imposto corrente				
Reserva de fusão	-	-	12.942	-
Alterações ao justo valor de instrumentos financeiros derivados	-	3.931	-	3.931
Mais-valias geradas na alienação de acções próprias	-3.559	-693	-3.559	-693
	-3.559	3.238	9.383	3.238
Imposto diferido				
Instrumentos financeiros	-30.159	10.519	-16.616	10.609
Mais-valias geradas	-	4.229	-	-
Outros	6.880	7.802	265	-
	-23.279	22.550	-16.351	10.609
	-26.838	25.788	-6.968	13.847

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis no Grupo é analisado como segue:

	Grupo	
	Dez 2006	Dez 2005
	Euro'000	Euro'000
Data limite de reporte:		
2006	-	70.346
2007	443	130.188
2008	55.023	289.551
2009	760	76.303
2010	1.021	64.606
2011	3.466	164.656
2012	911	-
2013 a 2021	63.341	11.220
Sem prazo mas com limite de 30% do lucro tributável do exercício	960.461	948.089
	1.085.426	1.754.959

22. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006	Dez 2005	Dez 2006	Dez 2005
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Mercadorias	6.073	12.235	-	-
Adiantamentos por conta de compras	9.794	104	-	-
Produtos acabados e intermédios	8.513	16.719	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	224	-	-
Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos	8.860	5.049	-	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo:				
Carvão	80.893	52.951	-	-
Fuel	63.582	66.664	-	-
Materiais diversos e outros	50.977	65.248	-	-
	228.692	219.194	-	-

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



23. Clientes

A análise da rubrica de Clientes é como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Clientes Curto Prazo - Corrente :				
Clientes residentes :				
Estado e organismos oficiais	29.503	23.620	-	-
Autarquias locais	46.368	23.664	-	-
Sector empresarial e particulares	761.726	806.337	66.396	70.534
Clientes fíctulos a receber	50	796	-	-
	<u>837.647</u>	<u>854.417</u>	<u>66.396</u>	<u>70.534</u>
Clientes não residentes :				
Sector empresarial e particulares	651.830	618.938	-	-
	<u>1.489.477</u>	<u>1.473.355</u>	<u>66.396</u>	<u>70.534</u>
Clientes de cobrança duvidosa	200.197	197.488	10.013	10.952
Perdas por imparidade	-214.472	-207.338	-10.013	-10.822
	<u>1.475.202</u>	<u>1.463.505</u>	<u>66.396</u>	<u>70.664</u>
Clientes Médio / Longo Prazo - Não Corrente :				
Clientes residentes :				
Clientes - Autarquias - Dívida de 31/12/88 (i)	160.077	164.127	-	-
Sector empresarial e particulares	22.134	21.595	-	-
	<u>182.211</u>	<u>185.722</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Perdas por imparidade	-64.560	-63.730	-	-
	<u>117.651</u>	<u>121.992</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.592.853</u>	<u>1.585.497</u>	<u>66.396</u>	<u>70.664</u>

(i) O montante desta rubrica é apresentado líquido da compensação de débitos relacionados com patrimónios em integração a transferir para o Grupo e de rendas devidas pelo Grupo naquela data.

Em 2006, os movimentos das perdas por imparidade, para o Grupo, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Variações Perímetro / Dif. Câmbio Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Transferências Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Sector empresarial e particulares	207.338	-26.378	55.489	-17.216	-4.761	-	214.472
Clientes - Autarquias - Dívida de 31/12/88 (i)	63.730	830	-	-	-	-	64.560
	<u>271.068</u>	<u>-25.548</u>	<u>55.489</u>	<u>-17.216</u>	<u>-4.761</u>	<u>-</u>	<u>279.032</u>

Em 2005, os movimentos das perdas por imparidade, para o Grupo, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Variações Perímetro / Dif. Câmbio Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Transferências Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Sector empresarial e particulares	188.551	-3.495	24.230	-35.661	1.817	31.896	207.338
Clientes - Autarquias - Dívida de 31/12/88 (i)	88.228	-	697	-	-	-25.195	63.730
	<u>276.779</u>	<u>-3.495</u>	<u>24.927</u>	<u>-35.661</u>	<u>1.817</u>	<u>6.701</u>	<u>271.068</u>

Em 2006, os movimentos das perdas por **imparidade**, em base **individual**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Transferências Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Sector empresarial e particulares	10.822	726	-1.822	287	10.013
	<u>10.822</u>	<u>726</u>	<u>-1.822</u>	<u>287</u>	<u>10.013</u>

Em 2005, os movimentos das perdas por **imparidade**, em base **individual**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Transferências Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Sector empresarial e particulares	11.144	223	-545	-	10.822
	<u>11.144</u>	<u>223</u>	<u>-545</u>	<u>-</u>	<u>10.822</u>

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



24. Devedores e outros activos

A rubrica de Devedores e outros activos é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Devedores de Curto Prazo - Corrente:				
Empréstimos a empresas do grupo	-	-	19.997	91.299
Dividendos atribuídos	-	-	337.750	495.000
Outras empresas relacionadas	9.770	7.574	-	1.620
Adiantamentos a fornecedores	3.397	663	-	-
Outros devedores:				
- Conta corrente com o Fundo de Pensões	218	1.656	220	1.656
- Adiantamentos a pensionistas por conta de Inst. Previdência Social	4.895	5.376	1	37
- Adiantamentos a pensionistas por conta do Fundo de Pensões	-	11.017	-	-
- Dívidas referentes a pessoal	2.190	2.263	1	12
- Valores a receber na actividade das telecomunicações	55.640	65.786	-	-
- Valores a receber por encargos de tarifa no Brasil	1.057	-	-	-
- Valores a receber por encargos de tarifa - Espanha	25.554	74.775	-	-
- Valores a receber por encargos de tarifa - Portugal	124.932	-	-	-
- Créditos sobre o Estado e concedentes	5.935	8.020	5.828	6.748
- Devedores por outros bens e serviços	67.917	61.615	6.083	50.030
- Valor a receber por conta do programa de eficiência energética (Brasil)	5.907	-	-	-
- Valor a receber pela alienação da participação na GALP	-	576.400	-	-
- Valor a receber pela alienação de 60% da Edinfor	1.903	6.233	1.903	6.233
- Valor a receber pela alienação de acções da EDP Brasil	2.055	16.626	2.055	16.626
- Valores a receber pela venda da Fafen	8.944	8.854	-	-
- Valores a receber pela venda da subestação Pinto em Espanha	-	6.382	-	-
- Instrumentos financeiros derivados	121.216	226.819	121.229	218.728
- Aquisição de créditos bancários da ONI	-	-	333.868	-
- Empresas do Grupo	-	-	839.262	347.539
- Valores a receber relacionados com a actividade de gestão de energia	14.764	14.792	14.764	14.792
- Valores a receber pela actividade venda do gás	15.404	-	-	-
- Valores a receber pela actividade venda de vapor	1.754	-	-	-
- Valores a receber pela actividade de seguro e resseguro	10.921	14.766	-	-
- Impostos a regularizar relacionados com a conta certa	13.673	8.456	-	-
- Encargos com reparação e manutenção de centrais	19.583	8.146	-	-
- Encargos com emissão de obrigações	-	4.085	-	4.085
- Encargos com concessões	7.094	8.223	-	-
- Rendas	1.237	1.540	323	314
- Seguros	6.503	3.961	5.490	3.631
- Outros custos especializados	16.381	109.287	150	6.507
- Adiantamentos por conta de investimentos	11.395	35.796	-	-
- Rendas a receber leasing Energin (IFRIC 4)	29.105	29.827	-	-
- Correção de Hidraulicidade	31.551	-	31.551	-
- Futuros OMIP	23.918	-	5.469	-
- Depósito de garantia à OMEL	10.000	-	-	-
- Vendas de energia no SENV	5.895	5.070	-	-
- Desvios de Produção - Unidade de oferta Tejo	1.458	-	-	-
- Licenças de CO ₂ - SEP	244.357	98.073	-	-
- Outros devedores e operações diversas	51.639	123.992	120.287	92.516
	958.162	1.546.073	1.846.231	1.357.373
Imparidade para Devedores Curto Prazo - Corrente	-83.246	-80.461	-279.029	-1.213
	874.916	1.465.612	1.567.202	1.356.160
Devedores de Médio / Longo Prazo - Não Corrente:				
Outras empresas relacionadas	27.935	38.355	21.191	11.351
Empréstimos a empresas do Grupo	-	-	3.324.941	3.481.868
Empréstimos a empresas participadas	8.603	11.360	-	-
Outros devedores:				
- Outras tributações a receber	-	3.612	-	-
- Valores a receber de entidades estatais	-	9.356	-	-
- Activos fixos tangíveis em integração compensados (i)	2.894	2.894	-	-
- Valores a receber por encargos de tarifa - Espanha	144.045	213.000	-	-
- Cauções e depósitos vinculados	104.023	67.858	4.927	977
- Outros devedores e operações diversas	15.121	30.716	-	-
	302.621	377.151	3.351.059	3.494.196
Imparidade para Devedores M/L Prazo - Não Corrente	-2.653	-2.550	-	-
	299.968	374.601	3.351.059	3.494.196
	1.174.884	1.840.213	4.918.261	4.850.356

(f) Os activos fixos tangíveis em integração compensados representam os valores líquidos, à data da integração, das dívidas das Autarquias Locais até 31 de Dezembro de 1988 compensadas com os respectivos patrimónios em integração (Activos fixos tangíveis do regime do DL 344-B/82). A transferência destes valores para activos fixos tangíveis está pendente de formalização dos contratos de concessão ou de protocolos de regularização das dívidas a celebrar entre a EDP e as autarquias.

A rubrica de Devedores e Outros activos incluía, em 31 de Dezembro de 2005, o valor remanescente de 576.400 milhares de Euros relativo a 80% do preço de venda da GALP Energia, S.G.P.S., recebido no dia 27 de Janeiro de 2006.

Encontra-se incluído na rubrica de outros devedores de médio/longo prazo, um valor a receber, relativo a défice tarifário do sistema eléctrico esparhol, no montante de 144.045 milhares de Euros (31 Dezembro de 2005: 213.000 milhares de Euros).

Em Portugal, o Decreto-Lei 237-B/2006, que entrou em vigor em 19 de Dezembro de 2006, veio reconhecer o direito irrevogável à recuperação do défice tarifário por parte dos operadores regulados, independentemente da forma da sua liquidação futura, mantendo-se este direito em caso de insolvência ou cessação de actividade. Adicionalmente, este Decreto-Lei consagrou a transmissibilidade a terceiros do direito ao recebimento do défice tarifário. Desta forma, em 31 de Dezembro de 2006, o valor do défice tarifário da actividade da Distribuição encontra-se registado como um proveito do exercício, por contrapartida de um valor a receber, no montante de 124.932 milhares de euros. Na medida em que o Decreto-Lei 237-B/2006 não estabelece para os desvios tarifários o mesmo direito irrevogável ao recebimento definido para o défice, o montante anual do desvio tarifário continuará, para efeitos das contas consolidadas IFRS do Grupo EDP, a ser anulado.

A rubrica de Imparidade para Devedores Curto Prazo - Corrente, em base individual, inclui o valor 263.003 milhares de Euros referente à diferença entre o montante de aquisição das dívidas bancárias da ONI junto dos principais credores e o montante de venda dos mesmos à Win Reason, S.A., conforme consta do contrato celebrado em 9 de Novembro de 2006.

No decurso do exercício de 2006, o Grupo adoptou, com referência a 1 de Janeiro de 2006, a Norma IFRIC 4 - "Determinar se um Acordo contém uma Locação" conforme previsto na norma transitória, as disposições do IFRIC 4 foram aplicadas aos acordos existentes relativos à central de cogeração da Energia, o que originou o registo de um montante de 29.105 milhares de Euros relativos a rendas a receber.

Em 2006, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Curto Prazo - Corrente**, para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Variações Perímetro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Transferências Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	80.461	-2.354	15.362	-10.223	-	-	83.246
	<u>80.461</u>	<u>-2.354</u>	<u>15.362</u>	<u>-10.223</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>83.246</u>

Em 2005, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Curto Prazo - Corrente**, para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Variações Perímetro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Transferências Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	12.947	-158	78.153	-8.040	5.037	-7.478	80.461
	<u>12.947</u>	<u>-158</u>	<u>78.153</u>	<u>-8.040</u>	<u>5.037</u>	<u>-7.478</u>	<u>80.461</u>

Em 2006, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Curto Prazo - Corrente**, em base **individual**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Transferências Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	1.213	278.312	-1.027	531	-	279.029
	<u>1.213</u>	<u>278.312</u>	<u>-1.027</u>	<u>531</u>	<u>-</u>	<u>279.029</u>

Na dotação do exercício inclui-se o valor 263.003 milhares de Euros referente à diferença entre o montante de aquisição das dívidas bancárias da ONI junto dos principais credores e o montante de venda dos mesmos à Win Reason, S.A., conforme referido.

Em 2005, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Curto Prazo - Corrente**, em base **individual**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Transferências Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	-	1.213	-	-	-	1.213
	<u>-</u>	<u>1.213</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.213</u>

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



Em 2006, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Médio e Longo Prazo - Não Corrente**, para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Variações Perímetro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Transferências Euro'000	Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	2.550	103	-	-	-	-	2.653
	<u>2.550</u>	<u>103</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.653</u>

Em 2005, os movimentos da **Imparidade para Devedores de Médio e Longo Prazo - Não Corrente**, para o **Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Variações Perímetro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Transferências Euro'000	Reduções/ Utilizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	21.821	-14.334	-	-4.937	-	2.550
	<u>21.821</u>	<u>-14.334</u>	<u>-</u>	<u>-4.937</u>	<u>-</u>	<u>2.550</u>

25. Impostos a receber

A rubrica de **Impostos a receber** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Estado e outros entes públicos:				
- Imposto sobre o rendimento	221.872	44.381	4.179	103.633
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	329.110	255.810	45.838	36.958
- Imposto circulação de mercadorias e prest. serviços (Brasil)	29.802	27.607	-	-
- Contribuições sociais de natureza tributária (Brasil)	18.476	6.929	-	-
- Outras tributações	21.580	11.448	-	-
	<u>620.840</u>	<u>346.175</u>	<u>50.017</u>	<u>140.591</u>

26. Activos financeiros detidos para negociação

A rubrica de **Activos financeiros detidos para negociação** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações cotadas	56.396	10.040	-	-
Outros títulos				
Cotados	37.927	38.864	-	-
Não cotados	3.560	14.595	-	-
	<u>97.883</u>	<u>63.499</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Títulos cotados de rendimento variável:				
Acções	16.863	211.698	-	204.955
Outros títulos	1.693	421	1.693	421
	<u>18.556</u>	<u>212.119</u>	<u>1.693</u>	<u>205.376</u>
	<u>116.439</u>	<u>275.618</u>	<u>1.693</u>	<u>205.376</u>

27. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Numerário:				
- Caixa	310	33	-	-
Depósitos bancários:				
- Depósitos à ordem	390.357	270.301	82.619	62.220
- Depósitos a prazo	91.248	58.114	2.320	2.320
- Outros depósitos	11.202	84	-	-
	<u>492.807</u>	<u>328.499</u>	<u>84.939</u>	<u>64.540</u>
Outras aplicações de tesouraria:				
- Em bancos nacionais	156.000	123.500	150.000	118.499
- Em bancos estrangeiros	104.376	133.467	295	295
	<u>260.376</u>	<u>256.967</u>	<u>150.295</u>	<u>118.794</u>
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	<u>753.493</u>	<u>585.499</u>	<u>235.234</u>	<u>183.334</u>
Equivalentes a caixa:				
- 'Overdrafts' (ver nota 33)	-1.262	-318.141	-	-
Caixa e equivalentes de caixa líquido	<u>752.231</u>	<u>267.358</u>	<u>235.234</u>	<u>183.334</u>

28. Capital e Prémios de emissão de acções

A EDP, que começou por ser uma empresa pública, viu o seu estatuto ser transformado sucessivamente em Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos e, seguidamente, Sociedade Anónima de capitais maioritariamente públicos. Actualmente é uma Sociedade Anónima em cujo capital o Estado e outros entes públicos detêm uma participação minoritária. O processo de privatização iniciou-se em 1997, tendo sido concretizadas as segunda e terceira fases de privatização em 1998 e a quarta fase em 2000, após o qual o Estado passou a deter cerca de 30% do capital, directa e indirectamente.

O Capital Social de 3.656.537.715 Euros, representado por 3.656.537.715 acções ordinárias de valor nominal de 1 Euro, encontra-se integralmente realizado.

As rubricas de capital social e prémios de emissão são analisadas como segue:

	Grupo e Individual	
	Capital Social Euro'000	Prémios Emissão Euro'000
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	3.656.538	472.955
Reconhecimento de benefícios fiscais com aumento de capital	-	29.037
Saldo em 31 de Dezembro de 2005 e 2006	<u>3.656.538</u>	<u>501.992</u>

Os resultados por acção (EPS) atribuíveis aos accionistas da EDP são analisados como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006	Dez 2005	Dez 2006	Dez 2005
Resultado Líquido em Euros	940.823.362	1.071.102.496	515.696.421	509.834.599
Resultado Líquido das operações em continuação em Euros	1.011.911.000	1.115.118.000		
Nº médio de acções durante o ano	3.647.586.639	3.639.274.980	3.647.586.639	3.639.274.980
Nº médio de acções diluídas durante o ano	3.649.816.126	3.639.274.980	3.649.816.126	3.639.274.980
Resultado por Acção Básico em Euros	0,26	0,29	0,14	0,14
Resultado por Acção Diluído em Euros	0,26	0,29	0,14	0,14
Resultado por Acção das operações em continuação Básico em Euros	0,28	0,31		
Resultado por Acção das operações em continuação Diluído em Euros	0,28	0,31		

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



O Grupo EDP calcula o seu resultado básico e diluído por acção usando a média ponderada das acções em circulação emitidas durante o período de relato, líquidas do movimento de acções próprias ocorrido no exercício.

O número médio de acções é analisado como segue:

	Grupo e Individual	
	Dez 2006	Dez 2005
Acções emitidas no início do período	3.656.537.715	3.656.537.715
Efeito de emissão de acções durante o período	-	-
Número médio de acções realizadas	3.656.537.715	3.656.537.715
Efeito de acções próprias	-8.951.076	-17.262.735
Nº médio de acções durante o ano	3.647.586.639	3.639.274.980
Efeito de "stock options"	2.229.487	-
Nº médio de acções diluídas durante o ano	<u>3.649.816.126</u>	<u>3.639.274.980</u>

29. Acções próprias

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo e Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Valor de balanço das acções da EDP, S.A.	14.542	38.119
Número de acções	7.084.793	17.262.735
Cotação das acções da EDP, S.A.	3,84 euros	2,60 euros
Valor de mercado das acções da EDP, S.A.	27.206	44.883

As acções próprias detidas pela EDP, S.A. encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos da Sociedade e pelo Código das Sociedades Comerciais. Estas acções encontram-se contabilizadas ao custo de aquisição.

30. Reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Reserva legal	392.946	367.454	392.946	367.454
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-15.296	-16.709	-15.296	-16.709
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	3.844	3.824	3.844	3.824
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	158.358	-49.735	45.027	-67.533
Efeito fiscal da reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	-19.660	10.519	-6.121	10.519
Diferença cambial de consolidação	84.651	113.963	-	-
Outras reservas e resultados acumulados	-100.419	-797.429	1.107.542	1.460.827
	<u>504.424</u>	<u>-368.113</u>	<u>1.527.942</u>	<u>1.758.382</u>

Reserva Legal

Em conformidade com o Art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da EDP, a Reserva Legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)

Esta reserva inclui a variação de justo valor dos instrumentos de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é considerada efectiva. O movimento ocorrido nesta rubrica relativo aos derivados de cobertura enquadrados no modelo de cobertura dos fluxos de caixa encontra-se analisado na nota 39.

Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)

As variações acumuladas de justo valor existentes à data de balanço referentes a activos financeiros disponíveis para venda encontram-se registadas em reservas de justo valor. O movimento do ano ocorrido nesta rubrica relativo aos activos financeiros disponíveis para venda no **Grupo**, é analisado como segue:

	Grupo	
	Variações Positivas Euro'000	Variações Negativas Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	92.386	-72.871
Variações de justo valor	59.088	-86.893
Transferência para resultados do exercício	-	-41.445
Saldo em 31 Dezembro de 2005	151.474	-201.209
Variações de justo valor	196.510	-22.797
Transferência para resultados do exercício	34.380	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2006		158.358

À data de 31 de Dezembro de 2006, o montante de dividendos proposto antes da aprovação das contas mas ainda não reconhecidos como uma distribuição aos accionistas durante o período ascende a 402.200 milhares de Euros sendo o respectivo valor por acção de 0,11 Euros.

Na rubrica **Diferença cambial de consolidação** está relevado o montante resultante da variação em moeda nacional dos capitais próprios das empresas filiais e associadas expressos em moeda estrangeira decorrente de alteração do câmbio respectivo. As taxas de câmbio utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras são analisadas como segue:

Moeda		Taxas em Dez 2006		Taxas em Dez 2005	
		Câmbio Fecho	Câmbio Médio	Câmbio Fecho	Câmbio Médio
Dolar	USD	1,317	1,259	1,180	1,243
Real Brasileiro	BRL	2,812	2,731	2,744	3,024
Paçaca Macau	MOP	10,548	10,069	9,422	9,960
Quetzal	GTQ	10,036	9,554	8,942	9,469

31. Interesses minoritários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Interesses minoritários de resultados	76.260	40.859
Interesses minoritários de reservas	869.401	1.246.904
	945.661	1.287.763

O detalhe por empresa da rubrica de **Interesses minoritários** é analisado como segue:

	Grupo	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Grupo Brasil	743.519	702.296
Grupo Hidrocarbónico	154.134	585.137
Grupo NEO	33.387	-
Outros	14.621	330
	945.661	1.287.763

Durante o exercício de 2006 o Grupo EDP gerou resultados atribuíveis aos interesses minoritários no montante de 76.260 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2005: 40.859 milhares de Euros).

Os outros interesses minoritários incluem o montante de 13.181 milhares de Euros referentes à Portgás que, em 2006, passou a ser consolidada pelo método integral em resultado da aquisição dos restantes 49% da NQF-Gás.

O movimento registado nos interesses minoritários do Grupo Brasil inclui o montante de 11.809 milhares de Euros resultante do aumento de capital ocorrido na Enerpeixe, S.A. no valor total de 75.306 milhares de Reais.

No valor apresentado no exercício de 2005 para o Grupo Hidrocarbónico inclui-se o montante de 21.948 milhares de Euros relativo a empresas alienadas no início de 2006 ao Grupo NEO.

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



O Grupo EDP contratou "put options" com accionistas minoritários relativamente a acções detidas pelos mesmos em empresas subsidiárias, as quais contabilizou como aquisições antecipadas de interesses minoritários. Assim, foi registado um passivo correspondente ao valor actualizado estimado do preço de exercício das opções, no montante de 460.868 milhares de Euros (ver nota 36), por contrapartida de interesses minoritários, no montante de 399.077 milhares de Euros. A diferença entre o preço de exercício da "put option" e o valor contabilístico dos interesses minoritários foi registada por contrapartida de "goodwill".

32. Conta de hidraulicidade

Os movimentos da **Conta de hidraulicidade** são analisados como segue:

	Grupo e Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Saldo no início do período	169.967	364.197
Recebimentos/(Pagamentos) do exercício	32.151	-188.241
Encargos financeiros	-3.522	-5.989
Saldo no fim do período	<u>198.596</u>	<u>169.967</u>

A conta de hidraulicidade foi estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 338/91 e constitui um mecanismo legal de compensação dos custos variáveis da produção de energia. Em 1994, durante o período em que o actual Grupo EDP, era detido pelo Estado, a conta de hidraulicidade foi constituída nas contas da EDP por contrapartida de resultados. Em 2000, a REN foi constituída por separação da EDP, tendo nessa altura sido emitida nova regulamentação (através do Decreto-Lei n.º 98/2000) que reforçou e estabeleceu a manutenção da conta de hidraulicidade no Balanço da EDP.

Conforme mencionado, até ao ano 2000 a REN fazia parte do Grupo EDP, pelo que os movimentos ocorridos nesta conta eram efectuados dentro do Grupo. Desde a separação da REN, em Junho de 2000, a EDP, S.A., (holding do Grupo) efectua pagamentos ou recebimentos à REN, que são registados por contrapartida da conta de hidraulicidade. Os pagamentos efectuados são utilizados pela REN para compensar os operadores do SEP, correspondendo os recebimentos da REN a compensações obtidas dos mesmos operadores, de acordo com os objectivos da conta de hidraulicidade acima descritos. A REN constitui, assim, uma entidade veículo para efeitos da conta de hidraulicidade.

Durante o exercício de 2004 foi publicado o Decreto-Lei n.º 240/2004, o qual refere que, no contexto de um mercado de electricidade livre, o Governo é obrigado a publicar regulamentação específica aplicável à conta de correcção de hidraulicidade, bem como relativamente aos mecanismos de compensação dos produtores decorrentes da extinção dos CAE's. Em virtude desta regulamentação e como resultado deste anúncio, o Conselho de Administração do Grupo EDP considera que é altamente provável que a responsabilidade registada, incluindo o saldo da rubrica relativo à actividade anterior a 1994, será pagável a uma terceira entidade a designar pelo Regulador.

33. Empréstimos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Empréstimos de curto prazo - Corrente				
Descobertos bancários "Overdrafts":				
- Grupo ONI	-	315.712	-	-
- Grupo NEO	1.262	-	-	-
- Outros	-	2.429	-	-
	<u>1.262</u>	<u>318.141</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Empréstimos bancários:				
- EDP, S.A.	104.081	141.098	104.081	141.098
- Grupo Produção	4.718	4.718	-	-
- Grupo Brasil	170.073	332.736	-	-
- Grupo Hidrocontábrico	8.634	111.646	-	-
- Grupo NEO	103.877	-	-	-
- Outros	18.951	10.754	-	-
	<u>410.334</u>	<u>600.952</u>	<u>104.081</u>	<u>141.098</u>
Empréstimos por obrigações - Não convertíveis:				
- EDP, S.A.	99.959	106.542	99.959	106.542
- EDP Finance B.V.	-	27.882	-	-
- Grupo Brasil	66.469	3.332	-	-
	<u>166.428</u>	<u>137.756</u>	<u>99.959</u>	<u>106.542</u>
Papel comercial:				
- EDP, S.A.	636.000	636.000	2.760.400	3.081.400
- Grupo Hidrocontábrico	176.807	123.030	-	-
	<u>812.807</u>	<u>759.030</u>	<u>2.760.400</u>	<u>3.081.400</u>
Outros empréstimos:				
- Grupo NEO	2.667	-	-	-
- Outros	188	3.173	-	-
	<u>2.855</u>	<u>3.173</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Juros a pagar	134.669	164.527	28.817	57.398
	<u>1.528.355</u>	<u>1.983.579</u>	<u>2.993.257</u>	<u>3.386.438</u>
Empréstimos de médio/longo prazo - Não corrente				
Empréstimos bancários:				
- EDP, S.A.	616.256	530.338	616.256	530.338
- Grupo Produção	18.870	23.588	-	-
- Grupo Brasil	466.649	580.882	-	-
- Grupo Hidrocontábrico	27.817	482.982	-	-
- Grupo NEO	439.871	-	-	-
- EDP Finance B.V.	1.490.000	2.605.000	-	-
- Outros	101.770	57.439	-	-
	<u>3.161.233</u>	<u>4.280.229</u>	<u>616.256</u>	<u>530.338</u>
Empréstimos por obrigações - Não convertíveis:				
- EDP, S.A.	2.007.034	2.107.003	2.007.034	2.107.003
- EDP Finance B.V.	3.090.836	1.590.836	-	-
- Grupo Brasil	315.543	87.751	-	-
	<u>5.413.413</u>	<u>3.785.590</u>	<u>2.007.034</u>	<u>2.107.003</u>
Papel comercial:				
- EDP, S.A.	-	100.000	-	100.000
	<u>-</u>	<u>100.000</u>	<u>-</u>	<u>100.000</u>
Outros empréstimos:				
- Ações preferenciais da Investco	11.825	-	-	-
- Grupo NEO	32.846	-	-	-
- Outros	264	25.930	-	-
	<u>44.935</u>	<u>25.930</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>8.619.581</u>	<u>8.191.749</u>	<u>2.623.290</u>	<u>2.737.341</u>
Outras responsabilidades:				
- Reconhecimento de responsabilidades na venda OPTeP em 2002	-	315.000	-	315.000
- Justo valor do risco coberto da dívida emitida	5.114	93.972	636	119.558
	<u>5.114</u>	<u>408.972</u>	<u>636</u>	<u>434.558</u>
	<u>8.624.695</u>	<u>8.600.721</u>	<u>2.623.926</u>	<u>3.171.899</u>
	<u>10.153.050</u>	<u>10.584.300</u>	<u>5.617.183</u>	<u>6.558.337</u>

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



A rubrica Outras responsabilidades relativa ao exercício de 2005 inclui, no Grupo e em base Individual, a responsabilidade pela alienação de 100% da OPTEP/Optimus em 2002, no montante de 315.000 milhares de Euros em resultado da existência de um "mecanismo de ajustamento de preço de venda", que implicou a manutenção do reconhecimento do activo e da respectiva responsabilidade no passivo. Durante o exercício de 2006 o Grupo EDP exerceu a opção de compra que detinha sobre este investimento, procedendo ao pagamento da referida responsabilidade.

O Grupo detém, ao nível da EDP S.A., facilidades de crédito de curto prazo no montante de 197.386 milhares de Euros indexados à taxa Euribor do período de utilização acordado com condições de margem previamente acordadas, dos quais 177.434 milhares de Euros com compromisso de tomada firme, bem como de uma linha de 350.000 milhares de Euros de Papel Comercial com garantia de colocação. Quanto a facilidades de crédito de médio prazo, a EDP S.A. dispõe de 1.300.000 milhares de Euros com compromisso de tomada firme igualmente em condições previamente acordadas indexada à taxa Euribor. Em 31 de Dezembro de 2006, encontram-se utilizados 100.000 milhares de Euros do total das facilidades de crédito. Para além disso, a EDP S.A. tinha contratados 536.000 milhares de Euros de "Euro Commercial Paper".

Os empréstimos bancários em Euros encontram-se associados à taxa variável indexada à Euribor a três ou seis meses. Aos empréstimos bancários no Brasil encontram-se associadas taxas de juro variáveis do Real que são maioritariamente indexadas à taxa CDI (certificados de depósito interbancário).

Na dívida consolidada incluem-se financiamentos contratados em regime de "project finance", que totalizam 600.555 milhares de Euros e 536.996 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, respectivamente, cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhor de acções, de contas bancárias e de activos associados aos respectivos projectos.

O detalhe das emissões de **Empréstimos obrigacionistas**, à data de 31 de Dezembro de 2006, é analisado como segue:

Emitente/Emissor	Data Emissão	Taxa Juro	Tipo de Cobertura	Condições/ Reembolso	Grupo Euro'000	Individual Euro'000
Emissões EDP S.A.						
EDP, S.A.	22ª Emissão	30-Mai-96		Euribor 6 meses - 0,10%	(i)	-
EDP, S.A.	23ª Emissão	20-Dez-96		Euribor 6 meses - 0,125%	(i)	10.321
EDP, S.A.	25ª Emissão	23-Nov-98		Euribor 6 meses + 0,225%	(ii)	199.320
EDP, S.A.	26ª Emissão	26-Mar-03		Euribor 6 meses + 0,5%	26-Mar-13	150.000
						<u>359.641</u>
Emissões EDP ao abrigo do Programa 'Euro Medium Term Notes'						
EDP, S.A.	1ª Emissão	29-Out-99		Taxa fixa EUR 6,40%	Fair Value	29-Out-09
EDP, S.A.	2ª Emissão	28-Mar-01		Taxa fixa EUR 5,875%	Fair Value	28-Mar-11
						1.000.000
						747.352
EDP Finance B.V.	4ª Emissão	26-Nov-01		Cupão Zero		27-Nov-09
EDP Finance B.V.	6ª Emissão (*)	9-Ago-02		Taxa fixa GBP 6,625%	Fair Value	9-Ago-17
EDP Finance B.V.	7ª Emissão	16-Dez-02		Taxa fixa EUR 5,00%		20-Mar-08
EDP Finance B.V.	8ª Emissão	23-Dez-02		Taxa fixa EUR 2,661%		23-Dez-22
EDP Finance B.V.	9ª Emissão	22-Jun-05		Taxa fixa EUR 3,75%		22-Jun-15
EDP Finance B.V.	10ª Emissão	29-Jun-05		Taxa fixa EUR 4,125%		29-Jun-20
EDP Finance B.V.	11ª Emissão	12-Jun-06		Euribor 3 meses + 0,15%		14-Jun-10
EDP Finance B.V.	12ª Emissão	12-Jun-06		Taxa fixa EUR 4,25%		12-Jun-12
EDP Finance B.V.	13ª Emissão	12-Jun-06		Taxa fixa EUR 4,625%		13-Jun-16
						22.455
						320.000
						355.024
						93.357
						500.000
						300.000
						500.000
						500.000
						500.000
						<u>4.838.188</u>
						<u>1.747.352</u>
Emissões Escelsa (Brasil) no Mercado Internacional						
Escelsa USD 133 Milhões (**)		28-Jul-97		Taxa fixa USD 10,0%		15-Jul-07
EDP Energias do Brasil		7-Jul-05		Taxa fixa USD 10,0%		15-Jul-07
						41.049
						14.826
Emissões Investco (Brasil) no Mercado Doméstico Brasileiro						
Investco	1ª Emissão	1-Nov-01		IGPM + 12,80%		1-Nov-11
Bandeirante		1-Abr-06		104,4% do CDI		1-Mar-11
Enersul		2-Mai-06		104,3% do CDI		2-Mai-11
Escelsa		1-Jun-06		104,4% do CDI		1-Jun-11
						23.306
						88.911
						120.030
						93.890
						<u>382.012</u>
						<u>5.579.841</u>
						<u>2.106.993</u>

(i) 4 anuidades a partir de 20-Dez-2008. A partir de 20-Dez-2006, pode ser parcial, ou totalmente reembolsada por opção da EDP ou dos obrigacionistas.

(ii) 6 semestralidades a partir de 23-Mai-2006.

(*) Estas emissões da EDP Finance B.V. têm associados "swaps" de divisa e da taxa de juro.

(**) O Grupo EDP detém em carteira inter-grupo 52,52% do valor global desta emissão, em resultado da OPA internacional lançada em 2002.

Em conformidade com a política de gestão da carteira de dívida do Grupo, a EDP procedeu à troca de obrigações emitidas pela EDP - Energias de Portugal, S.A. com vencimento em 2011 (2ª Emissão Internacional) e pela EDP Finance BV com vencimento em 2008 (8ª Emissão Internacional) nos montantes de 252.600 e 145.000 milhares de Euros, respectivamente. No âmbito desta troca, a EDP Finance B.V. emitiu obrigações no montante de 500.000 milhares de Euros (9ª Emissão Internacional) com vencimento em 2015, o que representa um aumento da dívida consolidada no montante de 102.400 milhares de Euros.

A análise da rubrica de Empréstimos, por maturidade, é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Empréstimos bancários e "overdrafts":				
Até 1 ano	475.017	1.086.793	96.362	141.098
De 1 ano a 5 anos	1.187.555	3.857.469	229.516	798.270
A mais de 5 anos	1.973.678	857.662	386.740	224.024
	<u>3.636.250</u>	<u>5.801.924</u>	<u>712.618</u>	<u>1.163.392</u>
Empréstimos obrigacionistas:				
Até 1 ano	185.926	137.756	136.210	106.542
De 1 ano a 5 anos	3.013.457	1.668.800	1.857.034	1.207.268
A mais de 5 anos	2.399.956	2.116.790	150.000	899.735
	<u>5.599.339</u>	<u>3.923.346</u>	<u>2.143.244</u>	<u>2.213.545</u>
Papel comercial:				
Até 1 ano	813.728	759.030	2.761.321	3.081.400
De 1 ano a 5 anos	-	100.000	-	100.000
	<u>813.728</u>	<u>859.030</u>	<u>2.761.321</u>	<u>3.181.400</u>
Outros empréstimos:				
Até 1 ano	58.798	-	-	-
De 1 ano a 5 anos	12.089	-	-	-
A mais de 5 anos	32.846	-	-	-
	<u>103.733</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>10.153.050</u>	<u>10.584.300</u>	<u>5.617.183</u>	<u>6.558.337</u>

O "fair-value" da dívida do Grupo EDP, ou seja, o valor de mercado da dívida, é analisado como segue:

	Dez 2006		Dez 2005	
	Valor de Balanço Euro'000	Valor de Mercado Euro'000	Valor de Balanço Euro'000	Valor de Mercado Euro'000
Empréstimos de curto prazo - Corrente	1.528.355	1.528.355	1.983.579	1.983.579
Empréstimos de médio / longo prazo - Não Corrente	8.624.695	8.619.581	8.600.721	8.935.348
	<u>10.153.050</u>	<u>10.147.936</u>	<u>10.584.300</u>	<u>10.918.927</u>

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2 f), os riscos dos passivos financeiros que se encontram cobertos por instrumentos financeiros e cujo reconhecimento cumpre com os requisitos definidos pela IAS 39, no âmbito da adopção da contabilidade de cobertura são registadas ao seu justo valor. No entanto, os restantes passivos financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

O valor de mercado dos empréstimos de médio/longo prazo é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas em vigor às datas de balanço. Na dívida de curto prazo corrente, o valor de mercado é equivalente ao valor de balanço.

À data de 31 de Dezembro de 2006, os pagamentos futuros da dívida e compromissos a ocorrer, são analisados como segue:

	Total Euro'000	2007 Euro'000	2008 Euro'000	2009 Euro'000	2010 Euro'000	2011 Euro'000	Anos seguintes Euro'000
Dívida de médio e longo prazo	8.624.695	-	1.016.657	1.309.759	759.480	1.138.201	4.400.598
Dívida de curto prazo	1.528.355	1.528.355	-	-	-	-	-
	<u>10.153.050</u>	<u>1.528.355</u>	<u>1.016.657</u>	<u>1.309.759</u>	<u>759.480</u>	<u>1.138.201</u>	<u>4.400.598</u>

O valor das garantias encontra-se desagregado na nota 40 às demonstrações financeiras.

34. Benefícios aos empregados

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Provisões para responsabilidades e benefícios sociais	1.010.100	1.099.604	-	10.693
Provisões para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios	760.460	743.642	-	6.394
	<u>1.770.560</u>	<u>1.843.246</u>	<u>-</u>	<u>17.087</u>

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



A rubrica de Provisões para responsabilidades e benefícios sociais inclui, em 31 de Dezembro de 2006, os valores de 930.275 milhares de Euros relativos a planos de benefícios definidos com pensões de reforma (2005: 1.024.477 milhares de Euros) e 60.693 milhares de Euros (2005: 50.848 milhares de Euros) e 19.132 milhares de Euros (2005: 24.279 milhares de Euros), relativos à actualização salarial das pensões dos trabalhadores do Grupo Hidrocantábrico e aos encargos estimados com a prestação de serviços por terceiros no âmbito do programa de racionalização de recursos humanos, respectivamente.

O movimento da **Provisão para responsabilidades e benefícios sociais** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Saldo no início do exercício	1.099.604	1.259.655	10.693	10.659
Dotação do exercício	28.099	68.618	-	509
Pré-reformas ("curtailments")	44.832	34.855	-	-
(Ganhos) / Perdas actuariais	-1.374	53.436	-	-
Utilizações de provisões	-176.435	-327.049	-	-475
Transferências e reclassificações	15.374	10.089	-10.693	-
Saldo no fim do exercício	<u>1.010.100</u>	<u>1.099.604</u>	<u>-</u>	<u>10.693</u>

A rubrica (Ganhos) / Perdas actuariais, inclui um ganho no montante de 1.374 milhares de Euros (2005: perda no montante de 53.436 milhares de Euros), que foi registado por contrapartida de reservas, conforme política contabilística apresentada na nota 2 n).

O movimento da **Provisão para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Saldo no início do exercício	743.642	725.575	6.394	6.261
Dotação do exercício	46.488	45.350	573	139
(Ganhos) / Perdas actuariais	-2.906	-23.184	-	-
Redução de provisões	-	-	-	-6
Utilizações de provisões	-33.939	-22.349	-	-
Transferências e reclassificações	7.175	18.250	-6.967	-
Saldo no fim do exercício	<u>760.460</u>	<u>743.642</u>	<u>-</u>	<u>6.394</u>

A rubrica (Ganhos) / Perdas actuariais, inclui um ganho no montante de 2.906 milhares de Euros (2005: um ganho de 23.184 milhares de Euros), que foi registado por contrapartida de reservas, conforme política contabilística apresentada na nota 2 n).

Conforme referido na política contabilística apresentada na nota 2 n), o Grupo EDP optou na transição para as IFRS, reconhecer por contrapartida de reservas a totalidade das perdas actuariais diferidas existentes a essa data para os vários planos de benefícios aos empregados. O impacto em reservas ascendeu ao valor de 1.162 milhões de Euros, a 31 de Dezembro de 2004. Nos exercícios seguintes, de acordo com a política contabilística adoptada, foram directamente reconhecidos em reservas os ganhos e perdas actuariais verificados nesses planos, tendo sido reconhecida no exercício de 2005 uma perda no valor de 30.252 milhares de Euros, e no exercício de 2006 um ganho no valor de 4.280 milhares de Euros.

Planos de benefícios aos empregados

Algumas empresas do Grupo EDP atribuem aos seus colaboradores, quer sob a forma de planos de benefícios definidos, quer sob a forma de planos de contribuição definida, alguns benefícios pós-reforma, nomeadamente, planos que pagam pensões complementares de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada, sendo também concedidos nalguns casos cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos do Serviço Nacional de Saúde.

Apresentam-se de seguida os planos existentes, com uma breve descrição das suas características e das empresas por eles abrangidos, bem como os seus dados económico-financeiros:

I. Planos de Pensões - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo EDP resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um plano de benefícios sociais financiado através de um Fundo de Pensões fechado e complementado por provisão específica.

Neste Fundo de Pensões encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de pensões de reforma (idade, invalidez e sobrevivência) bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas.

No Brasil, a Bandeirante dispõe de dois planos de benefícios definidos geridos pela Fundação CESP, entidade fechada de previdência complementar, com patrimónios próprios, segregados dos patrimónios das Patrocinadoras (Bandeirante e outras empresas eléctricas brasileiras) sem solidariedade contributiva:

- Plano BD vigente até 31 de Março de 1998, que é um Plano de Benefício Saldado que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de Março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até à referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências actuariais desse Plano é da Empresa.

- Plano BD vigente após 31 de Março de 1998, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de Março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de actividade. No caso de morte ou invalidez originada por acidente de trabalho, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de Março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de Março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências actuariais deste Plano é paritária entre a Empresa e os participantes.

A Escelsa, Bandeirante, Energest e a Enersul dispõem de Planos de Benefício Definido que garantem um complemento de pensões de reforma por idade, invalidez e sobrevivência. A Escelsa dispõe ainda de um Plano especial complementar de pensões de reforma de ex-combatentes.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o número de participantes abrangidos pelos planos de pensões de reforma era o seguinte:

	Portugal	Brasil	Portugal	Brasil
	2006	2006	2005	2005
Número de participantes				
Reformados e Pensionistas	18.283	1.815	18.185	1.727
Pessoal no Activo	8.373	3.236	8.118	3.429
	<u>26.656</u>	<u>5.051</u>	<u>26.303</u>	<u>5.156</u>

No apuramento das responsabilidades associadas aos planos de pensões no Grupo EDP, foram utilizados os seguintes pressupostos financeiros e actuariais:

	Dez 2006			
	Portugal	Brasil		
		Bandeirante	Escelsa	Enersul
Pressupostos				
Taxa de rendimento dos Fundos	7,5%(a)	12,20%	12,45%	12,00%
Taxa de desconto	4,75%	10,75%	10,75%	10,75%
Taxa de crescimento dos salários	3,70%	5,55%	5,55%	5,55%
Taxa de crescimento das pensões	3,00%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	2,20%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de inflação	2,20%	4,50%	4,50%	4,50%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	RP-2000 Geracional ajustada	RP-2000 Geracional ajustada	RP-2000 Geracional ajustada
Tábua de invalidez	50% EKV 80	TASA 27	TASA 27	TASA 27
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	(b)	não aplicável	não aplicável	não aplicável

(a) A taxa de rendimento dos Fundos esperada para 2006 é de 7,5%, para os anos posteriores é de 5,5%.

(b) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Colectivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

	Dez 2005			
	Portugal	Brasil		
		Bandeirante	Escelsa	Enersul
Pressupostos				
Taxa de rendimento dos Fundos	6,40%	12,20%	12,45%	12,00%
Taxa de desconto	4,60%	10,75%	10,75%	10,75%
Taxa de crescimento dos salários	3,50%	5,50%	5,55%	5,55%
Taxa de crescimento das pensões	3,00%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	2,20%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de inflação	2,40%	4,50%	4,50%	4,50%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	GAM-83	GAM-83	GAM-83
Tábua de invalidez	50% EKV 80	TASA 27	TASA 27	TASA 27
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	(a)	não aplicável	não aplicável	não aplicável

(a) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Colectivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2 n), as responsabilidades do Grupo com pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, são analisadas como segue:

	Dez 2006			Dez 2005		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Provisão para Planos de Pensões						
Responsabilidades no fim do exercício	2.041.221	205.802	2.247.023	2.053.310	178.288	2.231.598
Activos dos Fundos no fim do exercício	-1.151.648	-165.100	-1.316.748	-1.070.656	-136.465	-1.207.121
Valor da provisão no fim do exercício	<u>889.573</u>	<u>40.702</u>	<u>930.275</u>	<u>982.654</u>	<u>41.823</u>	<u>1.024.477</u>

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as responsabilidades consolidadas por serviços passados associadas a estes planos de pensões eram as seguintes:

	Dez 2006			Dez 2005		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Evolução das Responsabilidades						
Responsabilidades no início do exercício	2.053.310	178.288	2.231.598	2.015.930	107.403	2.123.333
Custo dos serviços correntes	13.943	688	14.631	12.828	380	13.208
Custo dos juros	90.592	20.247	110.839	96.455	13.621	110.076
Benefícios pagos	-163.342	-11.437	-174.779	-145.859	-6.544	-152.403
"Curtailments"/"Settlements"	44.832	-	44.832	34.855	-	34.855
Perdas e ganhos actuariais	1.886	9.876	11.762	39.101	27.450	66.551
Variação cambial	-	-5.258	-5.258	-	34.841	34.841
Outras variações	-	13.398	13.398	-	1.137	1.137
Responsabilidades no fim do exercício	2.041.221	205.802	2.247.023	2.053.310	178.288	2.231.598

Os componentes do custo líquido consolidado reconhecido no exercício com estes planos são os seguintes:

	Dez 2006			Dez 2005		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Custo do exercício						
Custo dos serviços correntes	13.943	688	14.631	12.828	380	13.208
Custo dos juros	90.592	20.247	110.839	96.455	13.621	110.076
Retorno dos activos dos Fundos	-79.473	-21.627	-101.100	-51.980	-12.477	-64.457
'Curtailments"/"Settlements'	44.832	-	44.832	34.855	-	34.855
Contribuições dos trabalhadores	-	-1.028	-1.028	-	-1.031	-1.031
Outros custos	11.019	-	11.019	-	-	-
Custo líquido do exercício	80.913	-1.720	79.193	92.158	493	92.651

A evolução dos activos consolidados dos Fundos de Pensões foi a seguinte:

	Dez 2006			Dez 2005		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Fundos de Pensões						
Valor dos activos no início do exercício	1.070.656	136.465	1.207.121	839.669	89.339	929.008
Contribuições do Grupo	53.336	6.712	60.048	196.135	5.752	201.887
Contribuições dos trabalhadores	-	1.028	1.028	-	1.031	1.031
Pensões pagas no exercício	-53.336	-11.437	-64.773	-42.981	-6.544	-49.525
Rendimento dos Fundos	79.473	21.627	101.100	51.980	12.477	64.457
Ganhos / (Perdas) actuariais	12.538	11.245	23.783	25.853	4.764	30.617
Variação cambial	-	-5.093	-5.093	-	29.646	29.646
Outras variações	-11.019	4.553	-6.466	-	-	-
Valor dos activos fim do exercício	1.151.648	165.100	1.316.748	1.070.656	136.465	1.207.121

Os activos do Fundo de Pensões em Portugal são geridos por quatro sociedades gestoras de fundos de pensões independentes. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a composição verificada na carteira do fundo é analisada como segue:

	Alocação de activos por natureza					
	Caixa EUR'000	Obrigações EUR'000	Acções EUR'000	Imóveis EUR'000	Outros EUR'000	Total EUR'000
31 de Dezembro de 2006	23.033	529.758	380.044	207.297	11.516	1.151.648
31 de Dezembro de 2005	21.413	524.621	310.490	203.425	10.707	1.070.656
	Alocação de activos por natureza					
	Caixa %	Obrigações %	Acções %	Imóveis %	Outros %	Total %
31 de Dezembro de 2006	2,00%	46,00%	33,00%	18,00%	1,00%	100,00%
31 de Dezembro de 2005	2,00%	49,00%	29,00%	19,00%	1,00%	100,00%

Os imóveis pertencentes ao fundo que se encontram a ser utilizados pelo Grupo ascendem ao montante de 135.252 milhares de Euros.

Pressupostos relativos à taxa de desconto e à taxa de retorno esperado dos activos

As taxas de desconto utilizadas para o plano de pensões do Grupo EDP foram seleccionadas tendo por referência uma análise das taxas de rendimento, disponíveis à data, das obrigações consideradas mais adequadas. Foram seleccionadas as obrigações cuja maturidade e "rating" foram considerados como apropriados atendendo ao montante e ao período de ocorrência dos fluxos monetários associados aos pagamentos dos benefícios aos colaboradores.

As taxas de retorno esperadas dos activos para os anos de 2006, 2007 e seguintes, respectivamente de 7,5% e 5,5% foram determinadas tendo por base os objectivos de investimento por classe de activos da EDP, e as melhores estimativas do retorno no longo prazo de cada classe, como segue:

	2006			Taxa de retorno esperada para 2007 e anos seguintes		
	Peso	Rentabilidade esperada a um ano	Rentabilidade esperada de Longo Prazo ⁽⁴⁾	Peso	Rentabilidade esperada classe activo	Rentabilidade esperada do plano
Obrigações ⁽¹⁾						
Obrigações do Tesouro	16,0%	3,5%	5,0%	42,0%	4,3%	1,8%
Obrigações "Corporate" ⁽²⁾	49,0%	6,0%	8,6%	28,0%	4,7%	1,3%
Acções						
Acções Globais ⁽³⁾	5,0%	8,0%	9,0%	30,0%	7,9%	2,4%
Investimentos alternativos						
Imóveis	7,0%	7,0%	8,0%	-	-	-
"Private equity"	10,0%	10,0%	15,0%	-	-	-
"Hedge funds"	13,0%	7,3%	10,0%	-	-	-
Total	100,0%	6,3%	8,8%	100,0%	n.a.	5,5%
			7,5%			

⁽¹⁾ Inclui obrigações da zona euro e internacionais com o risco cambial coberto face ao Euro.

⁽²⁾ Inclui obrigações de taxa fixa e variável.

⁽³⁾ Inclui acções internacionais com o risco cambial coberto face ao Euro.

⁽⁴⁾ Horizonte temporal é de 5 anos.

À data de 31 de Dezembro de 2006, a desagregação do valor expectável de **Pagamento de benefícios futuros**, relativo à actividade em Portugal, é analisada de seguida:

	Expectativa de pagamentos			
	Pensões	Plano Médico	Outros Benefícios	Total
2007	168.233	22.775	6.405	197.413
2008	163.923	23.489	6.775	194.187
2009	160.276	24.108	7.012	191.396
2010	157.124	24.728	7.218	189.070
2011	152.444	25.350	7.518	185.312
2012	148.532	25.999	8.161	182.692
2013	144.032	26.764	8.743	179.539
2014	140.382	27.484	9.383	177.249
2015	135.480	28.335	10.312	174.127
2016	131.107	29.244	10.909	171.260
2017	129.804	30.357	11.980	172.141

A análise das contribuições efectuadas aos Fundos de pensões pelas empresas do Grupo é apresentada como segue:

	2006	2005
	Euros '000	Euros '000
Acções	-	153.154
Dinheiro	60.048	48.733
	60.048	201.887

Em 2005, a rubrica de Acções incorpora a transferência para o Fundo de Pensões de acções do BCP equivalentes a 2,01% do capital social detido pela EDP nessa empresa.

Em 2006, o valor das pensões pagas pelos Fundos ascendeu a 64.773 milhares de Euros (2005: 49.525 milhares de Euros). Em 2007 o Grupo estima efectuar contribuições para os Fundos de pensões no montante de 55.000 milhares de Euros (Portugal) e 6.000 milhares de Euros (Brasil).

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



II. Planos de Pensões - Tipo Contribuição Definida

A Hidrocontábrico em Espanha, a Bandeirante no Brasil, bem como a EDP Estudos e Consultoria em Portugal, dispõem de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos Sistemas de Previdência Social aos colaboradores das Empresas, do tipo Contribuição Definida, efectuando, deste modo, em cada ano, uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada um dos casos.

III. Planos para responsabilidades por cuidados médicos o outros benefícios - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um Plano de Cuidados Médicos do tipo benefício definido, suportado através de uma provisão contabilística, onde se encontram incluídas a totalidade destas responsabilidades.

No Brasil, a Escelsa e a Energest dispõem também de Planos de Assistência Médica para os reformados, suportados através de provisões contabilísticas, onde se encontra incluída a totalidade destas responsabilidades.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com cuidados médicos são apresentados como segue:

	Dez 2006		Dez 2005	
	Portugal	Brasil	Portugal	Brasil
Pressupostos				
Taxa de desconto	4,75%	10,75%	4,60%	10,75%
Taxa anual de crescimento dos custos com serviços médicos	4,5% (a)	10% (c)	4,5% (a)	8,16%
Despesas administrativas estimadas por beneficiário por ano (em Euros)	233	não aplicável	220	não aplicável
Tábua de mortalidade	TV 88/90	RP-2000 Geracional ajustada	TV 88/90	GAM-83
Tábua de invalidez	50% EKV 80	TASA 27	50% EKV 80	Light-Média
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	b)	não aplicável	b)	não aplicável

(a) 4,5% nos primeiros 7 anos e 4,0% nos restantes anos

(b) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Colectivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

(c) 10% no primeiro ano a decrescer para 5,5% em 10 anos

A evolução das responsabilidades consolidadas por serviços passados associadas ao plano de cuidados médicos do Grupo EDP é como segue:

	Dez 2006			Dez 2005		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Evolução das Responsabilidades						
Responsabilidades no início do exercício	727.105	16.357	743.462	721.765	3.810	725.575
Custo dos serviços correntes	8.738	329	9.067	7.961	182	8.143
Custo dos juros	32.811	2.219	35.030	35.375	1.832	37.207
Benefícios pagos	-31.485	-2.454	-33.939	-22.324	-25	-22.349
"Curtailments"/"Settlements"	2.391	-	2.391	1.999	-	1.999
(Ganhos) / Perdas actuariais	-5.893	2.987	-2.906	-17.671	-5.513	-23.184
Variação cambial	-	-442	-442	-	6.562	6.562
Outras variações	2.437	5.360	7.797	-	9.510	9.510
Responsabilidades no fim do exercício	736.104	24.356	760.460	727.105	16.357	743.462
Valor da provisão em 31 Dez 2006	736.104	24.356	760.460	727.105	16.357	743.462

As responsabilidades com o Plano de Cuidados Médicos estão reconhecidas nas contas do Grupo através de provisões que cobrem integralmente as responsabilidades, conforme apresentado em cima.

Os componentes do custo líquido consolidado reconhecido no exercício com este plano são os seguintes:

	Dez 2006			Dez 2005		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Custo do exercício						
Custo do serviço	8.738	329	9.067	7.961	182	8.143
Custo de juro	32.811	2.219	35.030	35.375	1.832	37.207
"Curtailement"	2.391	-	2.391	1.999	-	1.999
Custo líquido do exercício	43.940	2.548	46.488	45.335	2.014	47.349

35. Provisões para riscos e encargos

A rubrica de **Provisões para riscos e encargos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Provisão para processos legais, laborais e outras contingências	153.985	88.004	-	-
Provisão para garantias a clientes no âmbito da actividade corrente	17.579	26.821	-	-
Provisão para outros riscos e encargos	216.909	154.424	19.910	14.754
	388.473	269.249	19.910	14.754

O movimento da **Provisão para processos legais, laborais e outras contingências** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Saldo no início do período	88.004	132.020	-	-
Variações de perímetro de consolidação	12	-32.447	-	-
Dotação do exercício	11.359	3.214	-	-
Redução de provisões	-111	-788	-	-
Utilizações da provisão	-	-15.565	-	-
Outras variações e diferenças cambiais	54.721	1.570	-	-
Saldo no final do período	153.985	88.004	-	-

O movimento da **Provisão para garantias a clientes no âmbito da actividade corrente** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Saldo no início do período	26.821	35.059	-	-
Variações de perímetro de consolidação	-	-13.246	-	-
Dotação do exercício	5.706	95.638	-	-
Redução de provisões	-10.605	-	-	-
Utilizações da provisão	-	-74.402	-	-
Outras variações e diferenças cambiais	-4.343	-16.228	-	-
Saldo no final do período	17.579	26.821	-	-

O movimento da **Provisão para outros riscos e encargos** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Saldo no início do período	154.424	126.153	14.754	39.386
Variações do perímetro de consolidação	1.095	41.621	-	604
Dotação do exercício	104.667	225.639	5.886	4.454
Redução de provisões	-16.452	-135.608	-3.462	-604
Utilização da provisão	-90.526	-168.494	-	-
Outras variações e diferenças cambiais	63.701	65.113	2.732	-29.086
Saldo no final do período	216.909	154.424	19.910	14.754

O Grupo tem constituídas provisões de carácter ambiental no montante de 8.010 milhares de Euros (28.475 milhares de Euros em 2005) relacionadas com o facto do volume de gases com efeito de estufa emitidos durante o exercício ter sido superior ao valor das licenças de emissão atribuídas. Este montante foi calculado com base na necessidade de aquisição de licenças para emissão de gases de estufa valorizadas à cotação do final do exercício. Caso o Grupo não adquira estas licenças será punido com multas definidas pela entidade reguladora do país.

A rubrica Provisões para outros riscos e encargos inclui os montantes de 14.129 e 7.049 milhares de Euros, relativos a provisões para desmantelamento de centrais nucleares e parques eólicos, constituídos de acordo com a política contabilística referida na nota 2.o).

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



36. Credores e outros passivos

A rubrica de **Credores e outros passivos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Credores de curto prazo - Corrente:				
Fornecedores	854.337	951.464	98.536	65.503
Fornecedores de imobilizado	431.038	306.302	69	3.768
Outros accionistas de empresas do grupo	23.064	20.757	-	-
Adiantamentos a clientes	10.835	11.851	55	54
Credores - empresas do Grupo	-	-	192.562	6.926
Outros credores				
- Colaboradores	40.212	12.976	-	-
- Fornecimento de outros bens e serviços	-	2.489	4.233	10.987
- Rendas de concessão	6.530	6.108	-	-
- Credores por cobranças	-	21.362	-	-
- Créditos por liquidações relacionados com a OMEL	-	73.466	-	-
- Valor a pagar à entidade reguladora do Brasil	20.563	-	-	-
- Valor a investir em pesquisa e desenvolvimento (Brasil)	15.307	-	-	-
- Adiantamento pela alienação de 15% do capital da REN (ver nota 20)	160.200	-	160.200	-
Créditos a empresas relacionadas	-	33.974	7.903	100.781
Programa eficiência energética	16.693	15.464	-	-
Férias, subsídios férias e outros encargos	76.882	86.222	753	681
Instrumentos financeiros derivados	88.127	221.926	55.832	148.817
Custos especializados relacionados com a actividade de trading	15.622	51.117	15.622	47.222
Custos especializados relacionados com a compra de energia (PRE)	38.676	32.325	-	-
EDP Distribuição - especialização de proveitos	33.060	177.530	-	-
Licenças de Emissão de CO ₂	541.309	196.634	-	-
Proveitos diferidos	73.668	274.054	-	28.693
Custos relacionados com a venda da ONI	4.350	-	4.350	-
Outros credores e operações diversas	307.196	117.904	26.252	-5.461
	2.757.669	2.613.925	566.367	407.971
Credores de médio/longo prazo - Não corrente:				
Conta de Regularização - (Reg. DL 344-B/82)	2.235	3.589	-	-
Participações do Estado p/Aprov. Fins Múltiplos	10.386	-	10.386	-
Cauções recebidas de clientes e outros devedores	47.424	43.929	4	4
Créditos a empresas relacionadas	30.931	31.913	-	-
Fornecedores de imobilizado	6.041	44.270	1.521	1.511
Subsídios e participações investimento imobilizado	1.841.904	1.760.513	829	2.082
Responsabilidades com opções sobre interesses minoritários (ver nota 31)	460.868	-	-	-
Outros credores e operações diversas	27.404	14.044	-	1
	2.427.193	1.898.258	12.740	3.598

A rubrica de licenças de emissão de CO₂ inclui o montante de 244.357 milhares de Euros de licenças atribuídas ao SEP em Portugal (ver nota 24), o montante de 264.600 milhares de Euros relativo aos consumos efectuados pelo SENV em Portugal e pelo Grupo Hidrocarbónico em Espanha e o montante de 32.352 milhares de Euros relativo a licenças que o Grupo espera devolver ao Estado Espanhol em resultado da aplicação do Real Decreto-Ley 03/06 (ver nota 9).

37. Impostos a pagar

A rubrica de **Impostos a pagar** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Estado e outros entes públicos:				
- Imposto sobre o rendimento	357.424	42.914	10.493	5.622
- Retenções na fonte	26.613	14.345	402	132
- Contribuições para a Segurança Social	8.125	8.421	12	18
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	5.268	10.744	-	-
- Imposto circulação de mercadorias e prest. serviços (Brasil)	46.627	42.628	-	-
- Contribuições sociais de natureza tributária (Brasil)	20.079	19.643	-	-
- Outras tributações	56.971	37.045	-	-
	521.107	175.740	10.907	5.772

A rubrica outras tributações em Dezembro de 2006, inclui tributações externas, nomeadamente de Espanha - Grupo Hidrocarbónico, no montante de 42.050 milhares de Euros (2005: 26.098 milhares de Euros).

38. Activos e Passivos detidos para venda e operações em descontinuação

Os critérios para classificação dos activos e passivos detidos para venda e operações em descontinuação, bem como a sua forma de apresentação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP, encontram-se descritos na política contabilística, alínea u).

Operações em descontinuação - ONI

Em Novembro de 2006 a EDP – Energias de Portugal, S.A. celebrou um contrato através do qual acordou vender à Win Reason, S.A., sociedade actualmente detida pela The Riverside Company (“Riverside”) e que passará a ser detida em cerca de 33% pela Gestmin, SGPS, S.A. (“Gestmin”) a totalidade do capital social da ONI SGPS, S.A. A venda, pela EDP das acções correspondentes a 100% do capital social da ONI foi precedida pela aquisição por parte da EDP aos restantes accionistas da ONI dos remanescentes 44% do respectivo capital social (BCP, BRISA, GALP), juntamente com todas as prestações acessórias de que os mesmos eram titulares, pelo preço de 1 Euro por cada parcela. A EDP adquiriu igualmente as dívidas bancárias da ONI junto dos seus principais credores.

Após obtenção das autorizações regulatórias necessárias (nomeadamente da Autoridade da Concorrência e da ANACOM), a EDP procederá à transmissão de 100% do capital social da ONI (conjuntamente com as prestações acessórias dos accionistas e os créditos da EDP à ONI) à Win Reason, S.A. por um valor estimado de aproximadamente 95.000 milhares de Euros. Em 31 de Dezembro de 2006 as demonstrações financeiras do Grupo EDP incluem uma provisão no montante de 12.808 milhares de Euros para fazer face à menor valia contabilística a obter com a venda da sua participação na ONI.

	<u>Dez 2006</u> <u>Euro'000</u> <u>ONI</u>
Activos detidos para venda	
Activos fixos tangíveis	128.552
Activos intangíveis	66.134
Total de Activos Não Correntes:	<u>194.686</u>
Inventários	1.601
Clientes	39.854
Devedores e outros activos	10.995
Impostos a receber	1.894
Caixa e equivalentes de caixa	6.651
Total de Activos Correntes:	<u>60.995</u>
	<u>255.681</u>
	<u>Dez 2006</u> <u>Euro'000</u> <u>ONI</u>
Passivos detidos para venda	
Benefícios aos empregados	427
Provisões para riscos e encargos	16.401
Credores e outros passivos	29.030
Total Passivos Não Correntes:	<u>45.858</u>
Empréstimos	8.926
Credores e outros passivos	104.742
Impostos a pagar	572
Total Passivos Correntes:	<u>114.240</u>
	<u>160.098</u>

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



39. Instrumentos financeiros derivados

Nos termos definidos pelo IAS 39, o Grupo classifica os instrumentos financeiros derivados como sendo de cobertura de justo valor de um activo ou passivo reconhecido ("Fair value hedge") e de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa de passivos reconhecidos e transacções futuras altamente prováveis ("Cashflow hedge").

As variações associadas ao justo valor dos instrumentos de cobertura e dos respectivos riscos cobertos, são analisadas como segue:

Tipo cobertura	Instrumento de cobertura	Risco coberto	2006		2005	
			Variações justo valor		Variações justo valor	
			Instrumentos Euro'000	Risco Euro'000	Instrumentos Euro'000	Risco Euro'000
- "Fair value"	Swap tx juro	Tx juro	-90.954	90.954	-53.634	53.634
- "Fair value"	Swap tx juro e tx câmbio	Tx juro e tx câmbio	-2.504	2.504	22.731	-22.731
- "Cashflow hedge"	Swap tx juro	Tx juro	-75	-	-317	-
			<u>-93.533</u>	<u>93.458</u>	<u>-31.220</u>	<u>30.903</u>

Durante o exercício de 2006 e 2005 verificaram-se os seguintes movimentos em reservas de justo valor, associados às coberturas de fluxos de caixa:

	Grupo	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Saldo inicial	-16.709	-643
Variação de justo valor	-75	-16.932
Transferência para resultados	1.488	866
Saldo final	<u>-15.296</u>	<u>-16.709</u>

A rubrica Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) inclui, nas variações de justo valor de Dezembro de 2005, um montante de 16.615 milhares de Euros relativos à cobertura de fluxos de caixa futuros. Este valor é amortizado pelo período em que os referidos fluxos de caixa vão ter impacto nos resultados do exercício.

A valorização dos instrumentos financeiros é registada nas rubricas de Devedores e outros activos e Credores e outros passivos consoante a sua natureza.

Os ganhos e perdas na carteira de instrumentos financeiros derivados registados nos resultados do exercício de 2006 e 2005, são analisados como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Carteira de derivados de negociação	155.917	-153.493	193.691	-108.201
Cobertura de justo valor ("Fair value hedge")				
- Derivados	-93.458	-30.903	-90.954	-53.634
- Passivo coberto	93.458	30.903	90.954	53.634
Cobertura de fluxos de caixa ("Cash-flow hedge")				
- Derivados	-1.488	-866	-1.488	-866
	<u>154.429</u>	<u>-154.359</u>	<u>192.203</u>	<u>-109.067</u>

Em 2006, a maturidade dos instrumentos financeiros derivados associados a operações de financiamento é analisada como segue:

	Grupo				
	Até 3 meses Euro'000	De 3 meses até 1 ano Euro'000	De 1 ano até 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000	Total Euro'000
Contratos de taxa de juro:					
"Swaps" de taxa de juro	-	-	2.253.174	512.640	2.765.813
Opções compradas e vendidas	-	250.000	547.963	7.668	805.631
	-	250.000	2.801.137	520.308	3.571.444
Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio:					
CIRS ("currency interest rate swaps")	-	-	-	320.000	320.000
	-	250.000	2.801.137	840.308	3.891.444

Em 2005, a maturidade dos instrumentos financeiros derivados associados a operações de financiamento é analisada como segue:

	Grupo				Total Euro'000
	Até 3 meses Euro'000	De 3 meses até 1 ano Euro'000	De 1 ano até 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000	
Contratos de taxa de juro:					
"Swaps" de taxa de juro	-	400.000	1.859.344	807.640	3.066.984
Opções compradas e vendidas	-	235.000	1.007.832	37.194	1.280.026
	-	635.000	2.867.176	844.834	4.347.010
Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio:					
CIRS ("currency interest rate swaps")	-	35.410	60.634	336.922	432.966
	-	670.410	2.927.810	1.181.756	4.779.976

As taxas de juro efectivas nos diversos instrumentos financeiros derivados associados a operações de financiamento são apresentadas como segue:

	Grupo	
	Moeda	EDP Paga / EDP Recebe
Contratos de taxa de juro:		
"Swaps" de taxa de juro	EUR	[5,15% - 3,00%] / [6,40% - 3,70%]
Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio:		
CIRS ("currency interest rate swaps")	EUR / GBP	4,76% / 6,63%
	Valor Nominal Euro'000	Grupo / Individual Dez 2006
Contratos de taxa de juro:		
Opções compradas sobre taxa de juro (compra CAP)	805.631	[5,75% - 4,00%] / [4,82% - 4,33%]
Opções vendidas sobre taxa de juro (venda CAP)	750.000	[5,30% - 4,75%] / [5,30% - 4,75%]
Opções vendidas sobre taxa de juro (venda FLOOR)	793.661	[4,27% - 3,00%] / [3,50% - 3,00%]

40. Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2006, os compromissos que não figuram no balanço, referentes a garantias financeiras e reais prestadas, são analisados como segue:

Tipo	Grupo		Individual	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Garantias de carácter financeiro				
EDP, S.A.	569.811	326.873	569.811	326.873
Grupo Hidrocentábrico	61.864	-	-	-
Grupo Brasil	88.580	76.986	-	-
Grupo Neo	122.543	-	-	-
	842.798	403.859	569.811	326.873
Garantias de carácter operacional				
EDP, S.A.	254.863	74.036	254.863	74.036
Grupo Hidrocentábrico	300.613	306.968	-	-
Grupo Brasil	45.349	41.511	-	-
Grupo Neo	8.687	15.268	-	-
Outras (Portugal)	15.871	87.722	-	-
	625.383	525.505	254.863	74.036
Total	1.468.181	929.364	824.674	400.909
Garantias reais	16.017	74.293	-	-

Das garantias de carácter financeiro contratadas em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, 731.648 milhares de Euros e 403.859 milhares de Euros, respectivamente, estão relacionadas com financiamentos contratados pelo Grupo e já incluídos na sua dívida consolidada. Destas, destacam-se as garantias respeitantes a financiamentos contratados no Brasil para a construção de centrais hidroeléctricas (Lajeado e Peixe Angical), as quais totalizam 341.418 milhares de Euros em 2006, tendo associadas contra-garantias recebidas pela EDP de parceiros nestes projectos, no valor de 136.567 milhares de Euros.

No âmbito da sua actividade corrente de produção e distribuição de energia em Portugal e Espanha, é exigido à EDP e suas subsidiárias a apresentação de garantias bancárias ou corporativas, de natureza operacional. Do montante global de garantias operacionais existentes em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, 239.816 milhares de Euros e 164.302 milhares de Euros, respectivamente, correspondentes a garantias prestadas ao operador de mercado espanhol e português, necessárias para que a EDP e suas subsidiárias possam participar nos mercados de energia, sendo renováveis anualmente.

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



As garantias de carácter operacional contratadas a 31 de Dezembro de 2006, incluem garantias prestadas associadas à construção de parques eólicos em Espanha no valor de 7.472 milhares de Euros, as quais têm associados garantias recebidas de fornecedores de equipamento no mesmo montante.

Dez 2006					
Capital em dívida por período					
Total Euro'000	Menos de 1 ano Euro'000	Entre 1 e 3 anos Euro'000	Entre 3 e 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000	
Dívidas financeiras de curto e longo prazo	10.153.050	1.528.355	2.326.416	1.897.681	4.400.598
Rendas vincendas de locações financeiras	10.203	2.362	4.584	3.257	-
Responsabilidades com locações operacionais	7.665	4.560	2.922	183	-
Obrigações de compra	33.122.815	3.227.845	4.451.318	4.031.407	21.412.245
Outros passivos de longo prazo	2.075.382	258.413	385.582	374.381	1.057.006
	<u>45.369.115</u>	<u>5.021.535</u>	<u>7.170.822</u>	<u>6.306.909</u>	<u>26.869.849</u>

Dez 2005					
Capital em dívida por período					
Total Euro'000	Menos de 1 ano Euro'000	Entre 1 e 3 anos Euro'000	Entre 3 e 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000	
Dívidas financeiras de curto e longo prazo	10.584.300	1.983.579	3.966.227	1.788.926	2.845.568
Rendas vincendas de locações financeiras	5.598	67	4.555	976	-
Responsabilidades com locações operacionais	-	-	-	-	-
Obrigações de compra	21.291.462	1.959.367	3.325.412	3.486.865	12.519.818
Outros passivos de longo prazo	1.898.432	250.533	381.658	369.286	896.955
	<u>33.779.792</u>	<u>4.193.546</u>	<u>7.677.852</u>	<u>5.646.053</u>	<u>16.262.341</u>

As dívidas de curto e longo prazo correspondem aos saldos dos empréstimos e respectivos juros, contraídos pelo Grupo junto de entidades bancárias, empréstimos por obrigações não convertíveis, papel comercial e outros empréstimos. Ver decomposição deste montante por entidade do Grupo na Nota 33-Empréstimos.

As rendas vincendas de locações financeiras estão relacionadas com os activos fixos corpóreos cuja aquisição pelo Grupo foi financiada através de contratos de locação financeira. Estes valores incluem capital em dívida e juros.

As obrigações de compra incluem essencialmente dívidas relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da actividade operacional do Grupo. Quando os preços, estão definidos com base em contratos "forward", estes são utilizados no cálculo dos compromissos contratuais estimados.

Os outros passivos de longo prazo estão essencialmente relacionados com planos de reestruturação ocorridos em exercícios anteriores, bem como com responsabilidades assumidas pelo Grupo relativas aos planos de pensões e cuidados médicos e outros benefícios, classificados como provisões no balanço consolidado (ver Nota 34 - Benefícios aos empregados).

Os compromissos contratuais do Grupo referidos nos quadros acima reflectem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da actividade operacional da empresa. Mais especificamente, na sua maioria estes compromissos visam garantir o fornecimento adequado de combustíveis e energia necessários para que o grupo consiga atingir o sucesso nos seus investimentos de médio e longo prazo, bem como garantir o fornecimento de energia aos seus clientes na Península Ibérica e no Brasil. Consideramos que os nossos proveitos operacionais serão suficientes para garantir o cumprimento destes compromissos e adicionalmente suportar os custos operacionais e a remuneração dos accionistas.

Em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo tem as seguintes responsabilidades/direitos contingentes relacionadas com opções de compra e venda de participações sociais:

- A EDP detém uma opção de compra à LogicaCMG de 60% da Edinfor até Abril de 2007. A EDP detém uma opção de venda à LogicaCMG de 40% da Edinfor pelo maior dos seguintes montantes, até Abril de 2009:

* justo valor do activo, determinado com base num processo de avaliação por bancos de investimento;

* "floor" determinado com base no valor de avaliação do Grupo Edinfor à data de alienação dos 60% à LogicaCMG.

Após Abril de 2009, o preço de exercício desta opção corresponde ao justo valor do activo, a determinar com base num processo de avaliação por bancos de investimento;

- A LogicaCMG detém uma opção de compra à EDP de 40% da Edinfor a partir de 2009, pelo justo valor do activo, determinado com base num processo de avaliação por bancos de investimento;

- Opção de venda da Cajastur à EDP de 3,13% do capital da Hidrocontábrico;

- Opção de venda do Ente Vasco de la Energia à HC de 30,4% da participação na Naturgás, pelo maior dos seguintes montantes:

* preço inicial actualizado para a data de exercício da put option, considerando os resultados distribuídos até à data;

* justo valor do activo, determinado com base num processo de avaliação por bancos de investimento;

- Opção de venda da EDP à Endesa de 11,1% da participação na TejoEnergia até Julho de 2007;

- A EDP detém uma opção de venda à Endesa e esta uma opção de compra à EDP de 7,7% da participação na Ampla, pelo justo valor do activo, determinado com base num processo de avaliação por bancos de investimento, até Março de 2007. No entanto, o período de exercício desta opção é extensível até Março ou Setembro de 2008, em função do cumprimento das condições suspensíveis existentes.

41. Planos de remuneração com acções

O Grupo EDP implementou um programa de "stock options", nos termos aprovados pela Assembleia Geral, aplicável a Quadros e Administradores, com vista a incentivar a criação de valor.

O Grupo EDP tem três planos de opções de compra de acções as quais são analisadas como segue: i) Plano do Conselho de Administração do Grupo aprovado em 1999, no qual podem ser concedidas opções sobre acções ordinárias até ao limite de 2.450.000 acções, ii) Plano dos Conselhos de Administração e do "Management" das subsidiárias do Grupo, no qual podem ser concedidas opções sobre acções ordinárias até ao limite de 16.250.000 acções, e iii) Plano do Presidente do Conselho de Administração, Presidente da Comissão Executiva e Vogais Executivos para o período 2003/2005, no qual foram atribuídas, no decorrer do exercício, 1.461.497 opções sobre acções EDP, que podem ser exercidas até um máximo de 1/3 em cada um dos três exercícios subsequentes a contar da data de atribuição. As opções não exercidas no final dos 8 aniversários da data de atribuição caducam.

O preço de exercício de cada opção é calculado com base no preço de mercado da acção na data da atribuição da opção, sendo a maturidade máxima de cada opção de sete anos, nos dois primeiros planos, e de oito anos no terceiro plano.

As opções são atribuídas pelo Conselho de Administração do Grupo EDP e apenas são exercíveis decorridos que estejam dois anos de serviço.

O movimento dos planos de "stock options" é analisado como segue:

	Movimentos nas opções	Preço médio de exercício ponderado
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	612.725	2,44
Opções canceladas	-262.391	
Opções atribuídas	1.692.810	
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	2.043.144	2,27
Opções exercidas	1.044.621	
Opções atribuídas	1.461.497	2,22
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	2.460.020	

A informação sobre "stock options" relativas ao exercício de 2006, é analisada como segue:

Opções vivas	Preço médio ponderado do exercício	Vida média contractual em falta	Opções exercíveis	Fair Value das Opções Eur'000
2.460.020	2,22	6,84	123.483	1.750

Adicionalmente às opções atribuídas, o Grupo EDP atribuiu, no decorrer do exercício de 2006, um conjunto de acções próprias (1.511.183 acções) a colaboradores cujo montante total ascende a 3.340 milhares de Euros (ver nota 8).

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



42. Partes relacionadas

Os créditos devidos sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2006, em base Individual, são analisados como segue:

Empresas	Mov. Financeiros	Empréstimos	Outros Créditos	Total
	Intra-Grupo Eur'000	Concedidos Eur'000	Devidos Eur'000	
Balwerk	10.100	266.078	355	276.533
Edalpro	243	-	12	255
Edinfor	-	-	6.024	6.024
EDP Brasil	-	-	12.370	12.370
EDP Comercial	127.508	-	13.471	140.979
EDP Distribuição	670.176	1.228.125	40.877	1.939.178
EDP Estudos e Consultoria	-	-	74	74
EDP Finance	-	285.938	7.342	293.280
EDP Gás	-	-	1.035	1.035
EDP Imobiliária e Participações	301.655	2.692	264	304.611
EDP Powerline	4.328	-	11	4.339
EDP Produção	61.877	1.381.912	11.717	1.455.506
EDP Produção Bioelétrica	32	9.992	171	10.195
EDP Produção EM	-	-	3.436	3.436
EDP Serviner	-	-	69	69
EDP Soluções Comerciais	13.874	-	11.563	25.437
EDP Trader Internacional	-	25	-	25
EDP Valor	-	125	4.934	5.059
Enernova	-	112.091	2.031	114.122
Hidroeléctrica del Cantábrico	836	-	12.200	13.036
Labelec	-	-	344	344
NEO	-	30.460	3.072	33.532
NQF Energia	-	-	1.814	1.814
NQF SGPS	-	-	15.018	15.018
ONI SGPS	-	24.397	296.115	320.512
ONI Telecom	-	-	40.577	40.577
Sávida	-	-	361	361
SCS	51	-	-	51
Outras	680	11.198	43.155	55.033
	<u>1.191.360</u>	<u>3.353.033</u>	<u>528.412</u>	<u>5.072.805</u>

Os créditos devidos sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2005, em base Individual, são analisados como segue:

Empresas	Mov. Financeiros	Empréstimos	Outros Créditos	Total
	Intra-Grupo Eur'000	Concedidos Eur'000	Devidos Eur'000	
Balwerk	-	266.078	-	266.078
EDP Comercial	163.124	-	36.355	199.479
EDP Distribuição	330.993	1.228.125	50.041	1.609.159
EDP Energia Ibérica	-	-	10.197	10.197
EDP Finance	-	278.109	5.523	283.632
EDP Internacional	875	-	1.039	1.914
EDP Gás	-	1.886	343	2.229
EDP Produção	-	1.599.474	31.697	1.631.171
EDP Produção Bioelétrica	7.953	13.493	51	21.497
EDP Produção EM	-	-	2.866	2.866
EDP Soluções Comerciais	31.600	-	11.663	43.263
EDP Valor	7.205	2.501	3.045	12.751
Enernova	7.068	166.428	2.693	176.189
Labelec	577	-	273	850
NQF, SGPS	-	4.202	1	4.203
ONI Telecom	-	-	2.513	2.513
Outras	6.321	13.111	7.997	27.429
	<u>555.716</u>	<u>3.573.407</u>	<u>166.297</u>	<u>4.295.420</u>

Os débitos devidos sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2006, em base Individual, são analisados como segue:

Empresas	Mov. Financeiros	Empréstimos	Outros Débitos	Total
	Intra-Grupo Eur'000	Obtidos Eur'000	Devidos Eur'000	
Edinfor	-	-	8.918	8.918
EDP Comercial	-	-	18.253	18.253
EDP Distribuição	-	-	4.138	4.138
EDP Estudos e Consultoria	38	-	4.331	4.369
EDP Finance	-	-	276	276
EDP Gás	530.110	-	364	530.474
EDP Imobiliária e Participações	-	-	182	182
EDP Produção	-	-	19.174	19.174
EDP Produção Bioelétrica	-	-	495	495
EDP Produção EM	8.588	-	644	9.232
EDP Serviner	2.301	-	-	2.301
EDP Soluções Comerciais	-	-	121	121
EDP Valor	17.145	-	669	17.814
Erenova	25.534	-	-	25.534
Hidroelétrica del Cantábrico	-	-	2.087	2.087
Internel	1.960	-	-	1.960
Labelec	643	-	226	869
MRH	223	-	277	500
NQF Energia	63.628	-	-	63.628
NQF Gás	-	-	302	302
O&M Serviços	960	-	-	960
Oni Telecom	-	-	400	400
Sávida	2.767	-	85	2.852
SCS	-	-	20	20
Tergen	548	-	-	548
Outras	-	-	2.482	2.482
	<u>654.445</u>	<u>-</u>	<u>63.444</u>	<u>717.889</u>

Os débitos devidos sobre empresas coligadas e associadas a 31 de Dezembro de 2005, em base Individual, são analisados como segue:

Empresas	Mov. Financeiros	Empréstimos	Outros Débitos	Total
	Intra-Grupo Eur'000	Obtidos Eur'000	Devidos Eur'000	
Edinfor	-	-	22.029	22.029
EDP Comercial	-	-	6.479	6.479
EDP Distribuição	-	-	63.074	63.074
EDP Gás	156.669	-	220.805	377.474
EDP Produção	106.945	-	325.841	432.786
EDP Produção EM	4.847	-	757	5.604
EDP Serviner	1.409	-	-	1.409
EDP Soluções Comerciais	-	-	673	673
EDP Valor	-	-	7.078	7.078
Erenova	-	-	1.233	1.233
Internel	2.127	-	46	2.173
O&M Serviços	1.880	-	-	1.880
Sávida	5.605	-	98	5.703
Outras	1.634	-	9.512	11.146
	<u>281.116</u>	<u>-</u>	<u>657.625</u>	<u>938.741</u>

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



43. Justo valor de activos e passivos financeiros

	Grupo Dez 2006			Grupo Dez 2005		
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença
Activos financeiros						
Activos financeiros disponíveis para venda	822.148	822.148	-	566.446	566.446	-
Clientes	1.592.853	1.592.853	-	1.585.497	1.585.497	-
Instrumentos financeiros derivados	121.216	121.216	-	226.819	226.819	-
Activos financeiros detidos para negociação	116.439	116.439	-	275.618	275.618	-
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	753.493	753.493	-	585.499	585.499	-
	<u>3.406.149</u>	<u>3.406.149</u>	<u>-</u>	<u>3.239.879</u>	<u>3.239.879</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros						
Empréstimos	10.153.050	10.147.936	-5.114	10.584.300	10.918.927	334.627
Fornecedores	1.285.375	1.285.375	-	1.257.766	1.257.766	-
Instrumentos financeiros derivados	88.127	88.127	-	221.926	221.926	-
	<u>11.526.552</u>	<u>11.521.438</u>	<u>-5.114</u>	<u>12.063.992</u>	<u>12.398.619</u>	<u>334.627</u>

44. Ganhos ou perdas na alienação de operações em descontinuação

Conforme previsto no IFRS 5, os activos e passivos da ONI são apresentados no balanço consolidado de 31 de Dezembro de 2006 em linhas distintas pelo total de activos e passivos adquiridos.

A demonstração de resultados das operações em descontinuação do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 inclui o resultado da actividade da ONI e da Comunitel.

O detalhe desta operação encontra-se descrito nas notas 38 - Activos e Passivos detidos para venda e operações em descontinuação.

Em Abril de 2005, o Grupo EDP alienou 60% do capital social da Edinfor - Sistemas Informáticos, S.A. (Edinfor), empresa que opera no sector das tecnologias de informação. O valor da transacção, no montante de 81.000 milhares de Euros, foi apurado tendo por base um "enterprise value" de 135.000 milhares de Euros e inclui o valor das acções e dos créditos accionistas. Esta operação gerou uma mais valia, em base consolidada, no montante de 15.000 milhares de Euros.

Em Setembro de 2005, o Grupo EDP alienou a totalidade do capital social da Comunitel, bem como das suas participadas (Germinus XXI, Intercom e Ola Internet). Estas empresas operavam no mercado espanhol no sector das telecomunicações. O valor da transacção referente à participação de 99,93% na Comunitel teve como referência um "enterprise value" de 257.000 milhares de Euros e uma dívida financeira líquida de 42.000 milhares de Euros. O montante deste negócio ascendeu a 215.000 milhares de Euros (incluindo a cessão de suprimentos no valor de 100.000 milhares de Euros). Esta operação gerou uma mais valia, em base consolidada, no montante de 31.000 milhares de Euros.

45. Licenças de CO₂

Os movimentos em Licenças de CO₂ para consumo são analisados como segue:

	Grupo Dez 2006	Grupo Dez 2005
	CO ₂ (Ton)	CO ₂ (Ton)
Licenças de CO ₂ em 1 de Janeiro	-1.125.149	-
Licenças atribuídas no exercício	12.450.838	11.219.527
Licenças adquiridas	1.530.210	20.000
Licenças transferidas (de consumo próprio para negociação)	-1.373.626	-
	<u>11.482.273</u>	<u>11.239.527</u>
Licenças a devolver por consumos ocorridos no exercício	<u>11.539.565</u>	<u>12.364.676</u>
Excesso/(Insuficiência) de licenças	<u>-57.292</u>	<u>-1.125.149</u>

As licenças correspondentes ao total das emissões efectuadas em cada ano civil são entregues à entidade reguladora de cada país até ao final do quarto mês do ano seguinte.

O cálculo do valor de excesso/(insuficiência) anual não corresponde à diferença entre o valor das licenças a devolver e os consumos do exercício, pois engloba custos unitários diferentes. O critério do FIFO é utilizado para o cálculo do excesso e a cotação de mercado no final do exercício para a insuficiência de licenças.

Os movimentos em Licenças de CO₂ detidas para negociação são analisados como segue:

	Grupo Dez 2006 CO ₂ (Ton)	Grupo Dez 2005 CO ₂ (Ton)
Licenças de CO ₂ para negociação a 1 de Janeiro	20.000	-
Licenças de emissão adquiridas	537.000	20.000
Licenças de emissão transferidas para negociação	1.373.626	-
Licenças de emissão alienadas	-1.672.210	-
	258.416	20.000
Justo valor a 31 de Dezembro	6,55	21,05
	1.693	421

As aquisições e alienações de licenças são valorizadas com base na cotação da data da transacção. As licenças de emissão transferidas correspondem ao excedente não utilizado devido ao facto do grupo ter emitido gases com efeito de estufa num volume menor face ao volume de licenças atribuídas.

O justo valor corresponde à cotação "spot" ("closing price") no final de Dezembro de cada um dos exercícios.

46. Eventos relevantes e subsequentes

Autorização da Autoridade da Concorrência (AdC) para venda da ONI

A 19 de Janeiro de 2007 a AdC divulgou a sua decisão de não se opor a que a participação que a EDP detinha na ONI fosse adquirida pela Winreason, por considerar que este negócio não coloca entraves ao mercado das telecomunicações em Portugal. Este negócio foi celebrado em Novembro de 2006 e resultou na venda da totalidade do capital social da ONI à Winreason, sociedade detida pela The Riverside Company.

Alienação de Participação Qualificada no Grupo Desa (anteriormente designado por "Nuon Espanha")

A 15 de Fevereiro de 2007 a EDP alienou à Caja Madrid uma participação qualificada de 20% que detinha no Grupo Desa. Esta transacção foi realizada com um "equity value" de 100.400 milhares de Euros, o qual se encontra em linha com o custo suportado pela Neo na compra da Desa em Dezembro de 2005, acrescido de encargos financeiros.

Anúncio de pacote legislativo relativo ao sector eléctrico

A 16 de Fevereiro de 2007, o Governo reiterou a decisão de extinção dos CAE e da entrada em vigor dos CMEC, definindo as condições destes, que no essencial considera um ajustamento no preço de referência de venda de electricidade em mercado utilizado para o cálculo da compensação inicial, devida pela cessação antecipada dos CAE, o qual deverá passar do valor médio anual de € 36/MWh para € 50/MWh, em conformidade com as recentes recomendações da Comissão Europeia.

Foi também anunciado um conjunto de medidas que contempla a consolidação do regime do domínio hídrico para fins de produção de energia eléctrica. Neste âmbito foi anunciada a introdução de um pagamento pelos produtores hídricos abrangidos por CAE, sendo o montante desse pagamento determinado com base em duas avaliações independentes a realizar.

Comunicação de alterações em participação qualificada por parte da UBS AG

A 16 de Fevereiro de 2007, a UBS AG comunicou à EDP – Energias de Portugal S.A. a aquisição, em 13 de Fevereiro de 2007, de 29.869.239 acções representativas de 0,82% do capital social da EDP. No seguimento desta transacção, a UBS AG London Branch ("UBS AG") passou a deter 83.518.182 acções representativas de 2,284% do capital social da EDP e 2,289% dos direitos de voto da EDP. A UBS AG comunicou ainda que lhe são também imputáveis 2.787.933 acções representativas de 0,076% dos direitos de voto da EDP, em virtude da detenção de acções da EDP por diversas sociedades da UBS AG.

Nestes termos, a UBS AG comunicou que o total da participação que lhe é imputável passou a abranger 86.306.115 acções representativas de 2,360% do capital social da EDP e de 2,365% dos respectivos direitos de voto.

Esta alteração de participação qualificada foi comunicada ao mercado pela EDP nos termos dos artigos 16º e 17º do Código dos Valores Mobiliários no dia 19 de Fevereiro de 2007.

A 20 de Fevereiro de 2007, a UBS AG comunicou à EDP a alienação a 15 de Fevereiro de 2007 de 14.739.134 acções representativas de 0,40% do capital social da EDP. Nesta data a UBS AG comunicou também que lhe são imputáveis 2.936.933 acções representativas de 0,081% dos direitos de voto da EDP, em virtude da detenção de acções da EDP por diversas sociedades da UBS AG. Consequentemente, a UBS AG comunicou que o total da participação que lhe é imputável passou a abranger 66.943.466 acções representativas de 1,831% do capital social da EDP e de 1,834% dos respectivos direitos de voto.

Esta alteração de participação qualificada foi comunicada ao mercado pela EDP nos termos dos artigos 16º e 17º do Código dos Valores Mobiliários no dia 21 de Fevereiro de 2007.

Comunicação de alteração de participação qualificada por parte da Caixa Geral de Depósitos, S.A.

A 21 de Fevereiro de 2007, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD") comunicou à EDP que passou a deter, directa e indirectamente, 181.766.785 acções representativas de 4,971% do capital social da EDP e 4,9807% dos direitos de voto.

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



Estas alterações de participação qualificada foram comunicadas ao mercado pela EDP nos termos dos artigos 16º e 17º do Código dos Valores Mobiliários no dia 28 de Fevereiro de 2007.

Comunicação de alteração em participação qualificada por parte da Pictet

A 22 de Fevereiro de 2007, a Pictet Asset Management ("Pictet") comunicou à EDP que passou a deter, em 5 de Fevereiro de 2007, 104.396.422 acções representativas de 2,855% do capital social da EDP e 2,861% dos direitos de voto. A Pictet comunicou também que em 15 de Setembro de 2006, passou a deter uma participação qualificada de valor superior ao limite legal de 2%, quando detinha 78.209.011 acções representativas de 2,057% do capital social da EDP.

Estas alterações de participação qualificada foram comunicadas ao mercado pela EDP nos termos dos artigos 16º e 17º do Código dos Valores Mobiliários no dia 23 de Fevereiro de 2007.

Alienação de participação de 5% na REN

A 6 de Março de 2007 a EDP - Energias de Portugal, S.A. ("EDP") comunicou ao mercado a assinatura de um contrato de compra e venda através do qual alienou uma participação de 5% do capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. à Red Eléctrica de Espanha, operadora da rede de transporte de electricidade em Espanha.

A determinação do preço de venda desta participação será realizada com base no preço das acções da REN que seja fixado na Oferta Pública Inicial (IPO) prevista no âmbito da reprivatização da REN, em 2007, e na evolução do preço destas acções em mercado durante os primeiros meses de negociação em bolsa.

47. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são descritas seguidamente.

Actualmente o Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas, não tendo ainda completado a sua análise.

"IFRIC 8 - Âmbito de Aplicação do IFRS 2"

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em 12 de Janeiro de 2006 o IFRIC 8 - Âmbito de Aplicação da IFRS 2, que é aplicável a períodos anuais com início em ou após 1 de Maio de 2006, tendo a sua aprovação pela Comissão Europeia ocorrido em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica que o IFRS 2 - Pagamento com Base em Acções, se aplica às situações em que a entidade efectua pagamentos com base em acções por um valor aparentemente nulo ou residual.

O IFRIC 8 explica que, se o benefício concedido aparenta ser menor que o justo valor do instrumento de capital atribuído ou das responsabilidades assumidas, esta situação indica, normalmente, que outro benefício foi ou irá ser recebido, pelo que se aplica o IFRS 2.

"IFRIC 9 - Reavaliação dos derivados embutidos"

O International Financial Reporting Committee (IFRIC), emitiu em 12 de Março de 2006 a IFRIC 9 Re-avaliação dos derivados embutidos e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica que o momento de reavaliação da separação dos derivados embutidos deverá ser apenas quando existirem alterações aos próprios contratos.

Esta IFRIC é de adopção obrigatória e aplicável a períodos anuais que com início em ou após 1 de Junho de 2006.

"IFRIC 10 - Reporte Financeiro Interino e Imparidade"

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em 20 de Julho de 2006 a IFRIC 10 Reporte financeiro intercalar e imparidade estando prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia durante o segundo trimestre de 2007.

Esta IFRIC proíbe a reversão das perdas por imparidade reconhecidas nos períodos interinos anteriores, relativamente a "goodwill", investimento sem instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo.

Esta IFRIC é de adopção obrigatória para exercícios a partir de 2007 e a sua aplicação será prospectiva para "goodwill", investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo, a partir da primeira data de adopção do IAS 36 e IAS 39 pela primeira vez.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção da IFRIC 10.

"IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com Acções Próprias"

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11 IFRS 2 – Transacções com Acções Próprias estando prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia durante o segundo trimestre de 2007. Esta IFRIC aborda dois assuntos distintos:

1. a) Contratos onde uma entidade atribui aos seus empregados direitos a instrumentos de capital, e terá que optar em pagar em acções próprias ou terá que adquirir instrumentos de capital de outra entidade para satisfazer a suas obrigações perante os seus colaboradores;
1. b) Contratos onde aos colaboradores de uma entidade são atribuídos direitos a instrumentos de capital dessa entidade.
2. Contratos de pagamento com acções próprias que envolvem duas ou mais entidades do mesmo Grupo.

Esta IFRIC é de adopção obrigatória para exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2007.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto com a adopção da IFRIC 11.

"IFRIC 12 – Acordos sobre Serviços de concessão"

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em Novembro de 2006 a IFRIC 12– Acordos sobre Serviços de concessão.

De acordo com a IFRIC 12, Serviços de concessão são acordos onde um Governo ou uma entidade do sector público contrata o fornecimento de serviços públicos a operadores do sector privado. O controlo dos activos permanece no concedente mas o operador é responsável pela actividade de construção, bem como pela manutenção e funcionamento da estrutura pública.

A IFRIC 12 estabelece as disposições a serem aplicadas na mensuração, reconhecimento, apresentação e divulgação de actividades desenvolvidas ao abrigo de contratos de concessão de serviços públicos.

Esta IFRIC é de adopção obrigatória para exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2008.

O impacto da adopção desta norma encontra-se ainda em análise por parte do Grupo EDP, não sendo possível determinar a esta data o impacto da mesma nas demonstrações financeiras consolidadas.

Esta IFRIC é de adopção obrigatória para exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2007.

"IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e emenda ao IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras"

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 18 de Agosto de 2005, o IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e adenda complementar ao IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, o qual é aplicável aos períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2007.

O IFRS 7 introduz novos requisitos destinados a melhorar a informação divulgada nas demonstrações financeiras sobre os instrumentos financeiros e substituiu o IAS 30 - Divulgações nas Demonstrações Financeiras de Bancos e de Instituições Financeiras Similares e alguns dos requisitos da IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação. A emenda ao IAS 1 introduz novos requisitos em matéria de divulgação relativamente à estrutura de capital das entidades.

O Grupo EDP não efectuou a aplicação antecipada desta norma em 31 de Dezembro de 2006.

"IFRS 8 – Segmentos operacionais"

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 Segmentos operacionais estando prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

O IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação obrigatória para exercícios com início em ou após 1 de Janeiro de 2009.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

"Emenda ao IAS 21 - Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio"

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 15 de Dezembro de 2005, uma emenda específica ao IAS 21 - Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio. A emenda clarifica os requisitos do IAS 21 relativamente aos investimentos em operações no estrangeiro pelo que deverá contribuir para clarificar os requisitos de apresentação de entidades que investem em negócios que desenvolvem a sua actividade numa moeda diferente da sua.

Esta emenda ainda não foi adoptada pela Comissão Europeia.

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



48. Matérias ambientais

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da actividade normal da empresa.

As despesas de carácter ambiental são registadas nos custos do exercício, excepto se se qualificarem para reconhecimento como um activo, conforme determinado pelo IAS 16.

Os investimentos de carácter ambiental reconhecidos em activos fixos tangíveis, no Grupo, decompõem-se nos seguintes domínios:

	Grupo	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Protecção do ar e do clima	117.212	35.278
Protecção da biodiversidade e paisagem	16.308	12.220
Gestão de resíduos	2.177	4.020
Protecção dos solos, águas subterrâneas e superficiais	1.676	3.512
Outras actividades de gestão e protecção do ambiente	13.071	11.358
	<u>150.444</u>	<u>66.388</u>

Os proveitos ambientais reconhecidos no exercício estão essencialmente relacionados com a venda de subprodutos de natureza ambiental no valor de 5.277 milhares de Euros (5.084 milhares de Euros em 2005) e venda de resíduos de natureza ambiental no valor de 5.188 milhares de Euros (2.642 milhares de Euros em 2005).

Durante o exercício, o Grupo reconheceu despesas em resultados do exercício, que se decompõem nos seguintes domínios ambientais:

	Grupo	
	Dez 2006 Euro'000	Dez 2005 Euro'000
Protecção do ar e do clima	1.157	1.279
Protecção da biodiversidade e paisagem	527	325
Gestão de resíduos	2.702	2.889
Protecção dos solos, águas subterrâneas e superficiais	1.358	395
Outras actividades de gestão e protecção do ambiente	2.532	1.638
Impostos por meios ambientais Trillo	2.226	-
Outras despesas	2.525	2.732
	<u>13.027</u>	<u>9.258</u>

49. Relato financeiro por segmentos de negócios

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

Actividade Grupo EDP por Segmentos de Negócio - Contas IFRS

Informação por segmentos de negócio - exercício económico Dezembro 2006
(Valores em milhares de Euros)

	Operações no Brasil														Atividade								
	Operações no Península Ibérica*														Reconstrução								
	Gás														Operações em								
	Energia														descontinuação								
	Produção				Distribuição				Comercialização				Distribuição		Comercialização		Outras Operações	Ajustamentos Consolidados	Grupo EDP	Operações em descontinuação	Grupo EDP		
	Portugal	Espanha	Total	Francia	Portugal	Espanha	Total	Espanha	Portugal	Espanha	Total	Portugal	Espanha	Total	Espanha	Portugal							
Volume de negócios	1.887.809	772.594	2.655.403	44.167	2.048.978	1.274.900	4.416.468	326.705	538.337	865.042	96.217	1.032.208	1.728.625	1.675.549	1.574.267	181.174	451.310	-1.503.039	10.185.658	164.148	10.349.826		
Custos com aquisição de electricidade	-234.443	-23.832	-258.275	-115	-3.076.849	-3.076.849	-3.076.849	-357.640	-555.043	-912.683	-52.398	-691.952	-744.350	-39.227	-958.092	-160.296	-12.944	1.092.372	-4.380.703	-	-4.380.703		
Custos com aquisição de gás	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	-558.567	-304.270	-862.777	2.002	-49.111	-47.109	-14.964	-36	-15.000	-19.733	-33.795	-53.528	-57	-53.191	-53.248	-934	-290.264	283.064	-1.052.114	-14.205	-1.066.319		
Outras prováveis / futuras	1.089.799	444.552	1.534.351	46.054	1.574.165	1.247.165	1.247.165	-50.668	-50.501	-101.169	43.762	182.312	226.274	177.388	603.886	20.849	148.102	-127.603	4.008.491	149.963	4.158.454		
Outras prováveis / futuras	9.937	3.884	13.821	534	2.479	3.014	42.321	18.965	26.257	45.222	2.691	5.352	8.043	43	5.871	11	71.156	-72.755	156.386	7.762	144.148		
Fornecimentos e serviços externos	489.743	39.111	528.854	-5.844	-24.676	-166	-30.686	-240.079	-59.013	-99.862	-15.260	-28.863	-44.542	-13.315	-104.240	-2.474	-131.184	171.472	-621.674	-119.724	-741.398		
Custos com o pessoal	-84.475	-28.593	-113.068	-2.027	-11.842	-13.970	-185.678	-24.769	-210.447	-5.537	-4.704	-29.440	-27.144	-4.698	-88.315	-2.008	-92.991	-556	-563.694	-21.192	-585.086		
Custos com benefícios aos empregados	-37.666	-1.309	-38.975	33	-74	-74	-97.155	-1.173	-98.328	-371	-151	-522	-14	-342	-356	-1	-8.835	8.654	-162.201	-86	-162.287		
Outros custos de exploração	-15.155	-40.507	-55.662	-2.833	-10.385	-13.219	-236.787	-25.479	-262.266	-18.454	-10.819	-29.273	-2.243	-15.275	-17.518	-7.270	-388.647	247.053	-498.188	-10.193	-508.381		
Provisões	-217.102	-105.656	-322.758	-10.303	-717.378	-85.395	-802.773	-20.657	-18.846	-39.503	-15.543	-68.274	-81.577	-26.237	-265.706	-19.549	-450.501	353.888	-1.709.571	-143.433	-1.853.004		
Amortizações	672.697	338.916	1.011.613	35.751	1.121.613	1.121.613	1.121.613	71.925	49.347	140.672	31.219	113.538	144.757	101.151	338.180	1.300	-302.399	226.285	2.298.920	6.530	2.305.450		
Compensação de amortizações	-20.513	1.018	-19.495	-50	-12.005	-12.055	-4.100	3.326	6.341	2.683	-6.469	-33.515	-39.984	-15.272	-83.728	-115	-11.360	-90.350	-4.214	-4.214	-105.564		
Ganhos / perdas na alienação de activos financeiros	-228.852	-97.097	-325.949	-14.723	-42.916	-77.639	-334.629	-26.094	-4.775	-2.521	-7.296	-53.515	-39.984	-15.272	-83.728	-115	-14.575	-93.570	-1.018.851	-40.015	-1.058.866		
Ganhos / perdas em associações	2.485	148	2.633	-	488	-	488	-	-	-	1.224	1.541	2.765	-	-	-	992	-401	10.415	-399	10.106		
Ganhos / perdas na alienação de activos financeiros	625.817	242.985	868.802	20.978	36.842	57.653	222.004	14.089	236.093	-73.985	-48.542	-141.627	28.657	81.584	110.221	85.865	256.214	1.185	-327.352	144.080	1.291.134		
Provisões	8	-	8	-	39	-	39	-	-	-	105.255	-	105.255	-	-	-	188.302	-288.813	4.791	27	4.818		
Provisões financeiras	147.125	9.660	156.785	602	1.977	2.579	10.977	257	11.234	1.910	978	2.888	3.661	69.702	3.877	604.580	-117.622	769.351	1.000	770.351			
Custos financeiros	-171.936	-23.871	-195.807	-10.691	-58.382	-69.378	-59.433	-11.233	-70.666	-20.028	-1.590	-21.618	-1.740	-7.985	-28.728	-146.300	-822	-638.294	243.545	-956.053	-21.665		
Ganhos / perdas em associações	11.920	-	11.920	-	3.783	-	3.783	-	-	-	1.754	182	1.936	-	-	-	137.210	90.500	285.379	-	245.379		
Resultados antes imposto	612.934	228.774	841.708	10.889	-15.761	-472	-5.344	173.548	3.113	176.661	-91.203	-69.154	-160.357	153.344	60.798	179.616	4.240	-55.554	71.690	1.354.552	-58.746	1.295.806	
Impostos sobre lucros	-144.458	-78.744	-223.202	-2.978	-29.186	-26.208	-35.947	-1.951	-37.898	21.982	-19.428	-42.801	-55.229	-13.733	-49.673	-801	8.439	34.074	-266.457	542	-265.915		
Resultado depois de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas	468.476	150.030	618.506	7.911	13.425	-472	20.864	137.601	1.162	138.763	-68.307	-47.172	-115.479	140.916	44.949	129.940	3.439	-47.115	105.764	1.088.095	-58.204	1.029.891	
Ganhos / perdas na alienação de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado líquido do exercício	468.476	150.030	618.506	7.911	13.425	-472	20.864	137.601	1.162	138.763	-68.307	-47.172	-115.479	140.916	44.949	129.940	3.439	-47.115	105.764	1.088.095	-58.204	1.029.891	
Atividade d:																							
EDP	468.482	149.146	617.628	7.911	12.631	-472	20.070	137.601	1.162	138.763	-68.307	-47.172	-115.479	134.517	34.782	169.299	38.393	-47.926	57.851	1.011.911	-71.088	940.823	
Interesses minoritários	-41	1.364	1.403	-	794	-	794	-	-	-	6.399	10.167	18.586	8.672	-	-	811	-	47.933	76.184	76	76.260	
Resultado líquido do exercício	468.476	150.510	618.986	7.911	13.425	-472	20.864	137.601	1.162	138.763	-68.307	-47.172	-115.479	140.916	44.949	129.940	3.439	-47.115	105.764	1.088.095	-71.012	1.017.083	
Outras informações:																							
Activos tangíveis	3.497.766	1.635.926	5.133.692	303.771	1.469.566	55.982	1.879.319	4.283.155	575.648	4.858.803	90.517	4.158	94.675	262.092	476.674	893.265	1.007.143	190	182.892	316.983	15.081.728	-	15.081.728
Activos intangíveis	187.095	209.183	396.278	4.647	621.531	39.560	665.758	4.447	1.046.292	1.051.741	-	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	-	13
Activo corrente	585.609	157.496	743.105	43.458	283.591	13.311	342.360	1.136.955	1.053.737	1.242.692	104.755	189.047	293.802	564.422	365.322	929.744	77.385	528.188	-706.445	573.096	4.069.582	255.681	4.325.263
Capitais próprios + Interesses Minoritários Passivo corrente	1.947.891	1.067.959	3.015.850	24.806	211.653	14.869	251.328	158.289	215.986	372.275	19.114	-191.877	172.783	129.596	814.337	530.488	679.417	10.748	9.054.014	-8.245.957	6.439.313	95.583	6.534.896
	739.150	671.348	1.410.498	20.048	939.985	7.807	967.840	1.386.105	335.729	1.723.834	189.680	171.046	341.326	293.363	272.951	153.189	618.604	23.232	388.064	-1.386.190	4.807.131	160.098	4.967.229

* incluindo a actividade residual em França

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2006



Actividade Grupo EDP por Segmentos de Negócio - Contas IFRS

Informação por segmentos de negócio - exercício económico Dezembro 2006

(Valores em milhares de Euros)

	Operações na Península Ibérica*												Operações no Brasil				Actividade Recorrente		Grupo EDP										
	Produção						Comercialização						Eleticidade				Outras Operações	Ajustamentos Consolidação		Operações em descontinuação									
	Renováveis		Eleticidade		Gás		Eleticidade		Comercialização		Produção		Distribuição		Comercialização														
Portugal	Espanha	Portugal	Espanha	Total	Portugal	Espanha	Total	Portugal	Espanha	Total	Portugal	Espanha	Total	Portugal	Espanha	Total	Portugal	Espanha	Total	Portugal	Espanha	Total	Portugal	Espanha	Total				
Volume de negócios	1.803.846	981.032	2.784.898	29.970	776	3.767.596	150.933	3.920.529	525.023	354.521	879.544	49.030	648.401	717.431	70.862	1.405.222	142.373	563.120	-1.236.678	9.374.890	9.374.890	273.277	-	9.648.167	-	-			
Custos com aquisição de electricidade	-187.559	-47.290	-234.849	-	-2.108	-2.380.184	-32.590	-2.612.774	-591.023	-502.897	-1.083.920	-23.980	-434.253	-458.233	-6.977	-846.767	-120.990	-38.465	799.170	-4.222.003	-4.222.003	-	-	-4.222.003	-	-			
Custos com aquisição de gás	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Variação nos inventários e custos das matérias primas e consumíveis	-647.380	-366.632	-1.014.012	-26.633	-14.018	-2.902	-11.116	-5.554	-2	4.368	-2	-23.980	-434.253	-458.233	-395	-12.825	-	-289.129	248.805	-1.106.791	-1.106.791	-5.801	-	-1.112.592	-	-			
9.648.167	-597.130	-1.558.037	29.970	68.580	1.173.394	123.245	1.296.639	-56.000	-153.950	-209.920	25.048	163.593	188.641	21.983	63.490	545.630	21.983	235.526	-188.703	3.597.863	3.597.863	257.478	-	3.855.339	-	-			
Outros proventos / lucros	14.955	46.756	61.711	858	776	68.336	10.076	78.362	4.365	26.855	30.930	738	7.879	8.617	29.768	13.358	8	-44.339	28.239	208.318	208.318	3.235	-	211.553	-	-			
Custos com exploração	-92.760	-39.215	-131.975	-7.013	-14.933	-233.046	-49.475	-304.521	-12.453	-23.127	-38.192	-4.094	-30.787	-37.881	-20.814	-80.686	-3.105	-138.434	190.829	-60.996	-203.813	-203.813	-	-	-616.781	-	-		
Fornecimentos e serviços externos	-74.057	-36.049	-110.106	-1.039	-3.960	-181.100	-34.201	-215.331	-4.000	-5.776	-9.776	-2.699	-21.668	-24.327	-3.151	-78.338	-934	-100.865	44.003	-304.074	-41.763	-41.763	-	-	-545.867	-	-		
Custos com pessoal	-26.932	-13.333	-28.288	-209	-13	-222	-128.895	-999	-129.854	-334	-444	-33	-379	-412	-71	-2.822	-	-6.947	-31.036	-300.163	-128	-128	-	-	-200.291	-	-		
Custos com benefícios aos empregados	-8.410	-19.385	-27.795	-1.993	-5.332	-247.757	-19.475	-266.232	-5.957	-28.339	-34.296	-1.358	-9.844	-11.202	-5.275	-52.355	-171	156.772	-201.926	-444.771	-8.895	-8.895	-	-	-453.666	-	-		
Custos com exploração	-187.224	-43.186	-230.410	-9.402	-23.482	-743.992	-94.084	-838.076	-18.417	-31.451	-49.868	-7.446	-57.759	-65.205	157	-207.223	-4.202	-153.813	29.909	-1.551.606	-253.566	-253.566	-	-	-1.805.172	-	-		
Outros proventos / lucros	781.683	523.944	1.305.627	20.548	45.098	429.402	29.161	458.563	-74.417	-185.381	-259.798	17.602	105.834	123.436	63.647	338.407	17.781	81.713	-188.794	2.034.257	13.910	13.910	2.050.167	-	2.050.167	-	-		
Provisões	1.897	960	2.857	119	78	41	-5.438	-6.403	-433	-636	-172	-165	7	757	10	757	-	108.252	-171.196	-73.338	60.864	60.864	-	-	-12.474	-	-		
Amortizações	-193.867	-95.578	-289.445	-7.884	-22.396	-332.706	-32.129	-364.835	-4.818	-4.233	-8.651	-4.401	-32.387	-38.788	-5.099	-69.397	-105	-108.556	6.482	-908.174	-87.239	-87.239	-	-	-993.413	-	-		
Compensação de amortizações	4.572	151	4.723	142	210	352	80.005	2.014	82.019	1.231	1.746	2.977	6.784	9.777	1.013	2.988	-	1.013	-268	97.600	97.600	-	-	97.600	-	-	-	-	
594.285	427.857	1.022.142	13.348	23.031	36.388	171.263	954	170.309	-85.238	-190.047	-275.285	14.260	75.200	89.460	58.558	276.551	17.676	82.322	-323.776	1.154.345	-12.465	-12.465	-	-	1.141.880	-	-		
Comhos / perdas na alienação de activos financeiros	-	228	228	-	2	2.017	2.017	58	58	58	1175	70	1.245	70	1.245	355.792	81.305	440.647	83	440.720	83	83	440.720	-	-	-	-	-	
Proventos financeiros	28.676	636	29.312	571	429	1.000	17.507	288	268	556	905	8.563	9.468	6.616	63.030	6.616	63.030	-224.538	527.260	634	634	527.894	-	-	527.894	-	-		
Custos financeiros	-64.689	-11.372	-76.061	-4.704	-16.762	-43.569	-10.253	-53.822	-8.086	-717	-8.803	-3.076	-6.553	-9.629	-12.678	-171.563	-1.077	-1.151.392	609.187	-897.249	-29.922	-29.922	-	-	-927.171	-	-		
Ganhos / perdas em associações	12.874	-	12.874	-	2.614	-	-	-	-	-	-	410	173	583	-	26.865	-	143.097	-150.738	35.295	35.295	-	-	-	35.295	-	-		
Resultados antes impostos	571.146	417.349	988.495	9.215	9.314	145.201	-9.178	136.023	-93.036	-190.438	-283.474	13.674	77.453	91.127	49.945	194.883	23.275	50.051	-8.560	1.260.298	-41.670	-41.670	1.218.628	-	-	-	-	-	
Impostos sobre lucros	-154.264	-146.572	-300.836	-3.359	-3.854	-7.213	-16.515	-13.370	21.782	66.709	88.491	-3.313	-22.676	-25.989	-4.244	-46.796	-7.343	103.459	113.605	-100.236	-51.953	-51.953	-	-	-152.189	-	-		
Resultado depois de impostos e unites de alienação de operações descontinuadas	416.882	270.777	687.659	5.856	5.460	118.486	-6.033	122.653	-71.254	-123.729	-194.983	10.361	54.777	65.138	45.701	148.087	15.932	153.510	105.045	1.160.062	-93.623	-93.623	1.066.439	-	-	-	-	-	
Ganhos / perdas na alienação de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado líquido de exercício	416.882	270.777	687.659	5.856	5.460	118.486	-6.033	122.653	-71.254	-123.729	-194.983	10.361	54.777	65.138	45.701	148.087	15.932	153.510	105.045	1.160.062	-93.623	-93.623	1.066.439	-	-	-	-	-	
Atividade a:																													
EDP	416.780	270.641	687.621	5.656	4.457	10.317	128.666	-6.033	122.653	-71.254	-123.729	-194.983	2.645	30.129	32.774	44.967	15.932	149.642	98.108	1.115.118	-44.016	-44.016	1.071.102	-	-	-	-	-	-
Interesses minoritários	102	-64	38	-	1.003	-	-	-	7.716	24.648	32.364	734	-	-	-	3.868	-	6.937	44.944	6.937	44.944	-	-	40.859	-	-	-	-	-
Resultado líquido de exercício	416.882	270.777	687.659	5.856	5.460	118.486	-6.033	122.653	-71.254	-123.729	-194.983	10.361	54.777	65.138	45.701	148.087	15.932	153.510	105.045	1.160.062	-93.623	-93.623	1.066.439	-	-	-	-	-	-
Outras informações:																													
Activos tangíveis	3.565.644	1.464.856	5.030.500	202.205	689.221	4.213.882	546.015	4.759.897	89.046	759	89.805	149.695	417.289	566.984	823.389	957.090	223	-532.437	1.134.123	13.722.208	141.938	141.938	13.864.146	-	-	-	-	-	-
Activos intangíveis	16.945	8.102	25.047	1.448	533.449	1.140	1.140	3.373	3.373	3.373	618.493	618.493	80.373	49.466	292	2.604.874	292	2.604.874	-486.819	3.431.136	77.691	77.691	3.508.827	-	-	-	-	-	-
Activo corrente	882.089	175.152	1.057.241	23.225	166.824	940.325	157.301	1.097.626	155.983	88.995	244.078	24.489	266.878	291.367	50.693	424.577	49.699	1.142.503	-293.768	4.254.370	101.233	101.233	4.355.603	-	-	-	-	-	-
Capitais próprios + Interesses Minoritários	1.961.227	1.042.131	3.003.358	37.618	24.777	28.423	130.908	215.410	346.318	-12.530	-144.959	-157.489	1.109.731	824.604	473.161	544.882	10.748	9.910.357	-8.807.932	6.210.030	-98.867	-98.867	6.111.163	-	-	-	-	-	-
Passivo corrente	639.248	338.058	977.306	106.028	806.187	1.285	913.500	1.225.981	87.712	1.319.693	247.346	64.001	173.916	237.917	129.804	734.907	39.744	1.565.001	-1.926.802	4.393.590	379.654	379.654	4.773.244	-	-	-	-	-	-

* Incluindo o actividade residual em França



Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro
Documentos do Revisor Oficial de Contas
e do Auditor Registado na CMVM





**Documentos do Revisor Oficial de Contas e
do Auditor Registado na CMVM**

110

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Documentos do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Registrado na CMVM



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

EDP – Energias de Portugal, S.A.

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 contida no Relatório consolidado de gestão, incluída no caderno institucional e no caderno financeiro, e nas demonstrações financeiras consolidadas incluídas no caderno financeiro, da **EDP – Energias de Portugal, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço consolidado (que evidencia um total de 25.468.911 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível ao grupo de 5.589.235 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 940.823 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e correspondentes Anexos.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:
 - a) a preparação da informação financeira consolidada, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia, que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) que a informação financeira seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade do conjunto de empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado na nossa auditoria.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., uma firma portuguesa membro da KPMG Internacional, uma cooperativa suíça

KPMG & Associados - SROC, S.A.
Capital Social: 511.700 Euros
Pessoa Colectiva N.º PT 502 161 078
Inscrito na O.R.O.C. N.º 189
Inscrito na C.M.V.M. N.º 9093

Matriculada na
Conservatória do registo
Comercial de Lisboa sob o
n.º 715, fls. 178 do Livro C -
2/3



Âmbito

5. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se a informação financeira consolidada está isenta de distorções materialmente relevantes. Para tanto a referida auditoria incluiu:
- a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação e do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
6. A nossa auditoria abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

8. Em nossa opinião, a referida informação financeira consolidada apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **EDP – Energias de Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 8 de Março de 2007

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
representada por


Jean-éric Gajon (Revisor Oficial de Contas nº 1013)

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Documentos do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Registado na CMVM



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefona: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

EDP – Energias de Portugal, S.A.

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 contida no Relatório de gestão, incluída no caderno institucional e no caderno financeiro, e nas demonstrações financeiras individuais incluídas no caderno financeiro, da **EDP – Energias de Portugal, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço (que evidencia um total de 12.613.329 milhares de euros e um total de capital próprio de 6.187.626 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 515.696 milhares de euros), a Demonstração dos resultados e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e correspondentes Anexos.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:
 - a) a preparação da informação financeira, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia, que apresenta de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) que a informação financeira seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, a sua posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado na nossa auditoria.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,
S.A., uma firma portuguesa membro da KPMG Internacional, uma
cooperativa suíça.

KPMG & Associados - SRDC, S.A.
Capital Social: 511.700 Euros
Pessoa Colectiva N.º PT 502 161 078
Inscrito na O.R.O.C. N.º 189
Inscrito na C.M.V.M. N.º 9093

Matriculada na
Conservatória do registo
Comercial de Lisboa sob o
n.º 715, fls. 178 do Livro C -
2/3



Âmbito

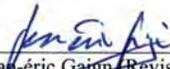
5. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se a informação financeira está isenta de distorções materialmente relevantes. Para tanto a referida auditoria incluiu:
- a verificação numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
6. A nossa auditoria abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

8. Em nossa opinião, a referida informação financeira apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **EDP – Energias de Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 8 de Março de 2007

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
representada por


Jean-Éric Gaigne (Revisor Oficial de Contas nº 1013)

Relatório e Contas 2006 Caderno Financeiro

Documentos do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Registrado na CMVM



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Contas Consolidadas

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2006

Exmos. Senhores Accionistas da
EDP – Energias de Portugal, S.A.

1. De acordo com as disposições aplicáveis do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas da EDP – Energias de Portugal, S.A. apresentar o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório consolidado de gestão, contido no Caderno institucional, e sobre as demonstrações financeiras consolidadas, contidas no Caderno financeiro, apresentados pelo Conselho de Administração Executivo de EDP – Energias de Portugal, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.
2. Acompanhámos, desde a data da nossa nomeação, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas subsidiárias e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Averiguámos da observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos.
3. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas bem como o Relatório sobre a Fiscalização endereçado ao Conselho de Administração Executivo nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 52.º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de Novembro.
4. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - i) o Balanço consolidado, as Demonstrações consolidadas dos resultados, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa e do conjunto das subsidiárias incluídas na consolidação;
 - ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
 - iii) o Relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das subsidiárias envolvidas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.
5. Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos referidos no parágrafo anterior, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprove:
 - i) o Relatório consolidado de gestão;
 - ii) as demonstrações financeiras consolidadas.

Lisboa, 8 de Março de 2007

O REVISOR OFICIAL DE CONTAS


KPMG & Associados – S.R.O.C., S.A.
representada por
Jean-éric Gaign (Revisor Oficial de Contas nº 1013)

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., uma firma portuguesa membro da KPMG Internacional, uma cooperativa suíça.

KPMG & Associados - SROC, S.A.
Capital Social: 511.700 Euros
Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078
Inscrito na O.R.O.C. Nº 169
Inscrito na C.M.V.M. Nº 9053

Matriculada na
Conservatória do registo
Comercial de Lisboa sob o
nº 715, fls. 178 do Livro C -
2/3



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Telefone: +351 210 110 000
Oficiais de Contas, S.A. Fax: +351 210 110 121
Edifício Monumental Internet: www.kpmg.pt
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Contas Individuais

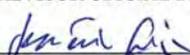
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2006

Exmos. Senhores Accionistas da
EDP – Energias de Portugal, S.A.

1. De acordo com as disposições aplicáveis do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas da EDP – Energias de Portugal, S.A. apresentar o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contido no Caderno institucional, e sobre as demonstrações financeiras, contidas no Caderno financeiro, apresentados pelo Conselho de Administração Executivo de EDP – Energias de Portugal, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.
2. Acompanhámos, desde a data da nossa nomeação, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas subsidiárias e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Averiguámos da observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos.
3. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas bem como o Relatório sobre a Fiscalização endereçado ao Conselho de Administração Executivo nos termos da alínea a) do n.º.1 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro.
4. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - i) o Balanço, as Demonstrações dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa;
 - ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
 - iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade.
5. Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos referidos no parágrafo anterior, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprove:
 - i) o Relatório de gestão;
 - ii) as demonstrações financeiras.

Lisboa, 8 de Março de 2007

O REVISOR OFICIAL DE CONTAS



KPMG & Associados – S.R.O.C., S.A.
representada por
Jean-éric Gaign (Revisor Oficial de Contas n.º 1013)

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., uma firma portuguesa membro da KPMG Internacional, uma cooperativa suíça.

KPMG & Associados - SROCC, S.A.
Capital Social: 511.700 Euros
Pessoa Colectiva N.º PT 502 161 078
Inscrito na O.R.C.C. N.º 189
Inscrito na C.M.V.M. N.º 9093

Matriculada na
Conservatória do registo
Comercial de Lisboa sob o
n.º 715, fls. 178 do Livro C -
2/3





Edição

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Gabinete de Marca e Comunicação
Praça Marquês de Pombal, 12
1250 - 162 Lisboa

Design

HPP EURORSCG

Impressão

DILAZO - Artes Gráficas, Lda

Tiragem

3000 Exemplares

Depósito Legal

000 000/00

Abril 2007

www.edp.pt



Capa: Pás do Rotor da Turbina

Impresso em papel reciclado e com tintas ecológicas, amigas do ambiente.

